



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0600/15	DATA: 18/05/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa de Alagoas	INÍCIO: 15h24min	TÉRMINO: 21h32min	PÁGINAS: 118

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - Secretário de Estado de Defesa Social e Ressocialização de Alagoas. ROSINHA DA ADEFAL - Secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos de Alagoas. CLÁUDIA ANICETO CAETANO PETUBA - Secretária de Estado do Esporte, Lazer e Juventude de Alagoas. JARDEL DA SILVA ADERICO - Secretário de Estado de Prevenção Social à Violência de Alagoas. FLÁVIO GOMES DA COSTA NETO - Promotor de Justiça e Defesa dos Direitos Humanos. RONALDO MEDEIROS - Deputado Estadual e Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas. VALDICE GOMES - Presidenta do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial — CONEPIR. RÚBIA NASCIMENTO - Representante do Conselho Nacional da Juventude — CONJUVE. MANOEL HENRIQUE DE MELO SANTANA - Coordenador da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Maceió. GALBA NOVAES - Deputado Estadual de Alagoas. RODRIGO CUNHA - Deputado Estadual de Alagoas. DANIEL NUNES PEREIRA - Representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB de Alagoas.

SUMÁRIO

Debates sobre as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Há falhas na gravação.
Houve intervenções ininteligíveis.



O SR. COORDENADOR (Ronaldo Medeiros) - Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Boa tarde aos telespectadores da TV Assembleia.

Vamos dar início a uma audiência pública, aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, da CPI da Câmara dos Deputados que apura os crimes contra os jovens negros e pobres.

Para presidir os trabalhos, convidamos o Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, que preside a CPI que apura a violência contra os jovens negros e pobres. *(Palmas.)*

Para fazer parte da Mesa, convidamos a Deputada Federal Rosângela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro, que é Relatora da CPI *(palmas)*; o Deputado Federal Paulão, do PT de Alagoas *(palmas)*; o Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, que é Secretário de Estado da Defesa Social e Ressocialização *(palmas)*; a Secretária Cláudia Petuba, Secretária de Estado de Esporte, Lazer e Juventude *(palmas)*; o Secretário Jardel da Silva Aderico, Secretário de Estado de Prevenção Social à Violência *(palmas)*; o Deputado Federal Delegado Edson Moreira *(palmas)*; o Dr. Flávio Gomes da Costa Neto, representando o Ministério Público Estadual *(palmas)*; a Sra. Rosinha da Adefal, que é Secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos *(palmas)*.

Para assumir a Presidência, nós temos a honra de convidar o Deputado Federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, que preside a CPI, a quem damos nossas boas-vindas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas se sente muito honrada e orgulhosa com a presença da Câmara Federal em Alagoas. Que os trabalhos sejam bem proveitosos! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos e a todas.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Esta CPI foi instalada no dia 26 de março, com o objetivo de apurar causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.



Em 30 de março foi aprovado o Requerimento nº 5, de minha autoria, subscrito pelo Deputado Paulão, que requer sejam realizadas audiências estaduais para levantamento de diagnósticos, informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados.

Quero aqui, em primeiro lugar, agradecer a presença de todos, dos Secretários de Estado, da sociedade civil organizada, de familiares de vítimas de violência.

Também, de modo especial, agradeço ao nosso Deputado Paulão, que é o Deputado que pediu a vinda da CPI ao Estado de Alagoas. Então, quero aqui, do fundo do coração, agradecer a organização e a mobilização que permitiu que a CPI pudesse vir a este Estado.

Também quero agradecer aos Deputados que nos acompanham aqui: a Deputada Rosângela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro, que é a nossa Relatora, e o Deputado Delegado Edson Moreira, que é de Minas Gerais.

Por fim, quero agradecer a Assembleia Legislativa de Alagoas, na pessoa do Deputado Estadual Ronaldo Medeiros, Vice-Presidente, pelo carinho com que nos recebeu e pela abertura dos trabalhos, dando início à nossa audiência.

Primeiramente, só para contextualizar um pouco o nosso dia, quero falar do desafio e do nosso trabalho à frente desta Comissão de Inquérito. De fato, nós estamos vivendo um momento — o Deputado Paulão falou muito bem disso na nossa audiência na Câmara dos Deputados — em que precisamos mudar a realidade do nosso País em relação ao número de homicídios.

Alagoas é o Estado com o maior índice de homicídios para cada cem mil habitantes. Neste Estado, de acordo com o Mapa da Violência, temos 193 homicídios para cada cem mil habitantes. E, na cidade de Maceió, nós chegamos a mais de 300 para cada cem mil habitantes. Portanto, é fundamental a presença da CPI aqui nesta tarde de hoje.

Mais do que a presença da CPI — e falei sobre isso com o nosso Deputado Ronaldo, Vice-Presidente desta Casa — o desafio que está colocado para o Estado de Alagoas requer, na minha opinião, que a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas — aí fica aqui uma provocação, Deputado — possa também constituir, Deputado Paulão, uma Comissão Especial. E essa Comissão Especial teria qual



objetivo? Acompanhar e dar visibilidade a esse tema, ou seja, para acompanhar os nossos trabalhos lá em Brasília cujo objetivo que será constitucionalizar, espero, como obrigação dos Municípios e dos Estados, a elaboração de planos decenais — municipais, estaduais e um plano nacional — para enfrentar o homicídio no Brasil.

Nós precisamos fazer planos que tenham eixos de pactuação nacional pela redução do número de homicídios, porque nós não podemos aceitar, assim como a sociedade brasileira e a sociedade de Alagoas não vão admitir, os altos índices de violência que ocorrem hoje no País e aqui no Estado.

Nós não podemos achar que essa violência é natural. Temos que desnaturalizar, porque hoje é vista com naturalidade a morte de jovens negros e pobres no País. A sociedade não vai suportar esse escândalo nacional que nós temos hoje.

Portanto, nós achamos que é importante a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas constituir uma Comissão, transformar este ato de hoje, esta audiência, num movimento permanente a favor da vida, pela cultura de paz. Então, nós queremos aqui fazer esse apelo a esta Casa, para que ela possa nos ajudar nesse sentido, nesse desafio.

Nós temos debatido muito com a Deputada Rosângela Gomes, e hoje — não é, Deputado Paulão? — é quase um consenso na CPI que é importante o Congresso Nacional apresentar um novo modelo federativo sobre segurança pública, porque o modelo atual é de muita responsabilidade apenas dos Estados, não é de responsabilidade dos Municípios e nem da União. E nós precisamos fazer esse novo pacto federativo, esse modelo novo, compartilhado, de responsabilidades. E a União e os Municípios são extremamente estratégicos nesse novo pacto federativo, porque a segurança pública, na minha opinião, não pode ser de responsabilidade só do agente que trabalha com a segurança pública, só dos agentes do Estado que trabalham com a matéria “segurança pública”.

A segurança pública deve ser uma causa, deve ser um tema de debate do cidadão, pois esse cidadão, lá na ponta, é quem recebe o conceito sobre segurança pública. Nesse sentido, nós queremos fazer esse pacto federativo novo, para dar um novo conceito sobre a segurança pública.



A sociedade tem que se “empoderar”; o cidadão lá no Município tem que participar, tem que ajudar a elaborar as estratégias da segurança pública no Brasil.

Nesse sentido, a CPI está percorrendo caminhos. Quais caminhos a CPI está percorrendo? O primeiro caminho é o caminho do diagnóstico, da avaliação, das oitivas, das diligências.

O segundo caminho é o caminho do modelo de policiamento do País. Nós precisamos compreender esse modelo. Por isso nós estamos convidando todos os Secretários de Segurança Pública, os Comandantes das Polícias Militares, os Comandantes das Polícias Civis, as Defensorias Públicas. E para quê? Para discutir em Brasília, conosco, qual é o modelo.

O terceiro caminho que nós estamos percorrendo é o caminho das condições das juventudes. São várias juventudes. Nós precisamos compreender quais são as ações preventivas que a sociedade brasileira, que o Estado brasileiro terá que pactuar, para mudar essa realidade.

O quarto caminho é o caminho da persecução penal, porque hoje o Brasil vive uma realidade em que o sistema penal prioriza crime contra patrimônio. Não há julgamento dos casos de homicídios no Brasil. Apenas 3% — não é, Deputado Paulão? — dos homicídios no Brasil são elucidados. Apenas 3%! Isso é uma total impunidade em relação aos crimes contra a vida. Nesse sentido, nós também queremos redesenhar essa questão da persecução penal no País. Vamos ouvir vários especialistas, para a gente desenhar um novo modelo.

E, por último, nós temos que ter um modelo com transparência, nós temos que ter um modelo com controle social. Então, nós vamos debater a questão das perícias, das corregedorias, das ouvidorias. Elas têm que ser autônomas, independentes?

Ou seja, nós queremos debater tudo isso e, ao final do nosso trabalho na CPI, depois de ter percorrido o País, de ter ouvido várias audiências lá em Brasília e de também ter ido até os Estados, visitado casos emblemáticos, nós vamos apresentar o nosso relatório. E eu espero que esse relatório possa fazer uma síntese do debate, do acúmulo dessas várias audiências públicas e, a partir daí, o que for prerrogativa do Legislativo, tenho certeza de que, através do trabalho da nossa Relatora, a Deputada Rosângela Gomes, com o apoio de todos os Deputados que



pertencem à CPI, nós vamos encaminhar em formato de projeto para ser discutido no Plenário da Câmara. E aquilo que for de prerrogativa do Executivo é evidente que nós vamos encaminhar para a Presidenta Dilma e para os Executivos.

Então, esse é um pouco do desenho do nosso trabalho na CPI, da qual estamos à frente, buscando encontrar novas propostas e, ao mesmo tempo, ajudar para que a apuração de vários crimes e injustiças que foram cometidas pelo Estado brasileiro possam também ser apuradas e tenham respostas. Há muitos casos emblemáticos há mais de 20 anos ou 30 anos que não foram julgados. Aqui em Alagoas há vários casos, a exemplo do caso do Davi e de outros, para os quais nós precisamos dar resposta.

Nesse sentido, eu quero aqui agradecer a presença de todos e declarar abertos os nossos trabalhos.

Passo a palavra aos membros da Mesa, começando pelo Deputado Paulão, autor do requerimento para realização destas audiências no Estado de Alagoas. Depois, vou passar aos demais Deputados.

Ao término da fala dos membros da Mesa, vamos ouvir a sociedade, a comunidade e o plenário. Nós estamos aqui para responder as perguntas. Então, nós queremos que vocês participem ativamente desta audiência pública.

Com a palavra o Deputado Paulão. Muito obrigado pela presença. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Deputado Reginaldo, eu queria saudar V.Exa., Presidente da CPI. O Deputado Reginaldo, como vocês perceberam, exibe a sua jovialidade, apesar de já estar no quarto mandato de Deputado Federal pelo PT de Minas. Ele tem grande importância, principalmente em relação à política pública que ele muito focou muito, na área de educação. É, portanto, S.Exa. uma pessoa muito voltada para essa temática e também ligada à juventude.

Deputada Rosângela, é uma honra V.Exa. estar aqui presente. E V.Exa. já foi Parlamentar estadual pelo Rio de Janeiro, eleita por uma região também emblemática, que é Nova Iguaçu. E S.Exa. foi eleita pela primeira vez Deputada Federal e é uma liderança principalmente no campo religioso, exatamente na Universal Reino de Deus. Ontem, inclusive, tive o prazer de apanhá-la em uma das sedes da Igreja Universal do Reino de Deus, onde V.Exa. participava de uma



atividade que congregou mais de 15 mil jovens, uma integralidade que contemplava a cultura e o esporte para jovens em situação de vulnerabilidade.

O Deputado Delegado Edson Moreira também faz parte desta Comissão e, com muita honra, tive oportunidade de conhecê-lo. Esta Comissão, como vocês percebem, é eclética e representa a democracia. O Deputado Edson foi militar pelo Estado de São Paulo, delegado de polícia pelo Estado de Minas e, simbolicamente, alcançou projeção nacional, pois foi responsável por desvendar aquele caso emblemático do goleiro Bruno, do Flamengo, que a sociedade brasileira acompanhou.

Cumprimento as autoridades constituídas: o Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça, Secretário de Estado de Defesa Social e Ressocialização; o Dr. Flávio Gomes, representando o Ministério Público, principalmente em relação à questão da criança e do adolescente; a Deputada Rosinha, que foi minha colega e hoje está num desafio importante, que é a Secretaria de Direitos Humanos. Naquele momento, S.Exa. lidava com a temática da mulher, da juventude, houve um desmembramento, mas ela continua, sem dúvida nenhuma, tendo um papel fundamental; a Cláudia Petuba, Secretária de Estado de Esporte, Lazer e Juventude — uma nova Secretaria que foi criada e que lida com esse tema —; o Sr. Jardel, que é o Secretário da Paz, ligado à parte da antiga ressocialização, mas ligado principalmente também à temática da juventude.

Eu queria agradecer ao Vice-Presidente, companheiro Ronaldo Medeiros, Líder do Governo nesta Casa. Também presente estão os Deputado Galba Novaes e Rodrigo Cunha, a quem cumprimento.

Eu queria saudar o Deputado Marcelo Gouveia, colega de partido da Rosângela, uma liderança política e religiosa que teve a oportunidade de ir ao Rio e está acompanhando esta causa.

Agradeço aos representantes da sociedade civil presentes e aos vários Presidentes regionais. Vai ser uma etapa importante e todos serão ouvidos.

É importante a gente fazer uma composição da Mesa institucional, mas é bom registrarmos a presença da companheira Valdice, Presidente do Conselho Estadual da Igualdade Racial; e também de uma estudiosa do tema, uma lutadora social, a Profa. Ruth Vasconcelos, da Universidade Federal de Alagoas. Ela vem trabalhando



na temática que trata da questão de gênero, da questão da violência principalmente em relação à juventude.

Também presentes os Secretários de Estados que são os representantes do segmento que têm uma relação direta com essa realidade da juventude, a exemplo da Federação de Capoeira, que irá participar também. Registro o comparecimento do companheiro Teles, que é o representante do Conselho Penitenciário e também do Conselho Estadual de Direitos Humanos; da companheira Graça, representante do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Não vou citar o nome de todos, até porque posso cometer uma gafe e esquecer-me de mencionar algum dos presentes, mas no momento exato todos farão parte da Mesa.

Presidente Reginaldo, eu tenho a oportunidade de integrar esta Comissão requerida por V.Exa. para tratar de um tema que, ao mesmo tempo, tem um grau problemático muito grande, mas com igual grau de invisibilidade. E isso é uma realidade que vem permeando nestes últimos anos e foi despertada a partir de um estudo importante chamado *Mapa da Violência*, do Professor Julio Jacobo, um argentino radicado no Estado de Pernambuco. E ele, estabelecendo um estudo com a UNESCO e com a ONU, faz um levantamento a partir, principalmente, do DATASUS, o sistema de saúde. E por que o DATASUS? Porque o grau de precisão é maior. Então, você tem os dados de nascimento e os dados de mortalidade. E, muitas vezes, os dados da área de segurança continham subnotificações.

Portanto, a partir desses dados — e nós temos em média 5.500 cidades —, foram levantadas as cem cidades mais violentas. E, dentre as cem mais violentas — isso há certo tempo, Padre Manoel Henrique —, oito estão no Estado de Alagoas, infelizmente — inclusive a Capital. E essa violência tem localização. Ela tem uma localização na periferia de Maceió e das cidades consideradas violentas.

Essa pesquisa define também a vitimização tendo como parâmetro o sexo, que é o sexo masculino. Essa pesquisa define a faixa etária da violência: de 14 a 29 anos. E essa pesquisa define o corte étnico-racial, que é a comunidade negra, e também o poder aquisitivo, que são as comunidades pobres, Professora Elaine.

Então, diante dessa situação, a CPI começou fazendo audiências e oitivas de estudiosos, como diligências *interna corporis*, começando pelo Professor Julio



Jacobo. Depois, ouvimos várias entidades. E aí veio a fase das visitas *in loco*. A primeira visita foi no morro do Alemão, onde tive a oportunidade de acompanhar essa Comissão. É a situação muito complexa: uma comunidade que congrega várias favelas com população acima de 70 mil habitantes — corrija-me, Presidente — onde foi colocada uma UPP — Unidade de Polícia Pacificadora, inclusive dentro de um espaço na escola pública. Lá fizemos oitivas *in loco* com a sociedade.

E, quanto às visitas, tivemos dois momentos, sendo um primeiro momento a visita à comunidade, que foi mobilizada pelo Deputado Estadual Marcelo Freixo, do PSOL, de quem ouvimos como grande reivindicação a retirada da UPP, porque os agentes públicos, ao invés de tentarem solucionar os crimes, agravaram o processo de violência no Rio de Janeiro. E isso foi definido pela comunidade.

Inclusive, o tráfico, que é temido, muda de posição no Rio de Janeiro e passa a envolver agentes públicos, os quais faziam o “pedágio” perante os comerciantes. E o medo da comunidade é igual ou pior do que o anteriormente sentido.

A segunda visita foi em Salvador. Visitamos uma comunidade periférica, com característica quilombola. Lá tivemos a notícia da confecção de uma cartilha, de autoria de um oficial da Polícia Militar — inicialmente individual, depois recepcionada pela Secretaria de Segurança do nosso Governo, inclusive Governo do PT, partido de que eu faço parte com muito orgulho, do então Governador Jaques Wagner — que tipificava de uma forma simplista todas as pessoas que tinham tatuagem e que, a partir disso, era considerada suspeita.

Após a visita que foi realizada, o hoje Governador o Rui fez uma autocrítica e um contato com o Presidente da CPI, o Reginaldo, sobre essa situação.

Então, é aquela velha tese lombrosiana. Quem é da área de Direito ou estudou um pouco sabe o que é isso. Trata-se da avaliação da arcada dentária, com modelo preferencialmente de seres humanos de descendência negra, que indicava que a pessoa potencialmente já era criminosa.

E a outra visita está sendo aqui em Maceió. Mas teremos outras visitas no Estado São Paulo.

Então, nós separamos muito o processo para não haver uma contaminação político-partidária. Pode-se verificar aqui que os integrantes da CPI são de vários partidos, inclusive de matiz ideológica diferenciada — porque esse é o segredo do



Parlamento — com o objetivo único de levantar e de colocar na agenda política o debate sobre um processo de genocídio contra a juventude brasileira. Não dá para suportar um final de semana de sexta-feira a segunda-feira com 36 mortes. Repito: 36 mortes no interregno de sexta-feira a segunda-feira. E isso ocorre em alguns bairros identificados como os mais violentos e que têm esse público de que nós falamos: jovem, negro, masculino e da periferia.

Existe um corte aprofundado em relação a um novo fenômeno chamado crack, onde se tem uma violência do jovem contra o jovem, mas se tem também a violência do agente público contra esse jovem, a exemplo de casos que serão relatados aqui, como o do jovem Davi, que foi assassinado. Foi denunciada a atuação de agentes públicos; e essa mãe, de forma corajosa e leonina, consegue fazer essa denúncia, mas depois foi vítima da violência desses mesmos agentes.

Então, esse é um processo que temos de discutir.

E finalizo com a resposta à provocação cidadã feita a mim pelo nosso Presidente, o companheiro Reginaldo: de quem é a responsabilidade? A Constituição de 88 definiu, de forma *stricto sensu*, Secretário Dr. Alfredo, que segurança é dever do Estado e responsabilidade do cidadão. Mas nós estamos em 2015 e, então, pergunto: qual é o papel dos Municípios? Qual é o papel do Governo Federal sobre essa situação? Qual é o papel da sociedade? E qual é o papel do Judiciário ou do MP Estadual ou Federal? E qual é o papel da Defensoria em relação a isso?

Então, nessa sociedade líquida, volátil e rápida de hoje, como dizem os novos sociólogos, deve haver tempo para se discutir, inclusive para levantar provocações, não só do ponto de vista da interação de políticas públicas importantes e tradicionais, como saúde e educação, esporte e cultura, mas de como interagir e criar uma sinergia com os entes federados.

Mas devemos discutir também um modelo, que não vai ser específico para este debate, mas vamos trabalhar inclusive em Brasília — e já há um requerimento apresentado por mim e por vários colegas —, por meio do qual vamos convidar todos os Secretários de Segurança do Brasil. Todos irão à CPI em Brasília e, junto com o Governo Federal, vamos discutir o modelo de segurança no Brasil. Porque a população brasileira não quer cor de segurança, não quer saber se a segurança tem



farda ou não tem farda, se é azul ou branca; ela quer segurança. Agora, ela quer segurança não baseada, como diz o Prof. Dennis de Oliveira, da USP, de São Paulo, ainda no paradigma da ESG — Escola Superior de Guerra de que o inimigo é interno. Então, esse jovem tipificado com a marca, uma tatuagem, inicialmente é um potencial inimigo. Esse modelo tem que ser modificado, tem que ter sinergia. Você tem que discutir o processo de política com o ciclo fechado. E esse modelo não interessa às castas que hoje definem o modelo. Então, são debates aprofundados, Presidente e principalmente população alagoana, e este debate vai dar continuidade. E eu quero dizer que V.Exa., que vem fazendo um trabalho com firmeza, mas ao mesmo tempo com muita prudência — como diz o jornalista e sociólogo italiano Gramsci: flexibilidade na tática e firmeza nos princípios —, vem conduzindo-o com bastante capacidade.

E a gente agradece aqui principalmente a vinda dos Secretários, para que... Será dada a palavra a todos os atores aqui presentes, para, depois, numa segunda rodada, ouvindo a sociedade, a gente fazer uma coleta de informações, a exemplo do que ocorreu no Rio, na Bahia, em Alagoas e em outros Estados por onde esta CPI vai caminhar, e a gente vai trabalhar alternativas não só de diagnóstico — a sociedade não quer só isso —, mas dar diagnóstico e apontar soluções de curto, médio e longo prazos. Não criando a ilusão de que vai ser a panaceia de tudo — eu não acredito nesse modelo. Mas é fundamental já colocar na ordem do dia e a gente trabalhar o seguinte, porque as estatísticas policiais tem resolutividade, Vereador Marcelo, para o crime patrimonial, e não se tem do crime contra a vida, porque as perícias — e aqui em Alagoas nós avançamos — não têm autonomia, não têm dotação orçamentária e administrativa. A perícia não pode ser uma extensão da Secretaria de Segurança Pública, ela tem que ter um grau de autonomia, a exemplo das democracias consolidadas.

A gente tem que fazer uma discussão dos autos da resistência de um projeto que tramita, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, que tem um único objetivo: a cena do crime não pode ser descaracterizada. E essa cena do crime que está sendo descaracterizada, muitas vezes, está protegendo maus agentes públicos, porque a gente não pode dizer que o agente público que contraria a lei é mau agente público.



E, com todo o respeito à máxima, o Brasil, na sua Constituição Cidadã, fez uma opção pela vida, ele não fez opção pela morte. Então, a gente tem que ter muita prudência em algumas frases que a gente estimula, e, muitas vezes, essa frase estimula a tropa: bandido bom é bandido morto. O bandido, se ele existir, tem que ser preso. A Constituição não define que tem pena de morte no Brasil. Portanto, a gente não pode estar levando esse debate de forma apequenada para estimular a violência no Brasil. (*Palmas.*) Então, esse processo é fundamental. A gente tem que defender a vida, mesmo remando contra a maré. Do ponto de vista eleitoral, a questão da luta de direitos humanos, que é uma luta paradigmática, hoje está na contramão da história. Muitas vezes, inclusive não dá voto. Mas a gente tem que discutir esse processo, porque, se se fizer uma pesquisa, um plebiscito, à população brasileira, infelizmente a maioria da população defende a pena de morte. E, se ela for implantada no Brasil, quem serão as vítimas da pena de morte? Alguns de vocês têm a ilusão de que vai ser o rico? E esse debate a gente vai realizando.

Aqui, a gente tem a questão do *crack*, que está atingindo Alagoas, o Brasil. E existe uma ação forte, dura, da área de segurança em relação a isso. Mas essa mesma ação, Deputado Galba, não existe contra o Senador Perrella, que foi pego com 500 quilos de cocaína no helicóptero dele! (*Palmas.*) E até hoje não houve ação nenhuma, a exemplo daqui do Estado de Alagoas: uma grande empresária do setor de calçados e seu irmão, representante de uma revendedora internacional, tanto a loja dela, no Iguatemi, que não vendia nada, era butique de fachada, e todo mundo sabe que era a butique Zoolo, na realidade era a responsável pelo tráfico aqui no Estado de Alagoas, ela e o seu irmão. (*Palmas.*) Esse processo tem que ser aprofundado. Não dá para ser discutido somente o processo da ponta de rua. A ponta de rua tem a contravenção, mas a gente tem que aprofundar quem são os grandes traficantes, quem são os políticos em Maceió que estão controlando a droga na segunda zona de Maceió, na parte aqui do Dique Estrada. Isso é grave e tem que ser apurado. O serviço de inteligência existe para isso, até porque, quando foi colocado aqui o velho modelo...

E finalizo, Presidente. Aqui, a gente tem uma estrutura em que se faz um processo moderno de inteligência, de escuta telefônica, que a área de segurança tem em relação a isso. Isso é moderno. E não só a área de segurança tem, o próprio



Ministério Público tem, que é o famoso sistema de escuta telefônica — agora me foge o nome — em que você tem a simultaneidade de ouvir 400 telefonemas ao mesmo tempo. Noventa por cento dos telefones desta sala aqui são grampeados. Então, se o sistema de telefone existe e está modernizado, tem que estar a serviço da sociedade para se chegar a esses grandes bandidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão, pela intervenção, pela contribuição e por nos ajudar a organizar a nossa audiência aqui de hoje.

Quero passar a palavra para o nosso próximo orador, o Deputado Delegado Edson Moreira. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Boa tarde a todos e a todas! Quero cumprimentar todos, o Presidente Reginaldo Lopes, o Deputado Paulão, (*ininteligível*) de Alagoas, os demais componentes da Mesa.

O bom do Parlamento — eu sou novo lá, e a gente chega aprendendo — é a diversidade de visões e de opiniões. A gente vai vendo, percebendo as coisas pelos seus diversos ângulos de visão. O que o Paulão fez foi praticamente uma síntese de todo o trabalho da CPI até agora.

Como eles já praticamente esgotaram todos os assuntos, vou só pegar uns tópicos aqui e ali. Por exemplo, o julgamento dos crimes dolosos contra a vida é uma cláusula pétrea, está na Constituição, e há um modelo, que é um modelo muito longo de julgamento. Como é feito o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, consumados e tentados? Há a fase da denúncia e o sumário: faz-se primeiro o sumário, ouvem-se todas as testemunhas e o réu, ao final, e depois dá-se uma sentença de pronúncia. Passado esse tempo da pronúncia, vem o Plenário do Júri, que é a parte final do julgamento. Isso é muito longo, é muito cansativo. São dois trabalhos que são feitos. E o que acontece? A parte do sumário é toda do Juízo, tanto do promotor como do advogado e do juiz de direito. Já a parte do Plenário são as pessoas do povo que vão julgar, pessoas, vamos dizer assim, leigas, que desconhecem, na realidade, a profundidade de uma prova técnica, de uma prova pericial, o grau de precisão disso aí. Então, é quando a gente vê esses julgamentos longos.



O crime patrimonial, por outro giro, já é mais rápido. Por quê? É julgado pelo Juiz Singular. Então, é uma fase só, aí vai mais rápido. E o latrocínio não é julgado pelo júri. O latrocínio é julgado pelo Juiz Singular, porque o latrocínio é o roubo com morte. A extorsão com morte, a extorsão mediante sequestro com morte, é tudo o Juiz Singular que julga essas partes.

Realmente, nós temos que ver que, depois de 20 anos, o crime prescreve, não tem mais julgamento. Depois de 20 anos, não tem mais julgamento. O crime prescreveu. O máximo da prescrição é o crime de homicídio, com 20 anos, no Brasil. Pode até ser revisto esse modelo de prescrição. Em outros países, os crimes são praticamente imprescritíveis, não têm prescrição. Para dar um exemplo disso, o ex-Deputado, que agora está na *Globo News*, não pode entrar nos Estados Unidos, porque, se ele entrar nos Estados Unidos, ele é preso e vai ser julgado pelo sequestro do Embaixador americano Elbrick. Como é mesmo o nome do Deputado? É o Fernando Gabeira. Se ele for para os Estados Unidos, lá ele vai ser preso. Da mesma forma, outros Deputados. Só para citar um exemplo. Para que a prescrição? Isso é sinônimo de impunidade, a meu ver.

Esse modelo de que o Presidente falou é de suma importância. É o modelo único de segurança pública no Brasil. Eu acho que não pode ter duas polícias no Brasil. Não cabe mais isso. Esse modelo de polícia vem de 1969. É um modelo ditatorial. Como era antigamente? Antigamente tinha a Guarda Civil. A Guarda Civil era a Força Pública. O que o Governo militar fez? Ele uniu a Força Pública à Guarda Civil e criou a Polícia Militar em 1969. Eu acho que tem que ser uma polícia única, com uma ramificação única: uma segura a informação, a outra também segura. E tem que ter essa... em vez de integração, que eles estão tentando há muito tempo, já vem com a unificação. Vai ser uma polícia única, uma só formação. E no futuro, com certeza, quem vai ganhar com isso vai ser a população. Vai crescer o efetivo das duas, a investigação já começa no local do crime, porque aquele policial que está no local já pode passar a informação para o investigador, que vai dar seguimento àquele caso. Isso é muito feito nos Estados Unidos e em outros países, na Europa, na Suíça principalmente. No Japão, são altos os índices de apuração que tem por lá, chegam até a 92%.



Esta CPI com certeza vai mexer nessas partes conversando com a sociedade, mudando esse modelo, porque tem que fazer. Tem que mudar o art. 144; tem que inserir a Guarda Municipal, também na prevenção, porque a Guarda Municipal está mais próxima da população, ela chega mais rápido ao local do crime. Às vezes, pode-se até evitar crimes tendo em vista a agilidade. Tem que se colocar a Guarda Municipal, a Prefeitura, nesse contexto, a Presidência da República, a Polícia Federal, por exemplo. O efetivo da Polícia Federal é o mesmo efetivo de 1973. O efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais é o mesmo de 1969. Quer dizer, está defasado e tem que ser mudado.

O nosso Presidente foi feliz em falar que tem que ter uma nova visão e a participação de todos os entes federados: União, Estados e Municípios. Isso é muito importante. Com certeza, com essa visão, com essa diversificação, nós vamos conseguir fazer essas mudanças e sugerir e continuar batalhando para que a população do Brasil tenha mais segurança pública. Segundo o Paulão, não existe pena de morte. A meu ver, já existe a pena de morte no Brasil, e a pena de morte realmente é para as pessoas de bem, no dia a dia fuziladas pelos criminosos, e também para as vítimas do tráfico, tanto do vapor como de outros.

Estive hoje pela manhã com o Diretor-Geral das polícias, conversei com os divisionários de homicídios e os chefes da Polícia Metropolitana de Alagoas, e perguntei para ele: *“Por que tantos jovens negros e pobres morrem aqui em Alagoas? Por que Alagoas é o Estado mais violento do Brasil? Por quê?”*. Ele falou assim: *“Depois, com o advento da entrada do crack e de outras drogas mais, 80% dos homicídios e das mortes que acontecem aqui em Alagoas, em Maceió principalmente, estão na periferia e com envolvimento da droga, ou diretamente, por tráfico e uso de drogas, ou então circundando a droga, porque o assaltante, o ladrão, vai roubar, para consumir a droga depois.”* Então, é por aí. E nós vamos buscar essas soluções. A gente tem que conversar com as pessoas, como conversei em Salvador também com o pessoal. Teve o pessoal de Itabuna, também da CPI. E no Rio de Janeiro, nas andanças, sempre o crime rodeia, os crimes de morte rodeiam as drogas em torno de 80 a 90%.

Então, a gente vai buscar uma solução. A gente vai tentar encontrá-la, para que a pessoa de bem viva melhor neste País tão sofrido. E quem realmente leva o



País adiante, ao progresso do País, é o jovem e a população de bem, a população trabalhadora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira.

Quero registrar a presença dos Deputados Estaduais Galba Novaes — muito obrigado pela presença, pela participação — e Rodrigo Cunha — muito obrigado pela presença —, também de Joaquim Brito, Secretário da Assistência e Desenvolvimento Social, e de Messias Mendonça, Coordenador do Grupo Gay de Maceió. Obrigado pela presença.

Quero passar a palavra para a nossa Relatora, a Deputada Rosângela Gomes, do Rio de Janeiro.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Boa tarde a todas e a todos! É uma satisfação estar aqui no Estado de Alagoas mais uma vez, em que pese por um tema que infelizmente norteia o nosso País e que infelizmente tem destruído a nossa sociedade.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Reginaldo Lopes, que é um Deputado bastante atuante na Câmara Federal e que já desenvolve o tema da juventude há muitos anos. O Deputado Reginaldo, na época, trabalhava na questão da criação do CONJUVE, na implementação da Emenda Constitucional nº 65, se não me engano, que incluía na Constituição, na Carta Constitucional, o nome “jovens”, porque a nossa Constituição recebia todos os atores da sociedade, mas não recepcionava o nome da juventude, recepcionava a criança, o adolescente, o homem e a mulher, mas não recepcionava a juventude. E o Deputado, com muita galhardia, conseguiu incluir, como proposta de emenda constitucional, a palavra “juventude”. Então, isso já mostra, desde aquela época, o compromisso do Deputado Reginaldo Lopes com a nossa sociedade. Quero cumprimentar também o nosso querido irmão, o Deputado Federal Paulão, que eu tive a grata satisfação de conhecer na Câmara Federal. É o meu primeiro mandato também como Deputada Federal.

Eu já tive oportunidade de ser Vereadora na minha cidade. Eu sou oriunda da cidade de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense,



cidade esta que tem 1 milhão de habitantes. Sou nascida, criada e moro lá. Fui Vereadora por três mandatos, sou negra, sou de bairro da periferia, sou filha de pai e mãe alcoólatras, mãe que sofreu muita violência doméstica e também que tinha tudo para ir para o descaminho das drogas, do tráfico e tudo o mais. Mas, graças a Deus, tive a oportunidade na minha vida de duas coisas: conhecer primeiro Deus e depois aprender que eu poderia mudar a história da minha vida, a minha trajetória e a da minha família. E lá fui Vereadora, depois Deputada Estadual. Pude desenvolver várias propostas para o Estado do Rio de Janeiro e lutar em defesa de política para o povo afrodescendente, porque nós, que somos pretos e pretas, sabemos o peso que nos pesa ter a cor de pele preta, embora isso não devesse acontecer, porque, independente da cor, somos todos seres humanos. (*Palmas.*)

Nós temos um passado triste que nos é dado por herança, que é a questão da escravidão, que, por sinal, no dia 13 de maio, completamos 127 anos de abolição, com atraso, que é impagável pela nossa sociedade, porque nós construímos este continente que se chama Brasil. Mas infelizmente, Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Paulão, ainda que nós pretos e pretas consigamos ascender na nossa sociedade, eles sempre verão a nossa pele como preta, como um povo inferior e secundário da sociedade. Isso é uma coisa horrível!

Hoje, pela manhã, eu estava no quarto do hotel — cheguei aqui na madrugada com os meus companheiros — e vi uma propaganda, se não me engano é de uma farinha de trigo, chamada, se não me engano, Coringa, que me chamou a atenção. Existe essa farinha de trigo aqui, Coringa? E aí mostrava, Deputado Reginaldo, uma família, com um lar perfeito e uma mulher negra como doméstica. Nós precisamos dar um zero para essa propaganda do País, que sempre coloca o povo preto como povo secundário da nossa sociedade. Isso nós não podemos admitir mais! (*Palmas.*) Eu fiquei tão indignada que falei assim: “*Acho que eu vou chegar a Brasília e vou fazer um requerimento, entrar com uma ação, porque esse quadro tem que mudar*”. Seria ideal se todos fossem da mesma cor, e não fazer divisão de cor da pele. Então, eu fiquei muito chateada, viu, Vereador Marcelo Gouveia, que é um Vereador atuante, é do meu partido, e está aqui prestigiando e lutando pelos jovens também junto com o Deputado Galba. E aí, Deputado Paulão, eu estava cumprimentando V.Exa... Cadê o Paulão? Sumiu? Paulão? Eu cheguei



aqui de madrugada — e eu quero agradecer ao Estado de Alagoas a forma carinhosa com que me acolheu —, cheguei aqui às 2 horas da manhã, procurando um táxi para vir para o hotel. Mas estava lá já o motorista do Deputado e o próprio Deputado com a esposa me esperando para poderem me levar para o hotel, numa madrugada chuvosa. E o Paulão é um homem devotado à causa do povo; é um homem que tem compromisso com o povo; é um homem que eu aprendi a respeitar.

Como eu disse a vocês, eu estou no meu primeiro mandato, já com uma responsabilidade tão grande, que é ser Relatora de uma CPI tão importante como esta que nós estamos vivendo agora. A CPI mais importante para mim não é a de prótese, que está sendo desenvolvida na Câmara, não é só a da corrupção com relação à PETROBRAS. Mas a CPI mais importante que está acontecendo neste exato momento, Sr. Presidente, é a CPI que investiga assassinatos de jovens negros e pobres, porque nós sempre fomos invisíveis nesta sociedade. E agora, de uma forma brilhante, de uma forma bastante positiva, Deus coloca no seu coração o desejo de investigar, junto com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. E eu já aproveito para cumprimentar o meu querido colega Carlos, que a gente chama de Carlão, que é Ouvidor — manifeste-se, Carlão, para o pessoal vê-lo — da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Já cheguei aqui ouvindo um senhor, pai de um jovem que está preso, S. Januário — não sei se está aí ou se já foi embora —, já o dirigi para o Ouvidor do Ministério, que já o ouviu e já se responsabilizou e se colocou à disposição para fazer contato com o Ministério da Justiça, para poder ajudar e ouvir esse pai que chegou aqui desesperadamente. (*Palmas.*) Também não muito diferente — não muito diferente — a D. Maria, que também já ouvi, que é a mãe do Davi, que foi assassinado, segundo relatos dela e do primo que está aqui, pela polícia, que pegou o jovem de 17 anos, colocou no camburão e disse que ia dar uma volta e não voltou até hoje. O Delegado Edson já falou aqui sobre os questionamentos; ele já foi à Secretaria hoje pela manhã e à delegacia. Mas nós precisamos, Sr. Presidente e Carlão, levar esse caso também à Ouvidoria, para que a Ouvidoria entre em contato com o Ministério da Justiça, para a gente dar resposta à D. Maria, que vem sofrendo com essa questão do filho dela, e que — mais triste, gente — estava num ponto de ônibus, segundo ela, e uma bala perdida o alcançou. Isso não pode acontecer.



E, cada vez mais, Presidente Reginaldo, eu acho que a gente está no caminho certo. Eu não vou voltar aqui... O Deputado Paulão fez uma síntese muito positiva de todos os trabalhos da CPI, desde o primeiro dia até o dia de hoje, não se esquecendo do detalhe da UPP dentro da escola, não se esquecendo do auto de resistência, projeto que está tramitando. Enfim, ele abordou o tema de uma forma bem profunda. Eu não vou voltar a tudo isso para não cansar vocês. E nós estamos aqui para ouvir vocês. E o meu papel é muito importante — não desprezando os demais que estão aqui, eu estou aqui justamente para ouvir —, porque nós teremos a responsabilidade de depois relatar item por item aquilo que vocês estão dizendo e falando aqui, para que a gente possa produzir um documento com eficácia, como já foi aqui pontuado pelo Presidente, mostrando um plano de enfrentamento à violência, sobretudo de enfrentamento à violência contra a juventude e contra o jovem pobre, principalmente o negro. Então, cada vez mais eu vejo, Sr. Presidente, que nós estamos certos, no caminho certo, porque eu não acredito que uma lei, uma norma, possa ser boa se não vier da população, se não vier da sociedade. Não pode ser feita apenas por nós, por aquilo que nós achamos, por aquilo que nós pesquisamos. Não! A lei, para ter vida, a origem dela tem que vir da população.

Eu já fiz referência a você aqui, Paulão, pela forma carinhosa com que me recebeu, você e sua esposa, e pelo trabalho que você tem feito com muita competência na Câmara Federal.

Só para finalizar. Já falei do meu papel, que é a relatoria, que é ouvir e ter o compromisso de relatar o que vocês estão pleiteando. Mas ainda, só para concluir, quero cumprimentar também a Secretária de Juventude aqui do Estado, a Cláudia Petuba, cumprimentar o Secretário de Política de Prevenção ao Uso de Drogas, o Jardel, o Secretário de Estado da Defesa, o Alfredo, e o Vice-Presidente Ronaldo, que nos abriu as portas desta Casa, para que a gente pudesse aqui estar falando livremente dos trabalhos do povo. E ele falava aqui comigo, conversava comigo, dizia que, quando assumira esta Casa, assumira com uma dívida de 200 milhões, sem Internet, tudo quebrado. Eu fico muito triste. Eu falei assim: *“Que vergonha! Uma Casa como esta ficar devendo 200 milhões”*, viu, Paulão? Que vergonha! O que nós vamos poder passar para uma sociedade que espera exemplo dos políticos? Mas, vocês estão de parabéns, porque estão reconstruindo tudo. E eu



tenho certeza de que, muito em breve, esta Casa dará grandes contribuições a este Estado.

Quero cumprimentar o Vereador Marcelo, o que já fiz na minha fala. Muito obrigada, Marcelo, por ter vindo; quero cumprimentar o representante do Ministério Público, Dr. Flávio Gomes, não é isso? O senhor tem um papel importantíssimo com a sua instituição para esta sociedade. O Deputado Galba também, que é do meu partido e que nos prestigia; o Rodrigo Cunha eu estou conhecendo aqui agora.

E é isso. Eu já falei do papel do Estado e da nossa preocupação principal na CPI, que é essa taxa altíssima de crescimento de violência aqui em Alagoas, que é um Estado que, no *ranking* do Mapa da Violência, preocupa-nos muito, aumentou mais de 1.000%, só perdendo para a Paraíba, que aumentou mais de 1.150%; Bahia, com 990%, e por aí afora.

Eu queria dizer, só para finalizar a minha fala, pessoal — eu sei que daqui a pouco muitos irão falar —, Presidente, que eu guardo no meu coração a fala de uma mãe do interior de um Estado aqui do Nordeste, que disse: *“Uma andorinha só não faz verão, mas uma andorinha só pode anunciar que o verão está chegando”*. Quero dizer que a nossa CPI sozinha não vai conseguir mudar o quadro dessa sociedade tão perversa e injusta do nosso País, mas que esta CPI poderá dar o norte, as diretrizes, para este País que nós queremos, para fortalecermos essa democracia, porque nós lutamos e almejamos por uma sociedade mais justa e mais digna, quanto mais para o nosso povo pobre e negro na nossa cidade e no nosso País.

No mais, muito obrigada pela acolhida, pela recepção. E vamos aos trabalhos. Boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Tenho que agradecer a dedicação, o carinho e a disposição da nossa Relatora, a Deputada Rosângela Gomes, de percorrer o Brasil e por estar dedicando parte do mandato a essa luta tão importante para toda a sociedade brasileira. Quero agradecer também aqui a presença da Profa. Arísia Barros, que é Coordenadora do Instituto Raízes da África — muito obrigado pela presença —, e também do Vereador Marcelo Gouveia, que é aqui do PRB da capital. É isso? Nosso Vereador, muito obrigado pela presença.

Quero também registrar, antes de passar a palavra para o Secretário da Defesa Social, eu quero registrar aqui... São várias instituições, então vou fazer, a



cada intervenção, eu vou registrando aqui a presença dos grupos da sociedade civil organizada. Então, temos aqui o Raudrin Lima, Coordenador Nacional do Movimento Caras Pintadas, que está aqui presente; a Eliana da Silva, de Maceió; a Milene Teixeira; o Leonardo Emanuel, da Associação de Moradores de Ipioca. Então, vários militantes da Associação de Moradores, que têm denunciado também o alto grau de violência, de policiamento ostensivo e muita abordagem seletiva, pela cor da pele: o Jonas Marcos, o Genilson Silva, o Isaildo Lima de Oliveira, o José Aparecido de Oliveira. Todos eles pertencem à Associação dos Moradores de Ipioca. *(Ininteligível)* Alves, da sociedade civil de Maceió; Cleiton Johnny, da Juventude do PT; Rodrigo Fidelis, do Grupo Afinidades Jazz *(ininteligível)*, de Alagoas; Ricardo José Olegário, Assessor do Deputado Paulão; Thaisa Costa, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Zumbi dos Palmares; Daiane Correa, da União da Juventude Socialista.

Então, quero passar a palavra aqui ao Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, nosso Secretário de Estado da Defesa Social e Ressocialização, por 10 minutos. Com a palavra o nosso Secretário. E muito obrigado pela presença.

Com a palavra o nosso Secretário, e muito obrigado pela presença.

O SR. ALFREDO GASPAS DE MENDONÇA NETO - Boa tarde, Presidente Reginaldo, em nome de V.Exa., quero saudar os demais membros da CPI; Deputado Vice-Presidente da Assembleia, Ronaldo Medeiros, em nome de quem também quero saudar os demais Deputados presentes no plenário; Vereador Marcelo Gouveia; Secretária Rosinha, em nome da V.Sa., quero saudar os demais Secretários presentes na Mesa e no Plenário; Dr. Flávio Gomes, Promotor de Justiça, representante do Ministério Público; militante Arísia Barros, em nome de V.Sa., quero saudar todos os representantes de associações e dos movimentos sociais aqui presentes; gostaria também de saudar a causa dos direitos humanos, na presença do Padre Manoel Henrique; senhores jornalistas, é com muita responsabilidade que a segurança pública se faz presente no debate, porque tratar de violência no Brasil é trazer uma sistemática totalmente desorganizada, de norte da sul, de leste a oeste.

Acredito que a vinda desta CPI ao Estado de Alagoas, em vez de apontar dedos para A, para B, ou para C, deva servir de critério para uma mudança na



política de segurança pública que o Estado brasileiro tem. Mas só está sendo possível discutir segurança pública e uma violência seletiva porque os homens e as mulheres que detêm o poder no meu País, muitas vezes, esquecem que o poder é exercido para o povo. Os escândalos se sucedem, e o dinheiro que era para ser investido lá na ponta vai para o bolso de muito poucos.

É bom falar de violência, mas sem esquecer quem são os verdadeiros responsáveis. Infelizmente, quando os homens e as mulheres que detêm o poder se esquecem dessas políticas públicas sociais para enriquecer os seus patrimônios pessoais, CPIs como esta continuarão a se proliferar.

O meu Estado, infelizmente, tem sido protagonista não apenas na violência, e está no anuário trazido aqui pela CPI, mas tem sido pródigo em produzir escândalos de corrupção, e o dinheiro não chega a quem deveria chegar. Onde falta uma escola de tempo integral, onde falta uma quadra de esporte, onde falta um posto de saúde se aumenta a violência.

Eu espero que esta CPI, Presidente, venha para cá, como bem disse V.Exa., para trazer uma modificação na estrutura da política de proteção. Política de proteção, seja ao pobre, seja ao preto, seja ao branco, seja a qualquer membro da sociedade só se faz, acima de tudo, com responsabilidade.

Eu quero dizer, para iniciar minhas palavras, que Alagoas está nesse triste cenário não é apenas porque Alagoas se mata mais, não; é porque Alagoas é o Estado da Federação que tem a sua contabilidade, em termos de mortes violentas, correta. Nós temos um índice de estatística que eu desafio qualquer um a mostrar onde está a omissão. Diferente de Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, por exemplo, para não ir mais longe, Estados ditos mais ricos, e verdadeiramente o são, onde não se contam mortes, se contam eventos. Morreram oito, em São Paulo, na chacina, perto do campo do Corinthians? Mas só se contou um evento. Assim é fácil baixar números de segurança. Aqui, no Estado, nós contamos os números até quando as pessoas são socorridas; nós esperamos três meses para ver a evolução daquele quadro. Na Paraíba, por exemplo, se alguém for socorrido e morrer no hospital, aquele fato entra como tentativa de homicídio.

Então, o primeiro pecado do meu Estado é fazer corretamente a apuração de números de casos de violência. Eu desafio... E vim agora de uma reunião com 27



Secretários de Segurança Pública do Brasil, e o Estado de Alagoas serve como norte para apuração de crimes. Nós estamos tratando de um anuário de violência do ano de 2013. É bom que fique claro que estamos em 2015, com uma política governamental de alguém que foi eleito pelo povo agora, muito recentemente.

Mas me agrada dizer que Alagoas foi o Estado que mais reduziu crimes no Brasil. Houve uma redução de 8% em janeiro, em Alagoas; de 17% em fevereiro; 18% em março; 38% em abril, e, em maio, estamos com uma redução aproximada de 24%. Maceió, nossa Capital, começou com uma redução de 26%, em janeiro; reduziu para 33%, em fevereiro, repetindo 33 em março; caímos para 22%, em abril, e, hoje, chegamos a uma redução de 60%. Em outras palavras: até a data de hoje, de janeiro até agora, 225 pessoas, em relação aos anos de 2013 e 2014, deixaram de ser assassinadas.

O Deputado Moreira falou algo que chamou a minha atenção. Deputado, como em todo Parlamento, existem no nosso Parlamento pessoas boas, pessoas ruins, pessoas com convicção, pessoas sem convicção. A minha convicção, apesar de não fazer parte do Parlamento — mas estar lá representado, como cidadão, pelo meu voto —, é que para se discutir violência não se deve apontar o dedo em riste para a polícia. Infelizmente, em nosso País, e em nosso Estado — nós temos 102 Municípios —, hoje, neste momento, se os senhores procurarem um dentista nesses 102 Municípios, com certeza, em 30% ou mais, não haverá o dentista. Se os senhores procurarem um médico, com absoluta convicção, o número é muito superior. Se os senhores procurarem um advogado, talvez diminua um pouco esse número. Se procurarem um promotor e um juiz, com absoluta convicção, neste momento poucos serão encontrados. Se os senhores procurarem um padre, um pastor, em uma parcela significativa, neste momento, não poderá ser atendido. Mas se precisarem de um policial, bem ou mal, é a parte do Estado que está presente nos 102 Municípios.

Falar de violência é falar também de um conceito mais amplo. Estou vendo aqui a Profa. Ruth, que trouxe, para a Secretaria de Segurança, semana passada, um relatório sobre o perfil do profissional de segurança pública, e o quanto ele está sendo massacrado por aqueles que apenas o apontam como o grande responsável pela violência que, muitas vezes, se diz institucionalizada.



Tenho acompanhado, diariamente, algo que antes não conhecia. São as áreas abandonadas do meu Estado. Desço, todo dia, favelas, e com a polícia, e eu vejo, e tenho saído desses locais com a polícia sendo aplaudida, porque nessas favelas — só a nossa capital tem uma centena delas — falta médico, falta professor, faltam políticas públicas, faltam políticos, falta gente interessada em resolver a situação. (*Palmas.*) Lá, nessa favela, e está aqui perto, eu não vejo efetivamente os mesmos holofotes que são dados, muitas vezes, a quem faz discurso vazio. Nessa favela tem gente morrendo de fome, tem gente morando em esgoto a céu aberto. Essas favelas, onde o Estado não está presente, é que engrossam esses números.

Mas, Deputado, voltando à fala de V.Exa., eu quero deixar bem claro que houve este ano 720 homicídios em nosso Estado — a bem da verdade, 734 homicídios. Preservamos até agora 225 vidas aproximadamente. Mas o que eu quero dizer é que existe uma verdadeira carnificina social, porque essas pessoas corruptas impedem que o dinheiro chegue à escola, ao posto de saúde e a tantas e tantas outras políticas, e a mim, como brasileiro, só me resta a vergonha. O que é feito é uma verdadeira seleção social, e essa seleção não é praticada pela polícia, não. Ela é praticada por aquele menino que deixou de ir à escola porque lá, antes, foi retirado pelo gestor o dinheirinho que era para a merenda. Foi retirado o dinheirinho que era para comprar o remédio, foi retirado o dinheiro para o saneamento. E não foi a polícia quem fez isso, não! A polícia é depositária do resto social que os políticos do meu País sem a responsabilidade devida — e eu excetuo quem está preocupado —, os políticos do meu País que detém o poder.

Eu fico muito preocupado quando alguém aponta o dedo para a polícia e diz que a polícia e a segurança pública são as responsáveis por muito da violência. Não! O que é responsável por essa violência desenfreada é a falta de responsabilidade dos homens e das mulheres do meu País, que nunca quiseram enfrentar os verdadeiros problemas. Aqueles poucos que ousaram enfrentá-los são execrados. Quando o meu País tiver uma maioria de homens públicos comprometidos com a responsabilidade social, quando nas grotas... E aqui estão os números desse estarcimento, apesar de uma diminuição de 30% da preservação de vidas. Enquanto o meu País tiver homens e mulheres que não se



responsabilizam pelo eleitor e pelo cidadão, nós teremos números repetidos dessa forma.

A segurança pública do Estado de Alagoas está comprometida em preservar vidas e faz isso com números e nomes. Mas hoje eu quero deixar bem claro: a segurança pública tem voz e tem representatividade: é o povo do meu Estado.

Eu quero que a minha segurança, que a minha polícia, vá à favela para praticar a mesma coisa que pratica no asfalto. Eu quero que a minha polícia abra uma Pajero, uma Land Rover ou uma Mercedes da mesma forma que abre um barraco na favela. É isto o que eu peço a minha polícia: tenha um procedimento único, porque, se o procedimento estiver errado, vai ser mudado. Não podemos ter uma polícia para cada canto do Estado. Eu quero que a polícia que vai à Ponta Verde, um bairro nobre, seja a mesma polícia que vai lá à Grota do Cigano. Se estiver errado o procedimento, vamos mudar. Vamos mudar a origem, vamos mudar a concepção. Agora, não é porque há um caso aqui e acolá de desvio de conduta... Porque eu tenho desvio de conduta, senhores e senhoras, no meu País todo. Eu tenho desvio de conduta nas Assembleias, nas Câmaras, no Judiciário, no Ministério Público, numa sociedade corrompida. Eu tenho desvio de conduta no Congresso Nacional. Eu tenho desvio de conduta no Brasil! E os desvios de conduta refletem-se também nas forças policiais. Mas eu tenho, no meu Estado, homens e mulheres que todo o dia botam a sua vida em risco para proteger a vida da sociedade. Eu não aceito o discurso vazio de que a polícia é a responsável por uma violência institucionalizada. Isto não é verdade, Deputado Presidente! A violência generalizada que está no meu País — quero deixar isto bem claro — é fruto da irresponsabilidade de quem pode mais, e quem pode mais não é a polícia.

Quero dizer que o Governo Renan Filho se compromete, e isso aí é algo sem volta, a preservar vidas. O Governo Renan Filho tem trabalhado muito para trazer para perto da segurança pública secretarias afins, que possam, nas áreas mais violentas, fazer o seu papel. É muito bom que os holofotes estejam em Alagoas e que os casos surjam para ser solucionados, mas é bom que fique claro para a CPI: os senhores, que são Deputados e Deputadas com responsabilidade, saibam que Alagoas está baixando os números de mortes. Mas o que causa o caos em Alagoas, além da responsabilidade, como eu falei, de quem pode mais, é a droga, que nós



não produzimos. Rodam três ou quatro mil quilômetros para chegar ao meu Estado porque falta uma política de fronteira. As armas que apreendemos este ano... Foram mais de mil armas, 60% a mais de apreensões. Nós não produzimos armas. Vêm do lado de fora do nosso País e chegam às mãos de quem pode menos, os nossos jovens, como disse o Deputado, de 18 a 29 anos.

Agora, Deputado Presidente, a CPI — isto me deixa satisfeito — foi feita para criar política nacional. E política nacional tem que ser vista como algo que foi feito na saúde e na educação, porque não dá... Quando V.Exa. assumiu o seu mandato... V.Exa. é um Deputado muito bem votado de Minas Gerais. O Deputado do Acre tem os mesmos direitos e garantias que tem V.Exa. no plenário do Congresso Nacional.

Não posso ter o meu policial aqui sem direito a um curso de reciclagem. Não posso ter o meu policial com um colete vencido ou com uma arma que está emperrando. Não posso ter o meu policial ganhando três vezes menos do que um policial de São Paulo, porque não existe uma política de segurança pública definida no meu País. Eu não posso ter o meu Estado de Alagoas tachado como o Estado que mais mata jovem ou preto, ou que mais mata por arma de fogo, porque eu tenho Estados da Federação que sequer medem o número de mortes, tratam por evento. Eu não posso ter o meu Estado escandalizado nacionalmente porque a verba da segurança pública dada a Alagoas é muito menor do que a verba dada a São Paulo, porque a bancada do Estado de Alagoas, em termos de representatividade quantitativa, pode muito menos do que a bancada do Estado de São Paulo.

Se quiserem mudar o quadro da violência hoje instalado no Estado de Alagoas... Tudo isso tem nome e sobrenome: chama-se investimento. Enquanto não houver um investimento nessas áreas mais pobres, e que os senhores tenham a oportunidade de ir às grotas para verem que a essa hora os menores estão entregues aos traficantes porque falta tudo. Enquanto não houver investimento nessas áreas em que o menor nasce, cresce, vive e morre analfabeto, nós não mudaremos a realidade. Mas a segurança do meu Estado está agindo com o mesmo padrão. O que eu não aceito é que o meu policial faça algo que não faria na Ponta Verde. O que eu não aceito é que o meu policial seja acusado de truculento, porque o que está de terno foi tratado diferente daquele que está de pés descalços. Enquanto for Secretário de Segurança, a segurança pública dará as respostas



necessárias, mas também saberá levar responsabilidade a todos aqueles que têm a devida responsabilidade.

Eu acho que chegou a hora de apenas apontar a polícia como a responsável por todos os males. Não. Eu trago aqui números. A nossa polícia, trabalhando em conjunto, preservou, até o presente momento, 225 vidas.

Eu disse a V.Exa. que eu tinha um compromisso com a comunidade muito simples, e vou lá agora, porque se fosse uma comunidade mais importante, se fosse alguém mais importante, eu não deixaria esta CPI. Mas trouxe o meu Secretário-Adjunto, que assumirá este lugar. Todos as reclamações que aqui chegarem e que tiverem fundamento serão alvo de uma investigação séria.

Mas, senhores, para concluir, eu quero agradecer, em nome da segurança pública, a oportunidade de estar presente e passar para a sociedade o outro lado da moeda. Segurança pública não é responsável pelos males do meu País; segurança pública foi feita para estar ao lado da sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - ... eu cometi um lapso na minha fala: esqueci de mencionar a minha amiga, a Deputado Rosinha, a quem tive a honra de conhecer ano passado, defendendo os interesses de todas as mulheres deste País com bravura, dedicação. Nós sabemos do seu compromisso com a sociedade. Eu a tenho também como um exemplo na gestão pública do País.

Então, só para ratificar aqui que eu cumprimentei a Mesa toda, mas havia me esquecido de falar da companheira Rosinha.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer a presença do nosso Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Dr. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto.

Quero dizer que, primeiro, eu fico feliz, Secretário, de o Estado de Alagoas não aplicar a subnotificação. Talvez seja uma das causas em que o Estado tenha o maior índice.



Independente de praticar ou não a subnotificação, nós temos que concordar, mesmo com a redução, que eu acho um resultado positivo para quem tem 4 meses de Governo, o novo Governo Renan Filho, que ainda é muito alto. Ou seja, nós não temos o que comemorar, menos ainda a população mais jovem, negra e pobre do nosso Estado de Alagoas. (*Palmas.*) Mas também reconheço que há uma preocupação. Também reconheço que alguns Estados — e o Secretário foi muito feliz — diminuem homicídios ampliando o número de desaparecidos. Isto é um absurdo! Faz parte também do estudo da CPI avaliar os novos desaparecidos do processo democrático (*palmas*), porque, após o término da ditadura, nós temos mais desaparecidos do que no período da ditadura.

Também, Secretário, V.Sa. foi muito feliz ao falar de um novo pacto federativo. Concordo com V.Sa. Eu acho que um dos desafios desta CPI é envolver os Municípios no processo. É um absurdo uma comunidade ser invadida por uma dita inteligente operação, como aconteceu na Bahia, em Cabula! Diziam que os 12 jovens estavam envolvidos e tinham passagem pela polícia. Iam fazer assalto a bancos, explosões de caixa eletrônico e todos tinham passagem pela polícia. No final da operação, 12 foram mortos, 11 não tinham nenhuma passagem pela polícia e praticamente foram executados.

O que nós queremos dizer com isso? Os Municípios, as lideranças, as comunidades, o Prefeito, as Câmaras têm que ser informados, têm que participar desse processo. Não dá para os Municípios não assumirem a sua responsabilidade em relação à segurança pública. E não dá também para o povo, o cidadão, ficar excluído da elaboração, da concepção e da inteligência da segurança pública. Eu acho que nós temos que compartilhar. (*Palmas.*) Compartilhar não só do ponto de vista dos recursos, na minha opinião, mas aportar mais recursos. Na minha opinião, a União tem o dever — evidente por ficar com a maior parte do bolo — de aportar mais recursos no tema segurança pública junto com os Estados, e também junto com os Municípios.

Então, na verdade, nós queremos fazer um novo conceito sobre segurança pública.

Eu também concordo com V.Sa.: os policiais são vítimas e algozes do sistema de segurança pública. Eles são mortos também, são assassinados. Dos



homicídios em relação aos policiais, 85% são fora do serviço, e dos homicídios cometidos pelos agentes de Estado, 85% estão em serviço. Nós temos que pesquisar por que eles são mortos fora do serviço, qual é essa causa também, para compreendermos o problema como um todo em relação à segurança pública.

Agora, nós temos que definir — também é um erro da Constituição brasileira —, porque não definimos bem, o que é ordem pública. Ao não definir bem o que é ordem pública e não ter um plano nacional estratégico sobre segurança pública — e os indicadores apontam que o Brasil não resolve nenhum problema de crime contra a vida, só 3% —, nós podemos afirmar que a nossa população carcerária está presa por crime em flagrante. Metade da população carcerária, que a cada 10 anos dobra de tamanho, é de presos provisórios — e só estão presos porque são negros, jovens e pobres, porque se tivessem dinheiro não estariam presos (*palmas*); mais da metade, 80% desses presos, são jovens e negros. Oitenta por cento desses crimes, lamentavelmente, não foram a julgamento.

Eu descobri também que julgamento contra patrimônio é quase zero, excetuando os presos em flagrante, e, nessa lógica que nós estabelecemos no Brasil, crimes nessa guerra contra as drogas. Na verdade, nós temos que discutir que mais de 30% da população carcerária são apenas usuários de drogas. O Brasil deveria adotar como concepção que a saída para o usuário de droga é a saúde pública e não a segurança pública. (*Palmas.*)

Então, na minha opinião, nós constituímos um sistema que está falido — sabe, Secretário? Nós gastamos no Brasil — e o IPEA já comprovou lá, não é, Paulão? — 258 bilhões de reais com segurança pública. Sabe o que significa isso? Mais do que nós gastamos por ano com a saúde, 108 bilhões, e mais do que nós gastamos com toda a educação, 130 bilhões. Aí, de fato, nós temos que avaliar onde e como aplicar os recursos.

Eu concordo com V.Exa., porque foi muito perfeito, quando disse, com muita clareza, que uma das razões dessa falência também é a ausência do Estado, que, às vezes, lamentavelmente, a única presença do Estado são as forças de segurança. Nós temos que reverter isso, temos que chegar às comunidades mais periféricas, às comunidades mais pobres, e levar as políticas do Estado brasileiro. Nós temos de seguir o caminho que seguiu Bogotá. Bogotá era a capital mais



violenta do mundo. Em 3 anos, implantaram diversas políticas: ciclovias, iluminação, ruas sem saída, retirada de muros das obras públicas. Deram institucionalidade aos bairros, com postos de saúde, quadras, escolas, bancos. A capital passou a ser a 40ª capital mais violenta, isso em 3 anos. Ou seja, todos se uniram. Toda a sociedade impôs uma nova cultura da paz.

A sociedade brasileira tem muita tolerância com a violência, e nós não podemos admitir isso. A sociedade, às vezes, fala assim: “Ah! Mas ele era envolvido...” Ou seja, parece até que uma pessoa que está envolvida em algum tipo de tráfico, ou usa droga, pode ser assassinada. Sempre a vítima passa a ser culpada pela sua morte.

Então, este é um desafio muito grande que temos pela frente: mudar essa cultura. O Brasil não pode e não será um país... Nós aprendemos nos bancos escolares que nós éramos um país civilizado, um país hospitaleiro, um país gentil, um país pacífico. Tudo mentira! Nós somos o país mais violento do mundo. Temos problemas em admitir que nós somos racistas (*palmas*), temos dificuldades em admitir que nós temos abordagem seletiva e temos dificuldades em admitir que nós somos um país com tremendas desigualdades e que a maioria da nossa população, em especial os negros, depois da escravidão, foi mandada para os morros e para a pobreza, e agora, lamentavelmente, parte está sendo mandada para o encarceramento ou para o homicídio.

Esta é a realidade, e não é um problema de só Maceió. Não é um problema de Alagoas, é um problema do Estado brasileiro. Eu tenho dito lá na CPI, e conversei sobre isso com a Presidenta Dilma e com o Ministro José Eduardo Cardoso, que estão elaborando — e V.Exa. participou da reunião — um plano nacional de enfrentamento ao homicídio. Esse plano nacional não pode ser uma política do Governo Dilma. Esse plano nacional tem que ser uma política do Estado brasileiro. (*Palmas.*)

Nós temos que estabelecer essa política como uma nova cultura para o Estado brasileiro. Nós não podemos aceitar somente estar acima das metas colocadas pela Organização das Nações Unidas, da qual nós somos filiados, porque este País tem que dar direito de todo mundo poder ir e vir, de ter os seus domicílios preservados, de ter a sua segurança, não mais com uma concepção de abordagem



pela cor da pele, porque, na minha opinião, isso seria racismo dissimulado, e nós temos que enfrentar todo esse indicador.

Mas fico muito feliz, ao sair daqui, de saber que a Secretaria aqui em Alagoas está firme e tem a postura de não comemorar, porque os indicadores são ainda muito gritantes, estarrecedores, mas trabalha pela redução. E quando a gente reduz uma vida dá fôlego — não é Secretário? — dá ânimo para continuar lutando.

Então, quero aqui parabenizá-lo pela sua postura e pela presença nesta audiência. Um abraço ao nosso Governador Renan Filho. Diga a ele que nós estamos todos juntos, porque esta causa é suprapartidária, é uma causa de toda a sociedade brasileira, de todos os movimentos e do povo que, na ponta, recebe a política de segurança pública.

Muito obrigado pela presença. *(Palmas.)*

Sei que V.Sa. vai ter que se ausentar. Por isso convidamos o Coronel Marcos Vinícius para compor a Mesa, representando aqui o Secretário de Defesa Social do Estado de Alagoas. *(Pausa.)*

Passo a palavra a minha colega também, Secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, Rosinha da Adefal. S.Sa. foi uma grande Deputada. Tive a oportunidade de conviver com ela, no mandato passado, durante 4 anos. Muito obrigado, Deputada, por estar presente.

V.Sa. tem a palavra por 10 minutos. *(Pausa.)*

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL - Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Permita-me, Presidente, companheiro de Câmara, com atuação brilhante pelos direitos sociais, pelos direitos humanos, e, agora, muito bem colocado, na Presidência desta CPI, cumprimentar todos que fazem parte desta Mesa, bem como a não menos importante Deputada Rosângela Gomes, que aqui representa tão bem a bancada feminina do nosso Congresso Nacional. Em tão pouco tempo e tão atuante, atuação que já chegou ao nosso conhecimento, já nos orgulha como mulher e como Parlamentar. Na sua pessoa, cumprimento todos que fazem parte desta Mesa.

A esta plateia aqui, a este plenário tão rico e tão diverso, eu quero cumprimentar também na pessoa de uma mulher bastante lutadora, bastante guerreira, que vem desses movimentos e que tem me ensinado muito, que já tinha



ouvido muito falar dela aqui em Alagoas, mas ouvi falar muito melhor lá em Brasília: a minha companheira Zezé, do Fórum de Combate à Violência contra as Mulheres. (Palmas.)

Sr. Presidente, colegas da Câmara, colegas secretários, demais presentes, primeiro, quero parabenizá-los pela iniciativa da CPI, em especial o Deputado Paulão, fazendo parte aqui, representando a nossa bancada alagoana, em trazer essa discussão para o nosso Estado, porque, nem sempre fazendo parte da CPI a gente consegue realizar uma audiência aqui. Então, quero parabenizá-lo pela iniciativa.

Recebi a missão de estar à frente da Secretaria da Mulher e Direitos Humanos, agora em janeiro, uma missão bastante difícil, eu que já trilhei pelos movimentos sociais, especificamente, ou principalmente, em defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Fiz parte de muitos Conselhos de Direitos — Conselho de Saúde, Conselho de Educação, da Assistência. Fui gestora de uma instituição que hoje traz o meu nome, o meu sobrenome, pois é a minha segunda casa, é a minha segunda família, a Adefal. Também trilhei a defesa desses movimentos, como Vereadora e depois como Deputada Federal. E agora recebo do Governador Renan essa missão tão difícil: garantir os direitos da mulher e os direitos humanos de todo cidadão alagoano.

Vejo, com clareza, hoje, depois desses 4 meses, a importância que tem essa Secretaria. Eu gostaria inclusive de seguir o exemplo do nosso Governo Federal de uma secretaria só para a garantia e o combate à violência dos direitos da mulher, outra secretaria só para a garantia e a defesa da igualdade racial, outra secretaria só para a garantia (*falha na gravação*) dos direitos humanos de todo cidadão alagoano, mas a crise que o nosso País enfrenta, e não diferentemente o nosso Estado, não permite isso. Então, acumulamos todas essas funções e, com certeza, de mãos dadas principalmente com os movimentos sociais, estamos tentando desenvolver uma política de garantia de direitos humanos.

Como bem colocaram os que me antecederam, o Deputado Paulão, o nosso Secretário de Segurança e os demais colegas que compõem a Mesa, Alagoas detém os piores índices sociais. Quando se fala em falta de segurança e quando se fala em mortandade, o Estado também fica com os piores índices. E sabemos a



causa dessas mazelas, com certeza, o descaso com todas as questões sociais, tão bem pontuada e tão bem colocada aqui pelo nosso Secretário de Segurança.

Há ausência do Governo principalmente em relação à educação, em relação à inclusão para o trabalho. Só quando trabalharmos na melhoria desses índices, reduziremos esses índices sociais tão *(falha na gravação)* com relação à segurança, com relação à morte de pobres, de jovens, de negros, de crianças e de mulheres no nosso Estado. Se não atacarmos a questão por esse ângulo, com certeza de nada vai adiantar todo o investimento em segurança pública.

Colegas Deputados, mais ou menos na metade do mês de abril, os 18 Secretários, em reunião com o nosso Governador Renan Filho, tivemos aprovados por ele os planos de atuação para 2015. Todas as Secretarias, sem exceção, apresentaram planos, colocando como prioridade a segurança, a educação, a saúde e, na transversalidade de todas essas políticas, a questão dos direitos humanos.

A nossa missão é desmistificar que direitos humanos, como infelizmente a maioria da população entende, é a defesa da população carcerária e que segurança é apenas a prevenção, a criminalidade com relação à opressão a essa criminalidade. Precisamos desmistificar isso. Fomos autorizados pelo querido Governador Renan a trabalhar exatamente nesse ângulo, nessa desmistificação, procurando a segurança e a redução da criminalidade, trabalhando principalmente a prevenção. Por isso, temos hoje a Secretaria de Prevenção, dirigida pelo companheiro Jardel e ligada à Secretaria de Segurança, à Secretaria dos Direitos Humanos, à Secretaria da Saúde e à Secretaria da Educação.

Dentro dos programas de Governo, na nossa Secretaria, temos toda a rearticulação de atendimento à violência contra a mulher. Também temos toda a reativação, a reorganização do atendimento à questão dos direitos humanos e, principalmente, à criança e ao adolescente.

Abro um parêntese: hoje é 18 de maio. Precisamos dar visibilidade à Campanha de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Estamos fazendo campanha em várias escolas. O Estado inteiro está se mobilizando nessa campanha de combate à violência contra criança e adolescente. Precisamos trabalhar em parceria.



É nosso projeto também a preparação e capacitação dos agentes públicos que trabalharão na prevenção e combate à violência, a começar pela polícia, e também dos agentes da saúde e da assistência, uma capacitação de como lidar com o usuário que necessita dessa política pública de direitos humanos.

Por fim, Sr. Presidente, entendemos que só será possível combater a criminalidade e a violência com a ajuda de todos e, sobretudo, com ações como esta que a CPI nos traz.

Acreditamos que o investimento do Governo Federal durante os últimos anos não foi pouco para este Estado. O que nos faltou com certeza foi a boa gestão desses recursos. Quando pensamos e falamos nisso, olhamos para a quantidade de recursos, principalmente na área de segurança, que voltou. E aqui eu olho para a minha amiga Arísia, que tanto tem me cobrado, e para a minha amiga Valdice, Presidente do Conselho Estadual da Igualdade Racial, que tanto tem me cobrado a questão do Plano Juventude Viva. Esse recurso veio pelo PRONASCI, voltou e veio novamente. Infelizmente, até a última gestão, pouco ou quase nada se fez relativamente à aplicação desse recurso, principalmente para os jovens.

É um compromisso nosso, é um compromisso deste Governo fazer a boa gestão dos recursos do Governo Federal e captar mais recursos em parceria com as entidades privadas, porque sabemos que todas as entidades privadas precisam também assumir a sua responsabilidade com essa sociedade. E, com os movimentos sociais de mãos dadas com o Governo, principalmente através dos nossos Conselhos de Direitos... E aí também nos cabe como missão a rearticulação, a reorganização e uma boa estrutura e capacitação aos conselheiros de direitos deste Estado e também aos conselheiros tutelares.

Aqui eu vejo o Prof. Edmilson, Presidente do Fórum de Conselheiros Tutelares deste Estado. Estamos trabalhando este ano para uma eleição unificada em todo o País. Estamos também reorganizando, Prof. Edmilson, a nossa Escola de Conselhos, que visa capacitar os conselheiros tutelares e conselheiros de direitos. Esse recurso também esteve bastante tempo parado, sem gestão. É nosso compromisso fazer o bom investimento e a boa gestão, para que o povo tenha o resultado positivo de que precisa: a melhor segurança, a redução da criminalidade e a melhoria dos índices sociais.



É essa a minha mensagem, Sr. Presidente, colegas Deputados, companheiros Secretários, amigo membro do Ministério Público, que também tem feito o seu papel cobrando-nos e fiscalizando nossa atuação. E aí, junto com todos os companheiros, temos de dar esse resultado, não ao Ministério Público, mas ao povo, que é o verdadeiro necessitado de todas essas políticas.

Finalizo as minhas palavras, mais uma vez parabenizando a todos e parabenizando esta CPI pela atuação. Com certeza, brevemente colheremos bons resultados, com a melhoria dos índices, não só em nosso Estado, mas também em nosso País.

Muito obrigada.

Boa tarde a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Rosinha da Adefal, Secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, agradeço-lhe a presença e a contribuição.

Passo a palavra à Secretária do Esporte, Lazer e Juventude, nossa companheira Cláudia Petuba.

A SRA. CLÁUDIA ANICETO CAETANO PETUBA - Boa tarde a todos e a todas! Cumprimento todos os Deputados Federais na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes e do nosso anfitrião Deputado Paulão, proponente da CPI; cumprimento todos os Deputados Estaduais na pessoa do Deputado Ronaldo Medeiros; cumprimento todos os Secretários de Estado na pessoa da Secretária Rosinha — somos poucas mulheres; então, homens, permitam-me cumprimentá-los na pessoa dela —; cumprimento todos os Vereadores na pessoa do Vereador de Maceió Marcelo Gouveia; cumprimento a Prefeitura Municipal de Maceió na pessoa da Adriana Toledo, presente ali atrás.

Eu peço licença para me alongar um pouco no registro de algumas entidades presentes, o que eu acho que é importante para ilustrar a diversidade que está aqui hoje dentro do plenário para debater tema tão importante.

Eu gostaria de cumprimentar as juventudes partidárias, a Maiara, representando a juventude do PMDB. Há alguns representantes aqui da juventude do PT, quero cumprimentar o Luciano, a Daiane, representando a UJS;



cumprimentar o Ésio, aqui representando a UJR e o PCR; cumprimentar também a Luciene, representando a juventude do PSTU.

Eu gostaria de cumprimentar o Grupo Gay de Maceió, o Grupo de Capoeira Angola Emanuel, a Associação dos Folguedos Populares da Zona Sul, a União de Moradia do Benedito Bentes e a Associação dos Moradores do Graciliano Ramos.

Eu gostaria também de cumprimentar a comunidade acadêmica da UFAL — Universidade Federal de Alagoas. Aqui há alguns representantes estudantes, como também alguns professores. É o caso da Profa. Ruth, que desenvolve uma pesquisa muito importante para o nosso Estado na temática da violência.

Quero cumprimentar a Associação São Francisco de Assis, a Colônia de Pescadores de Marechal Deodoro, o Conselho Racial, a Associação Cultural Tambores de Angola. Quero cumprimentar também o movimento sindical, o Sindicato dos Jornalistas e a CUT, na pessoa da Amélia Fernandes, sua Presidente.

Eu gostaria também de cumprimentar a nossa diversidade religiosa, nas pessoas da Mãe Vera, do Padre Manoel Henrique e de dois jovens que atuam também nas suas igrejas, o Rodolfo, na Igreja Sara Nossa Terra, e o Fábio Rogério, na Igreja Católica.

Gostaria de cumprimentar também a Élide, que é Vice-Presidente do Conselho Estadual de Juventude, e a Rubia, representante do Conselho Nacional de Juventude.

Já peço desculpas por algumas tosses. Provavelmente, eu irei tossir. Adianto que é uma tosse alérgica. Não é nada contagioso. Portanto, não fiquem preocupados.

Eu gostaria também de cumprimentar a Morgana Tavares, que é a nossa Secretária Adjunta de Juventude, nesse compromisso do Governador Renan Filho de, pela primeira vez, colocar a juventude na centralidade do Governo do Estado. Pela primeira vez, passamos a ter uma Secretaria Estadual de Juventude.

Eu gostaria de fazer uma fala rápida, mas que também me permitisse fazer um rodeio pelo mundo, porque a humanidade tem avançado muito no último período, em vários quesitos da ciência e da tecnologia, mas muitos antropólogos, sociólogos, discutem sobre, de fato, os rumos que a civilização tem tomado. Alguns



classificam até como a sociedade da barbárie, dado ao elevado acirramento que diversas comunidades, diversas regiões urbanizadas acabam tomando.

E nós vivemos, de fato, um momento muito conturbado no mundo como um todo. Nós temos a maior crise econômica da história, a crise econômica que vem devastando várias economias consolidadas. E nós temos também a incidência de uma guerra, considerada por alguns estudiosos também uma terceira guerra mundial, só que dessa vez fragmentada em diversas partes do mundo. E esse cenário conturbado, seja ele no patamar econômico, seja ele no patamar bélico, sempre gera um reflexo predominantemente para um segmento da sociedade, que é a juventude. Tanto que, recentemente, o Governo espanhol, procurando encontrar alternativas para a sua economia fortemente afetada pela crise econômica, lançou uma cartilha aconselhando aos jovens da Espanha que pudessem procurar outros países, porque a década que iria se abrir seria uma década perdida, e, dentre poucos países, listou o Brasil como um dos que a juventude mundial deveria buscar atrás de oportunidades.

Passamos, recentemente, a ser afetados por essa crise econômica, que produz muitos efeitos, e, mais uma vez, como sempre, o maior afetado com o elevado número de desemprego, com o subemprego, com a criminalidade, com os índices de homicídio, é o jovem, predominantemente o jovem negro, que se encontra na periferia, nitidamente se mostrando a potencialização das diversas formas de preconceito, a partir das disparidades econômicas.

Recentemente, um estudioso, o Prof. Carlos Martins, da Universidade Federal de Alagoas, fez uma pesquisa, pela qual buscava atingir o título de mestre na Universidade e também porque era professor do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, tentando entender qual era a lógica da abordagem policial e qual era a lógica da abordagem que se dava para aqueles jovens que rotineiramente eram vítimas de uma abordagem mais repressiva — isso em 2013. Ele diagnosticou que apenas 5% dos entrevistados conseguiam distinguir o que era força, o que era violência, e quais eram os critérios de abordagem.

A tese do seu mestrado apresenta muito bem que, predominantemente, as abordagens se convencionavam como típicas de delinquentes, denominados “os malas”. Quem eram “os malas”, de acordo com a descrição para esse tipo de



abordagem? Eram os jovens que vestiam roupas de marca *surfwear*, andavam balançando os braços, usavam bonés e, tipicamente, usavam gírias, ou seja, um estereótipo — estereótipo esse, eu gostaria de falar, que vem predominando fortemente no modo de produção pelo qual a humanidade vem se organizando, que estimula o consumo, que estimula o estereótipo.

No entanto, predominantemente, os crimes praticados pelos jovens são crimes de maneira distinta. Querem alegar a redução da maioria penal de forma equivocada. Menos de 10% dos crimes que os jovens cometem são crimes que atentam contra a vida de outrem; predominantemente, os crimes praticados são os ligados ao patrimônio, ao consumo: é o furto, é o roubo de celular, de tênis. Esses são predominantemente os crimes que fazem com que o jovem venha a ser inserido na estatística da criminalística.

É também esse tipo de prática uma acessibilidade mediante a necessidade que muitos jovens de periferia têm em ter, no mundo do crime e no mundo das drogas, uma forma fácil e rápida de conseguir dinheiro para conseguir se enquadrar naquele padrão de sociedade. E é a forma também de captação de recursos mais acessível perante as comunidades.

Logo, falo um pouco sobre tudo isso também para dar o exemplo do “rolezinho” que, predominantemente, os jovens negros das comunidades, que procuravam os *shopping centers*, os principais centros comerciais de classe média... Ou seja, estou colocando esses exemplos para apresentar que a desigualdade econômica potencializa fortemente as desigualdades em nosso País, potencializa todas as formas de preconceito.

Recentemente, nós tivemos aqui em Alagoas o agravamento de todas as estatísticas. Como sempre, em toda a realidade social que se agrava, o jovem passa a ser a maior vítima. Nós tivemos, nos últimos anos, o agravamento da realidade social e econômica. E foi também aqui em Alagoas que nós tivemos o agravamento das situações que vinham a expor o jovem pobre e negro às situações de vulnerabilidade.

Questiona-se — foi até comentado aqui — a incidência do *crack* para poder potencializar. O *crack* está presente em todo o território nacional. Como é que o *crack* consegue chegar a todo o território, e alguns Estados conseguiram retroceder



nas suas estatísticas? O *crack*, como chegou a todos os Estados, chegou também aqui — falo do *crack* para poder simbolizar as diversas drogas —; chegou também a Alagoas, mas só que aqui conseguiu mais que dobrar as estatísticas de violência.

Aqui em Alagoas, nós podemos fazer um diagnóstico importante: nós tivemos o agravamento da nossa realidade social, colocando o jovem nessa centralidade, porque nós tivemos uma omissão dos aparelhos de Estado no cuidado com a sociedade. Nós tivemos o desmonte da máquina pública em todas as áreas sociais, principalmente nas áreas que faziam trabalho preventivo da criminalidade e da violência: na saúde, na educação, na segurança. Tão grande foi o descuido, nos últimos anos, com essas temáticas que acabaram confluindo para agravar o cenário ao qual o jovem era submetido. E uma prova disso é que, recentemente, nesses primeiros meses de Governo... O Secretário Alfredo, que teve que se ausentar, citou aqui a redução considerável das estatísticas. Alagoas, que sempre se destacou, nos últimos anos, nas piores estatísticas sociais, agora, a partir de janeiro, passa a se destacar no combate à criminalidade e no trabalho preventivo. Os dados estatísticos apresentados pelo Secretário Alfredo, que tem feito um excelente trabalho, provam isso.

Estou colocando essas questões para pautar que, na centralidade do combate a todos esses problemas, há a necessidade de fortalecer a máquina pública, de fazer a máquina pública presente onde ela mais se ausentou: nas comunidades, nas regiões predominadas pelo tráfico, onde muitas vezes sequer o aparato policial conseguia adentrar, onde diversos serviços sociais para adentrar necessitavam de autorização do traficante da região.

Estou colocando essas questões também para reforçar que há um compromisso que está dado e já está em curso aqui no Estado de Alagoas, quando o Governador Renan Filho é eleito por um programa que contém todas essas questões e abordagens que eu estou apresentando e que elege três princípios: a ética, a proximidade e um terceiro, que eu acho um dos mais importantes, que é o da proximidade, de ter sempre a máquina pública, o Estado presente na vida das pessoas — que o Estado deixe de ser algo presente para impor burocracia, para cobrança de impostos, para uma agenda negativa. Essa agenda está sendo construída. Para essa agenda ser executada é que a Secretaria Estadual de



Esporte, Lazer e Juventude foi recriada. Pela primeira vez, a juventude foi colocada no patamar de Secretaria.

É importante compreender que passamos a desenhar um novo capítulo da política pública de juventude em Alagoas, uma política pública que vem se desdobrando muito recentemente no País com a criação, em 2005, pelo Presidente Lula, da Secretaria Nacional de Juventude. Logo, é importante que toda a sociedade alagoana e brasileira possa fazer um pacto para que essa política pública nova possa ganhar proporções maiores e, de fato, ser executada a partir de um pacto coletivo, porque discutir juventude...

Nós estamos aqui hoje com (*falha na gravação*) denominada de um problema à qual a juventude tem sido fortemente fisgada, mas é importante discutirmos a centralidade da juventude na sociedade atual, por ser a juventude o segmento determinante na vida do cidadão, sendo tomada na juventude boa parte das escolhas que impactarão na vida daquele cidadão. Ocorre que nenhum governo sozinho será capaz de dar respostas a esses problemas, de atender aos anseios mais profundos da sociedade se não tivermos uma atuação conjunta em torno (*falha na gravação*) dos poderes legalmente constituídos, das entidades representativas da sociedade, do Poder Legislativo, do Executivo, do Judiciário, dos movimentos populares, para que, conjuntamente, possamos colocar a juventude na centralidade das discussões de política pública.

O Plano Juventude Viva foi lançado em 2012 e muito pouco avançou. Estamos rediscutindo o cronograma, a linha de abordagem desse programa, da mesma forma que nacionalmente também o está, dando redefinições gerais de como nós podemos fazer com que diversas Secretarias, Prefeituras, Ministérios possam ter, nas suas áreas, recorte específico da juventude, para que nós possamos combater essa grave realidade econômica e social e criar oportunidades para que o jovem não só deixe de, nas comunidades, prioritariamente, ser abordado de forma criteriosa pelos aparelhos de Estado, como também tenha uma gama de oportunidades criadas.

Fico por aqui, o tempo se esgotou, mas gostaria de parabenizar pela iniciativa o Deputado Paulão, que tem feito um excelente trabalho na Câmara dos Deputados, representando os alagoanos de forma muito digna na Câmara Federal, o que é



muito importante no momento em que nós precisamos enaltecer e fortalecer a importância da classe política e dos poderes constituídos do nosso País.

Parabéns a todos!

Muito obrigada pela presença e pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Secretária de Esporte, Lazer e Juventude. Eu também acho que a Juventude e a Secretaria têm que buscar fazer políticas transversais e buscar dialogar com todas as secretarias para o sucesso desta temática.

Quero registrar a presença do Vitor Felipe Coelho, da Associação dos Tecnólogos da Segurança do Trabalho. Está também aqui o Wagner Pereira, o Ronaldo Lima, o Anton Luiz, todos da Associação dos Tecnólogos.

Há uma lei muito importante — o Deputado Paulão poderia nos ajudar — que regulamenta a profissão de tecnólogo no Brasil. A profissão existe há 50 anos, e nunca foi reconhecida. O não reconhecimento tem diminuído a procura de matrículas e a oferta de cursos na formação de tecnólogo, importante para a juventude brasileira. Vários jovens preferem uma formação mais tecnológica e menos universal, mais para o mundo do trabalho.

E o não reconhecimento da profissão prejudica o conjunto de políticas públicas. Inclusive, eu sou o autor da lei. Ela está prontinha para ser votada. Deveria estar no Senado, mas houve recurso ao Plenário. Então, nós temos que derrubar o recurso ou votar a matéria no plenário da Câmara, para que ela possa ir ao Senado. É uma política importante.

Quero registrar também a presença de: Israel Soares da Silva, Presidente da Associação do Complexo Benedito Bentes; Denivan Costa de Lima, do Movimento Negro; Emanuel Messias dos Santos, do Pilar; Milton, do Conselho Estadual de Juventude; Paulo de Souza; Paulo Vilhena, da Saúde Mental do Estado; Josimar Tavares; José Ferreira de Souza; Madson Wesley; Marcos Rodrigues; Ailton Cruz; Paula Simoni; Graça Carvalho; Vanize Seixas; Daniel Calixto dos Santos; Eladio Cavalcante, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Muito obrigado a todos pela presença.

Quero passar a palavra ao Secretário de Estado de Prevenção Social à Violência, Jardel da Silva Aderico. O Jardel foi também parceiro numa Comissão que



eu tive a honra de presidir, a Comissão Especial de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Estivemos inclusive aqui em Alagoas em 2001, no programa Crack, é possível vencer.

Com a palavra o Secretário Jardel.

O SR. JARDEL DA SILVA ADERICO - Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes. Peço permissão à Mesa para, em nome do Deputado Reginaldo Lopes e do Deputado Paulão, cumprimentar a todos, para que possamos avançar.

Não há como deixar de citar a honrosa presença dos Deputados Estaduais Rodrigo Cunha e Galba Novaes. A Casa se engrandece com a presença de vocês. É a partir dos senhores que vai se tornar forte também nesta Casa o debate sobre prevenção e enfrentamento da violência.

Registro a presença do Vereador Marcelo Gouveia, que também tem o desafio de levar para a Câmara de Maceió o debate acerca da prevenção e do enfrentamento da violência; da Secretária Adriana Toledo, com quem estou dialogando também via Maceió; do Pedro Montenegro; da Profa. Ruth; do Padre Manoel Henrique e, especialmente, das demais pessoas. De uma forma ou de outra, é a partir dos senhores e das senhoras que os clamores das comunidades de fato chegam a um nível mais elevado.

Eu olho para a Arísia, Deputado Reginaldo Lopes, e vejo que os gritos dela ecoam comunidades adentro, porque ela consegue muito rapidamente enxergar esses apelos sociais e traduzi-los da forma mais compreensível para os demais poderes.

Eu acho que nós temos um desafio. Permita-me, antes de apresentar esse desafio, dizer que a Secretaria de Prevenção Social à Violência foi a Secretaria de Promoção da Paz do Governo Teotônio Vilela. Em algumas reuniões com o Governador Renan Filho, houve o desejo e a determinação de um realinhamento na construção de políticas de prevenção social à violência. Ela passa a pensar, a debater e a construir, de forma estruturada, políticas de prevenção à violência, em todos os seus cenários de realidade.

Dá para lembrar alguns aspectos. A violência não nasce de qualquer forma no indivíduo, não nasce da vontade do indivíduo. Eu acho que algumas coisas nós temos que relembrar na lógica de enfrentamento da violência. É preciso promover



inclusão social. Não vamos precisar, Deputado Reginaldo Lopes, aprofundar o que significa desenvolver e fortalecer políticas de inclusão social, mas também não dá para dizer que violência e criminalidade são problemas da pobreza, senão correremos o grave risco de dizer que todo pobre é violento. Isso não é verdade. Da mesma forma que se torna presente nos bolsões de miséria, a violência está, de forma silenciosa, na classe média e na classe rica, as mais desenvolvidas economicamente.

Há outro desafio na lógica de enfrentamento da violência, que é a necessidade da estruturação de repressão legítima. É a presença do Estado sobre aquele indivíduo que promove criminalidade e violência. O Estado se torna presente a partir da ação da polícia e efetivamente a partir da ação da Justiça. E aí nós relembramos que a impunidade favorece a criminalidade e a violência e que a ausência de polícia e de repressão legítima favorece o fortalecimento dos aspectos de violência e de criminalidade.

Outro desafio é a educação, mas não estamos falando de Matemática, de Física ou de Geografia, estamos falando de uma educação que nos faz lembrar também da lógica de mudança de cultura e de mudança de comportamento. Eu me lembro do Prof. João Roberto Araújo — nós somos filhos da biologia e da cultura. Mas não há ainda comprovação científica clara de que nós nascemos violentos ou, conseqüentemente, criminosos. A violência se estabelece da mesma forma que se estabelecem tantas outras culturas.

Então, esse é o grande desafio quando se fala de lógica de construção de enfrentamento da violência. A grande colaboração que a Secretaria de Prevenção e todas as Secretarias que estão aqui presentes querem dar à CPI é, no mínimo, fazer a CPI pensar nesses novos olhares, porque estamos historicamente voltados a fortalecer unicamente o braço da repressão legítima, e isso é um grande desafio aos novos governos, pelo menos aos governos que se colocam na condição de lançar novos olhares, na construção efetiva, estruturada, de política de prevenção.

Falar de política de prevenção é um tanto incômodo, porque no mínimo exige a necessidade de construção no orçamento, nas políticas financeiras do Estado, na legislação, de fortalecimento de políticas preventivas, com um olhar diferenciado. E prevenção qualificada é uma prevenção de fato voltada à localidade. A violência e a



criminalidade se estabelecem na localidade, na comunidade onde as pessoas vivem, onde as pessoas dialogam, onde as pessoas convivem, onde a escola está presente, onde a saúde está presente. E, no mínimo, ao construir política de prevenção, estamos falando de planejamento, de construção de informação e de definição clara da promoção de serviços e equipamentos que efetivamente interfiram na construção de cultura de violência e no enraizamento da pobreza, da miséria, da ausência da repressão legítima e da ausência de estratégias de educação que interfiram nessa cultura de violência, favorecedora de criminalidade.

O Governo Renan Filho chama a Secretaria e pede que, com as demais Secretarias afins, pensemos e planejem de forma estruturada política de prevenção. E, quando falamos de política de prevenção, não podemos nos lançar numa aventura romântica ou falar somente em cultura de paz e não violência. A política de prevenção exige, no mínimo, uma atuação inteligente na localidade onde a violência e a criminalidade estão mais presentes.

Quando falamos de política de prevenção, nós falamos em construir informações, observar de forma qualificada essas informações, construir o plano local de prevenção, e isso exige a atuação e a participação da comunidade local nesse debate, na percepção social da criminalidade, porque até então os governos estão muito concentrados na percepção criminal da violência. É preciso olhar a partir da percepção social da violência e da criminalidade. Aí nós vamos conseguir exigir dos governos uma postura de fato voltada de forma estratégica à construção de serviços e equipamentos que consigam intervir na estruturação de violência e criminalidade na localidade.

O Governador Renan Filho determinou que pensássemos em modelos de governança que viabilizassem a intersetorialidade das Secretarias, que pensássemos com foco, de forma organizada, a política de prevenção. Mas nós também estamos falando, senhores membros da CPI, da necessidade de debater de forma responsável política de desarmamento e política de acolhimento — e eu quero dizer política de acolhimento ao dependente químico, que tem uma lógica diferente da política de tratamento da dependência química. Política de tratamento da dependência química tem um foco medicamentoso, e política de acolhimento tem um foco socioemocional. Então, o olhar é diferente. É preciso debater: política de



justiça comunitária; política de penas e medidas alternativas na localidade; política de educação socioemocional da comunidade; política de prevenção na localidade, inclusive envolvendo o público juvenil — no caso de Alagoas, negros e pobres são aqueles que mais estão na condição de vítimas de violência, ou promotores dela, decorrentes da exclusão social; política de controle de venda de álcool para crianças e adolescentes; política de reinserção social, para os oriundos do sistema prisional, ou dos serviços de atenção ao usuário de drogas; política de participação da comunidade — como fazer a liderança comunitária e a liderança local entenderem o seu efetivo papel na construção de prevenção à violência, de forma qualificada, para que não se torne uma mera aventura política; política de governança no Município.

É necessário os Municípios desenvolverem seus planos locais na construção de política de prevenção. Os Municípios se ausentam desse processo ou, no mínimo, não têm uma orientação qualificada do trajeto ideal para a efetiva construção de política no Município de prevenção à violência. Isso sem falar das políticas diretas: política da mulher, política da juventude, política de educação, política de saúde. Mas o grande desafio é essas políticas enxergarem a localidade onde a violência e a criminalidade se estabelecem como o território prioritário e o ponto de partida para a efetiva desestruturação da criminalidade, da violência, do tráfico e de outras consequências desse ambiente.

Alagoas se coloca, Deputado, num debate qualificado na construção de políticas de prevenção. Rodamos o Brasil identificando todas as experiências exitosas no País de políticas de prevenção. Para nós é uma decepção que essa política ainda não seja debatida em nível nacional. Por isso está de parabéns a CPI, porque ela coloca no patamar de seriedade do Governo Federal, da Câmara, do Senado, essa perspectiva de definir de forma estruturada a construção de políticas de prevenção e quando fala do plano que estabelece ações em, no mínimo, 10 anos. Há a necessidade clara da construção dessa política.

E há desafios. Alagoas se coloca numa condição diferenciada no Brasil. E um exemplo disso é o Acolhe. Para os senhores terem ideia, a Rede Acolhe em Alagoas é a mais estruturada rede de acolhimento. E vamos lembrar que eu falei de uma política de assistência socioemocional dependente. Para terem uma ideia, vejam os Estados que vêm bater à porta de Alagoas, buscando vaga de acolhimento: Amapá,



Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, São Paulo, Pernambuco, Sergipe. É uma série de Estados que encontram em Alagoas uma política efetiva de acolhimento do dependente químico e que estabelece uma relação diferenciada.

Eu quero dizer à CPI e a todos os presentes que a Secretaria se coloca, com toda condição, para oferecer os dados necessários que possibilitem à CPI construir o relatório final e para efetivamente provocar a necessidade de pensarmos de forma qualificada a política de prevenção no Brasil. Então, a CPI está de parabéns. Agradeço a todos a atenção. *(Palmas.)*

A SRA. CLÁUDIA ANICETO CAETANO PETUBA - Sr. Presidente, permita-me fazer um cumprimento rapidinho. Acabei pulando duas entidades que eu não gostaria de deixar de cumprimentar: a UNEGRO — União dos Negros pela Igualdade, na pessoa do Adriano; e um pessoal que eu vejo ali ao fundo do MST.

Era só isso. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Secretária.

A Secretária vai ter que sair — não é isso, Cláudia Petuba? A Secretária de Esporte, Lazer e Juventude será substituída pela Secretária Adjunta Morgana Tavares. Então, eu quero agradecer a presença da Secretária e convidar a Secretária Adjunta Morgana Tavares para compor a Mesa.

Também registro as presenças de: Carlos Domarcos, de Graciliano Ramos; Joaly Lacerda Santos; Lucielma Leite da Silva; Maria das Graças Bezerra, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente; Joana Patrícia Tenório, também do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente; Thatiane Araújo, Assessora do Deputado Paulão, nosso anfitrião; Maiara Flávia, Presidente da Juventude do PMDB de São Miguel dos Campos; Luciano Milano, da Secretaria de Esporte e Lazer e Juventude; Sandra Maria da Silva, da Secretaria de Esporte e Educação de Rio Largo; Morgana Tavares, Secretária Adjunta; Kris, da Fundação Internacional; Adriana Vilela, do Gabinete do Prefeito; Lúcia Moreira, da Universidade Federal de Alagoas; Cássio César, dos Correios, de União dos Palmares; Sandra Cavalcante, da Secretaria de Ciência e Tecnologia; Gilberto Gabriel Costa, da Comissão de Direitos Humanos da OAB — é importante a participação da OAB em todo o País; Elaine Rodrigues, da



Secretaria de Prevenção à Violência; e Dulce de Araújo Melo, da Secretaria de Defesa Social.

Eu quero convidar o nosso próximo orador: Flávio Gomes da Costa Neto, da Procuradoria de Justiça e Defesa dos Direitos Humanos, que dispõe da palavra por 10 minutos. *(Palmas.)*

A SRA. ARÍSIA BARROS - O Dr. Flávio nos representa.

O SR. FLÁVIO GOMES DA COSTA NETO - Obrigado, Arísia. Arísia, só falta eu, e vou ser rápido e objetivo. Não se aperreie, não, por favor!

Eu quero antes de mais nada fazer a saudação em nome do Presidente da Casa, Deputado Ronaldo Medeiros, o Presidente da CPI, Deputado Reginaldo, quero fazer uma saudação a todos os Deputados da CPI, também fazendo uma saudação ao Secretário Jardel, à Secretária Cláudia, à Secretária Rosinha. Não posso deixar de falar aqui o nome, porque eu estou na sua Casa, dos Deputados Rodrigo, Galba e Ronaldo, também do Vereador Marcelo. E não posso também deixar de falar aqui de pilares que para mim são fundamentais: a OAB e Direitos Humanos. Eu queria pedir uma salva de palmas para a OAB e Direitos Humanos. *(Palmas.)* Está ali representada por Dr. Daniel, Dra. Paula e Dr. Pedro Montenegro, que também fazem parte dessa circunstância e dessa situação que a OAB, que muito nos assessora, muito nos ajuda e muito trabalha conosco a quatro mãos nas denúncias de violação dos direitos humanos.

Eu queria, antes também de falar, de abrir um precedente, porque algo me deixou engasgado. Quando foi falado que 90% do povo aqui era grampeado pelo Ministério Público, eu queria dizer o seguinte: primeiro, o Ministério Público não grampeia ninguém; segundo, o Ministério Público é uma instituição séria, de credibilidade, e 100% ou 90% do povo deste plenário não está grampeado, porque só é grampeado quem é bandido, ou criminoso, ou está sendo investigado. Aqui eu creio que não existe ninguém com este perfil. E, se existir, se está sendo grampeado, se for por parte do Ministério Público, é com ordem judicial, porque o Ministério Público é uma instituição séria, de credibilidade e apoia sim uma investigação legítima. Só isso que eu queria deixar registrado.

E também queria dizer outra coisa para os senhores sobre tudo isso que está acontecendo, esse morticínio, toda essa violência. Eu vejo como um rio, uma fonte e



um rio nascendo. Que rio é este? Um rio onde temos a mortandade, onde temos o nosso PIB, o PIB jovem que poderia ser o futuro trabalhador, acabando-se. O que nós vamos verificar com isso? O que falta? Eu acho que este é o momento — e a CPI está aqui para isso — para justamente todos darmos as mãos. Damos as mãos no sentido de cobrarmos, principalmente a questão dos recursos que voltam — dos recursos que voltam!

Alagoas é um Estado pobre (*palmas*), precisa de recursos, muitas vezes, do Governo Federal. E os projetos que demoram, demoram e demoram? Falou-se aqui também de tanta coisa. Falou-se da questão do projeto da dependência química. Há 2 meses que o povo das comunidades acolhedoras não recebe as verbas. Há 2 meses! Vamos botar os holofotes nesse serviço institucionalizado, nas funções em que as Secretarias, muitas vezes, deixam os recursos voltarem. E esses recursos voltando prejudicam também a ponta.

Vamos colocar também nisso os holofotes, porque todo problema de segurança não tem somente um responsável. Todos nós, Arísia, todos nós somos responsáveis e todos nós também somos atores para tentar soluções, não para fazer críticas em cima de críticas, mas sim para fazer críticas construtivas. E, neste rio, eu só queria dizer uma coisa a vocês: nós estamos desperdiçando e abandonando os nossos jovens, nós vamos deixá-los muitas vezes na escolha, a escolha de Sofia. Qual escolha? Ou ele vai ajudar no sustento das famílias, ou ele vai tentar o esporte, ou ele vai tentar a cultura, ou ele vai para a pior das escolhas: ascender rapidamente ao caminho da droga, da marginalidade, do tráfico, e coisas desse tipo.

O que nós precisamos resolver? O que nós precisamos enfrentar? Tudo começa quando nós soubermos escolher os verdadeiros representantes políticos. O povo começa a ter participação, quando ele sabe e escolhe por 50 contos, por 20 contos, por causa de uma promessa de emprego que nunca chega. É preciso saber escolher certo seu governante.

E é preciso também cobrar das autoridades, cobrar do Ministério Público, cobrar do Judiciário. E eu queria deixar um parêntese aqui: no caso do Davi da Silva, do qual daqui a pouco se vai falar, o Ministério Público fez a sua função. As pessoas, os acusados foram denunciados. O Ministério Público fez a sua função,



mas justiça não se faz unilateralmente, justiça depende de tudo, depende da própria Justiça, depende do Poder Judiciário, depende do Ministério Público, depende da polícia, quando faz uma investigação, depende de todos nós.

O que eu quero dizer aos senhores — e eu quero ser bem objetivo — é que o Ministério Público está de portas abertas, escancaradas, e todo mundo que está aqui, algumas pessoas que estão aqui já nos procuraram, e sempre corremos atrás. Claro, nós temos os nossos limites, nós temos também as nossas dificuldades. Mas tem uma coisa em mim que não tem limite, e eu quero deixar isso bem claro para os senhores.

Eu vou encerrar a minha fala, bem objetivamente. Consegui cumprir o meu tempo? Pronto. (*Palmas.*)

Tem uma coisa em mim que não tem limite. “*Doutor, em que o senhor não tem limite?*” Na minha força de vontade de querer viver para servir, porque quem não vive para servir não serve para viver.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Antes de passar palavra ao Presidente da Casa, o Deputado Ronaldo Medeiros — que é rápido no gatilho, ele já protocolou aqui a criação da Comissão Especial para elaborar o plano estadual de enfrentamento aos homicídios e à violência, que irá, em parceria com a CPI da Câmara dos Deputados, apurar a violência contra os jovens negros e pobres no Estado de Alagoas, iniciativa que registro e pela qual agradeço —, quero também registrar a presença de várias entidades e personalidades: Maria Leite, da Associação São Francisco de Assis, de Barra de Santo Antônio; João Paulo dos Santos Neves, da Secretaria de Juventude e do Conselho de São Miguel; José Nilton, da Câmara dos Vereadores; Clay Souza, da Assessoria da Câmara Municipal; Ricardo Rodrigues, do Sindicato de Jornalistas do Estado de Alagoas; Elida Miranda, do PT; Emanuel Monteiro Cerqueira, do Conselho Tutelar e do Fórum dos Conselhos de Alagoas; Antônio Jorge de Oliveira, Assessor do Deputado Federal Paulão; Eunice Costa; Mylena de Souza Maciel; Líssia Santos Dias; José Pereira Dantas, Assessor do Secretário de Defesa Social; Cleverton Afonso, Vereador de Pilar; Erasmo Dias, Prefeito de Traipu — obrigado, Prefeito, há várias lideranças da cidade; Viviane Braga, da Secretaria de Prevenção



Social da Violência; Fabiane Maciel, também dessa Secretaria; Messias de Mendonça, da Secretaria de Direitos Humanos, junto com a Deputada Rosinha; Mário Bispo, de União dos Palmares; José Wilson dos Santos, da Associação Cultural Tambores de Alagoas; Fábio Rogério, da Secretaria de Prevenção à Violência; Fernando Teles, Presidente do Conselho de Direitos Humanos; Clandeilson da Silva, do Núcleo dos Bois da Zona Sul; Filomena Félix Costa; Emerson Arruda de França, da Associação São Francisco de Assis, da Barra de Santo Antônio; Maria Eliana, da Federação da Pesca; Jaelson da Silva, da Colônia de Pescadores; Marcos Antônio, da Colônia dos Pescadores de Marechal Deodoro; Marcelo Gouveia, Vereador; Valdice Gomes, do Conselho Social da Igualdade Social; Álvaro Felipe Almeida, da Associação de Moradores de Ipioca; Jorge Venerando Júnior, da Assessoria do Deputado Paulão e da Juventude do PT; Dr. Pedro Montenegro, do Fórum contra a Violência; Carlos Alberto, Ouvidor Nacional da Igualdade Racial — nosso Carlão, obrigado por estar sempre acompanhando a nossa CPI e as nossas audiências; Maria Lucielma, Superintendente Estadual da Juventude de Alagoas; Condillac Hock de Paffer Neto, Mestre de Capoeira Angola do Grupo Capoeira Angola Emmanuel; Nonato Lopes, do Grêmio Recreativo Escola de Samba Girassol e da Associação dos Folguedos Populares da Zona Sul; Cel. Marcus Vinícius Ferreira Gomes, Secretário Adjunto de Defesa Social, que está aqui compondo a nossa Mesa; Givanilza Moraes de Lima, do Núcleo de Saúde Mental do Estado de Alagoas; Carlos Henrique Alves, do Bumba-Meu-Boi Águia do Vergel; Magno Francisco, representante da família de Davi da Silva — meu abraço e minha solidariedade; Maria José da Silva, mãe de Davi da Silva — também muito obrigado pela presença; Analice Maciel Motta, mãe de aluno de escola pública; Manoel Oliveira dos Santos, Coordenador-Geral das Comunidades Quilombolas do Estado de Alagoas; Liliane Santino Santos, Mestre de Cerimônia do Movimento Hip-Hop e cantora de *rap*; David José dos Santos. Uma salva de palmas a todos. Muito obrigado pela presença de todos. (*Palmas.*)

Quero passar a palavra ao Vice-Presidente da Casa que nos acolhe, Deputado Ronaldo Medeiros.

O SR. RONALDO MEDEIROS - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, quero falar da satisfação que a Assembleia tem em receber V.Exa., juntamente com



a Deputada Rosangela, com o Deputado Edson Moreira, com o Deputado Paulão, do nosso PT de Alagoas.

Serei rápido, Sr. Presidente, no máximo 5 minutos. Tirei o relógio, para não exceder esse tempo.

Quero dizer que o Governo do Estado vem adotando uma série de medidas, visando diminuir a criminalidade e a violência. O Governador — e o Deputado Paulão tem conhecimento disso — assumiu o Estado já com a Lei de Responsabilidade Fiscal ultrapassada em quase 50%, um Estado que detém o maior índice de analfabetos, o maior índice de criminalidade. A maior dívida de Estados, proporcional, é a dívida do Estado de Alagoas. O pior IDH do Brasil é o do Estado de Alagoas. E o Governo inicia, diminuindo em 30% os cargos em comissão, discutindo todos os contratos firmados com o Estado, buscando a diminuição, buscando o corte de recursos.

E não é fácil trabalhar num Estado, manter a máquina, também enfrentando a crise que há no Brasil. Mesmo em proporções não tão grandes quanto a anunciada pela mídia, mas existe sim, hoje, uma diminuição dos repasses e dos impostos arrecadados pelo Estado. Mas o Governo já inaugurou a sua primeira escola em tempo integral, Deputado Reginaldo. Em menos de 5 meses, o Governo já inaugurou essa escola, e o fez numa área pobre, no bairro Benedito Bentes, uma área vulnerável, uma área que realmente necessita dessa escola.

Aqui nós tivemos, de 2011, 2012, até o ano passado, um plano de combate à violência que era o Brasil Mais Seguro, um plano que eu dizia que já nascia morto, porque ele só previa ações de repressão, não tinha uma ação de prevenção à criminalidade — nenhuma ação. A orientação que o Governador hoje repassa para as Secretarias — e estava aqui o Secretário da Ação Social Joaquim Brito e também a Secretária de Esporte — é trabalhar nas áreas de maior vulnerabilidade, trabalhar em parceria com a segurança pública. Eu não vejo outro caminho a não ser esse. Não adianta somente contratar policiais.

Nós sabemos que a defasagem do quantitativo de policiais é grande. Mesmo assim o Secretário Alfredo Gaspar, à frente da Secretaria, vem de uma forma, eu diria, heroica, enfrentando essa criminalidade, com uma tropa que não tem o salário



que não deveria ter, com uma tropa já com idade avançada, mas o Estado vem conseguindo diminuir esses índices.

Quanto à questão das *blitze*, das paradas, eu fui sorteado já duas vezes. Viajando pelo interior, já por duas vezes fui parado. E isso é bom. É bom! Claro que essas paradas em *blitz* não podem ter cor, não podem ter sexo, não podem ter credo, elas têm que ser realizadas, como o Secretário falou, independentemente da condição social ou da cor da pele das pessoas. Mas o Governo vem agindo energicamente, o Governo vem cobrando das Secretarias metas. E, aqui em Alagoas, como no Brasil, um dos grandes anseios da sociedade é a saúde e a diminuição da violência.

Quero dizer que é uma satisfação nós termos protocolado hoje, já durante a sessão, um requerimento a partir do qual, se for aprovado, nós nos propomos a trabalhar também em parceria com a CPI que V.Exa. preside, e a debater com a sociedade a elaboração de um plano de combate à criminalidade e à violência aqui em Alagoas.

Parabéns!

Era isso, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Ronaldo Medeiros, pela iniciativa, pelo apoio à nossa audiência de hoje.

Quero também registrar a presença do Núcleo de Estudos sobre Violência de Alagoas, coordenado pela Profa. Ruth Vasconcelos, da Universidade Federal de Alagoas — obrigado —, e também a presença do Núcleo de Estudos e Polícia Penitenciária, coordenado pela Profa. Elaine Pimentel, também da Universidade Federal de Alagoas — muito obrigado. Registro a presença do Mestre Condi, capoeirista que representa 152 países; Amélia Fernandes, Presidente da CUT de Alagoas; José Edmilson de Souza, Presidente do Fórum Estadual dos Conselheiros Tutelares de Alagoas — também têm papel muito importante os conselheiros; Ana Cláudia, cientista social, professora, escritora, mãe de um jovem assassinado com 16 anos; Dr. Daniel Pereira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Alagoas; Adriano Santos, Coordenador da União de Negros pela Igualdade — a Deputada Rosangela Gomes fez referência positiva ao trabalho de vocês em Alagoas.



Eu quero agradecer a presença de todos aqui.

Peço à Deputada Rosângela, que é a nossa Relatora, para permanecer aqui à mesa. Também convido para comporem a Mesa: o Pe. Manoel Henrique, Coordenador da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Maceió (*palmas*); a Sra. Rubia Nascimento, do Conselho Nacional da Juventude; o Dr. Daniel Pereira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB; e a Sra. Valdice Gomes, Presidente do Conselho Estadual da Igualdade Racial.

Quero passar a Presidência, para coordenar esta Mesa, ao Deputado Paulão. Depois, logo após esta Mesa, nós vamos abrir o debate, para o qual já temos 14 inscritos.

Obrigado a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Sr. Presidente, nós agradecemos a gentileza de V.Exa. ao nos passar a coordenação dos trabalhos.

Aviso que, logo após a fala das pessoas que nós convidamos para o segundo painel, já estará aberta a inscrição para que também os Deputados Estaduais aqui presentes, Galba Novaes e Rodrigo Cunha, possam participar.

Neste momento, concedo a palavra à jornalista Valdice Gomes, Presidente do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, por 10 minutos.

A SRA. VALDICE GOMES - Boa noite! Boa noite, cumprimentando aqui o Deputado Paulão, o Deputado Reginaldo e todos os que compõem esta Mesa, os colegas e companheiros de movimentos sociais, todos aqui presentes.

Tenho certeza de que para todos os que estão aqui foi uma grande expectativa aguardar, esperar e receber esta CPI, em razão dos muitos problemas que já foram citados aqui.

Deputado Paulão e demais companheiros, quando a vinda da CPI foi anunciada, eu fiquei prestando atenção ao objetivo da CPI. Uma coisa me chamou a atenção: o objetivo de levantar as causas, consequências, custos sociais da violência contra a juventude negra e pobre deste País. Por que isso me chamou a atenção? Porque acho que não podemos discutir a questão da violência contra jovens negros realmente dissociada de toda a violência contra a população negra — toda a violência contra a população negra. O Secretário de Segurança falou — e em alguma coisa eu concordo com ele sim — que foi exatamente a ausência de



políticas públicas para essa população que levou a agora acontecer esse alto índice de violência.

Então, cada vez que sai um mapa da violência, as pessoas me perguntam se eu vi o mapa, os índices. Não é surpresa Alagoas estar mais uma vez, repetidamente, no topo do índice de casos mortes violentas de jovens negros. Então, não é novidade. O que me estarrece, o que me deixa indignada é a falta de ação do Governo, dos Governos, do Estado, do Estado brasileiro para enfrentar de vez essa situação.

Desde 80, esses dados vêm sendo publicados. Desde 1980, esses índices vêm sendo apontados, e o que o Estado faz para enfrentar essa causa? Realmente não tem feito nada. Não tem feito nada! É muito pouco, muito incipiente o que se faz. É um faz de conta, na verdade. E a gente tem mostrado isso, quando não é só a morte da juventude. É um ato extremo do que pode acontecer com a vida humana. É um ato extremo, mas não podemos esquecer as crianças que morrem até 1 ano de idade desnutridas, cuja a maioria é negra. A gente não pode esquecer as mulheres que sofrem, fazem partos sem anestesia, cuja a grande maioria é de mulheres negras. Então, essa violência acontece, vem acontecendo com toda a população negra.

Num Estado onde 70% se autodeclaram negros, pretos e pardos, é inconcebível que o Governo do Estado não chame a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Eu gostaria de pedir silêncio ao Plenário, porque a gente percebe um processo de interferência muito forte.

Por favor, continue, Valdice.

A SRA. VALDICE GOMES - É inconcebível que num Estado com tamanha tragédia social, não só das mortes violentas, das mortes de jovens negros, mas de todo o serviço básico para uma população... É o Estado com o maior número de analfabetos e, enfim, todas as tragédias sociais, os piores índices estão em Alagoas. Num Estado onde 70% da população, como já disse, é de pretos e pardos, é uma população negra, não existem políticas públicas voltadas para essa população. Não existem!

Nós tivemos uma reunião do movimento negro com o Conselho de Igualdade Racial, na qual pedimos ao Governador do Estado uma audiência. Isso foi em



fevereiro. E, nessa audiência, o que a gente tinha para discutir? Tudo o que está se falando aqui, tudo o que acontece com a população negra no Estado, com o programa Juventude Viva e um pedido especial: que, por favor, o Governo crie um órgão de PIR, um órgão de igualdade racial, para que esse órgão possa cuidar das políticas transversais, porque política de igualdade racial é política transversal. Se não tem uma secretaria, um secretário ou uma secretária, com esse *status*, jamais os órgãos como a educação, como a saúde, como a segurança vão desenvolver políticas, porque não têm quem faça a transversalidade, quem faça a cobrança, o acompanhamento.

Os membros do Conselho de Igualdade Racial, só depois de 1 ano, tomaram posse, e ele só foi criado depois que foram apontados os números alarmantes em 2012, quando foi criado o Juventude Viva. Nós trouxemos a SEPPIR aqui, nós tivemos reuniões e mostramos para a Secretaria da Mulher, na época, que era necessário ter esse Conselho. Mas a nossa intenção com o Conselho era forçar a Secretaria, o Governo do Estado a ampliar, a ter um órgão de promoção de igualdade racial. Essa Secretaria da Mulher tinha uma Gerência Afroquilombola. Logicamente, ela não dava conta sequer da questão afroquilombola, muito menos da religião afro, muito menos das ações afirmativas de combate ao racismo.

Então, é isto o que a gente espera: que esta CPI realmente, com esse relatório, mostre para o Governo Federal e, conseqüentemente, para o Governo do Estado, que é preciso encarar de frente, não fazer de conta que está tratando da questão racial, que está combatendo o racismo. O Governo precisa criar imediatamente um órgão de promoção da igualdade racial.

Tudo isso que se falou aqui e que o Secretário de Segurança falou, essas políticas todas, tudo bem, precisam ser feitas, sim. Agora isso não redime a forma com que a polícia chega e faz a abordagem da juventude e de toda a população negra. Isso não justifica que a polícia chegue invadindo as comunidades quilombolas, entrando nas casas, batendo nos jovens e levando pessoas e menores de idade, inclusive, presos. (*Palmas.*)

É inaceitável que os ônibus que vêm da periferia, Deputado... Os ônibus que vêm da periferia e passam pela Ponta Verde são todos parados pela *blitz*. A polícia, na orla marítima, simplesmente para todos os ônibus, porque sabe que são da



periferia e que dali vêm negros. Isso é racismo! A Secretaria de Defesa Social e a Polícia Militar precisam enfrentar isso aí! É racismo esse tipo de abordagem!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Agradeço à Valdice.

Valdice foi Presidente do Sindicato dos Jornalistas e é Presidenta do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Ela fez uma fala forte. É pena que o Secretário de Defesa Social tenha saído para uma atividade. Deixou seu substituto, e o seu substituto não se encontra no recinto — é isso, pessoal? Então, numa fase em que a sociedade civil começa a falar, a gente não tem interação com a Secretaria de Defesa Social.

Eu queria convidar o Pe. Manoel Henrique também para compor a Mesa, representando a Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Maceió.

Neste momento, passamos a palavra para Rúbia Nascimento, do Conselho Nacional da Juventude.

A SRA. RÚBIA NASCIMENTO - Boa tarde a todos e a todas. Eu quero saudar esta Mesa, em nome de todos e todas as jovens e jovens negros deste Estado. É por eles e elas que nós estamos aqui.

Primeiro, quero dizer que não há como tratar da violência e do genocídio contra a população negra neste País sem antes tratar do racismo, sem antes o Brasil entender que é um país racista e que precisa tratar isso de fato.

Nós estamos em algumas lutas, enquanto Conselho Nacional de Juventude, vimos travando algumas lutas — a companheira Zezé tem nos acompanhado em muitas delas e também o companheiro Wellington Ferreira, que também faz parte do Conselho Nacional de Juventude —, que envolvem questões sobre os autos de resistência, sobre a PEC da terceirização, sobre a desmilitarização da polícia, sobre a participação social e tantas outras questões que vimos trabalhando que só têm a trazer benefícios para a população negra, principalmente.

Em nome dessa população alagoana, eu venho agradecer ao Deputado Paulão por ter votado contra a terceirização, porque esse projeto da terceirização interfere diretamente na juventude, com relação à questão da discussão muito forte que fazemos sobre a redução da maioria penal.



O Estatuto da Criança e do Adolescente é aprovado nos anos 90, e aí, 3 anos depois, vem a primeira PEC — com um número ridículo de 171 — querendo encarcerar a nossa juventude, principalmente negra. E aí vamos com um avanço, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, e um retrocesso, com a PEC da redução da maioridade penal. É uma PEC que vem voltando a cada ano, a cada mandato, e ela não cessa. Precisamos barrar a redução da maioridade penal, porque já sabemos que nos presídios brasileiros quem estão são os jovens negros e periféricos, principalmente pobres. E isso é o que nós precisamos parar.

Nós temos, em Alagoas, uma mídia racista, uma mídia sacana, que, a cada dia, nos seus programas do meio-dia, fica apresentando os jovens negros assassinados como jovens bandidos. E aí fica colocando que bandido bom é bandido morto. Ela já fica sentenciando esses jovens. O jovem não tem direito de defesa. A mãe, a família desse jovem é obrigada a aceitar o que a mídia coloca na televisão, o que a mídia impõe à sociedade. (*Palmas.*) A sociedade engole goela abaixo essa situação, e não podemos aceitar isso. É preciso responsabilizar essa mídia, que todos os dias pune e maltrata os nossos jovens da periferia! (*Palmas.*)

Quero dizer também que essas estatísticas que colocam Alagoas no *ranking* da violência e do extermínio da juventude não são à toa. Nós fomos o último Estado a abolir a escravidão, e é interessante ser também o primeiro Estado mais violento deste País. Essas estatísticas não são só números: elas são rostos, elas são corpos, elas são sonhos que estão sendo ceifados; elas são vidas não só do jovem e da jovem que vão parar no cemitério ou no presídio alagoano; elas são vidas de famílias inteiras que estão sofrendo com a marginalização dessa população.

Também quero dizer que é interessante quando se diz que a polícia não é culpada da maioria das mortes. Queria muito acreditar nisso, mas infelizmente eu não tenho como acreditar. Nós temos o braço armado do Estado, que não é para defender a população negra, que não é para defender a população pobre, mas sim para defender o aparelho do Estado.

Quando os jovens vão para a rua para fazer algum apelo, para fazer algum pedido, a polícia está lá para reprimir e oprimir essa juventude. Mas, quando a população está necessitando de segurança pública que vai além da polícia — que é interessante entender que a segurança pública não é só polícia, mas ela vai muito



além disso — aí a gente não tem isso. E aí existem sempre falas de militares em defesa dos militares. Claro, ele tem que defender a sua classe. É normal, mas a gente tem que entender que existe muito policial que mata, e não é punido; existe muito policial que mata, e se esconde atrás dos autos de resistência. E isso a gente não pode aceitar. *(Palmas.)*

Queria muito acreditar que o tratamento da polícia alagoana com o pobre negro periférico é o mesmo com o rico. Desculpem, é outra coisa que eu também não posso acreditar. A partir do momento em que eu vir um rico ser tratado com a abordagem policial truculenta com que o jovem na periferia é tratado, aí eu vou dizer: “*Gente, chegou até aí?*” Mas isso não acontece.

Eu não quero que todos os jovens sejam violentados. Eu quero que todos os jovens sejam respeitados, sejam eles brancos, negros, ricos ou pobres. *(Palmas.)* Nós merecemos respeito! Antes de qualquer momento de a gente ser colocado num camburão, de a gente ser feito, como é colocado, de “baculejo”, a gente também tem direito de defesa. Então, do mesmo jeito que, para a polícia adentrar a residência do rico, é preciso de um mandato de busca e apreensão, no caso do barraco, da casa do pobre, também. Então, a gente precisa entender que, se a justiça é para seguir a sua cartilha, então que ela a siga corretamente, tratando pobres e ricos igualmente e fazendo justiça.

Então, quero dizer que, enquanto uma mãe negra estiver chorando a morte do seu filho, dado nenhum de redução de violência de homicídio da população negra vai me deixar alegre.

Eu quero a minha juventude viva! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Agradecemos à Rubia Nascimento, do Conselho Nacional da Juventude.

Passamos a palavra ao Pe. Manoel Henrique, da Comissão de Justiça e Paz, a quem agradecemos. Depois vamos ouvir os nossos Parlamentares que nos prestigiam, até porque a realidade do Pe. Manoel Henrique também é de uma agenda intensa. Ele ainda vai dar aula, Deputado Galba Novaes, Deputado Rodrigo, que também foi professor de Direito. Vamos ouvir o Pe. Manoel Henrique que representa, repito, a Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Maceió, que foi reativada no Estado.



O SR. MANOEL HENRIQUE DE MELO SANTANA - Eu até fico constrangido de ter vindo aqui para sair em seguida, por conta de quatro aulas que eu tenho que dar hoje à noite. Quem deveria estar aqui era o Arcebispo de Maceió, D. Antônio. No entanto, ele está em véspera de uma cirurgia, uma grande cirurgia cardíaca. Eu venho para cá até por conta da Comissão de Justiça e Paz, que está sendo constituída no Estado, aliás, na Arquidiocese de Maceió, mas venho até trazendo as preocupações dele.

A preocupação dele é, como é que eu diria, quanto à propaganda do crime que, por conta da defesa social, ou da defesa e da segurança, tem sido feita quando algumas mortes acontecem. Ele tem alertado a comunidade católica nessa questão do extermínio. Isso aí ele tem feito.

Atualmente nós da Igreja Católica estamos sendo vítimas também de assaltos. Já pedimos audiência ao Secretário. Não nos foi ainda dada essa audiência, estamos esperando. Seis colegas foram assaltados em suas igrejas, igrejas pobres, de periferia. Não sei a motivação que está por trás disso. Gostaríamos que a inteligência da polícia pudesse nos orientar.

Por outro lado, a Igreja de Maceió, desde a chegada do bispo atual, tem-se debruçado no cuidado da juventude. Há a Fazenda da Esperança, a Juvenópolis, a Casa do Servo Sofredor, com casas na periferia, diferentemente do outro atendimento. Essa foi uma questão também levantada por nós, por Pedro Montenegro.

Então, domingo à noite, eu saí da minha igreja, que é lá na periferia. Chegando perto da Polícia Rodoviária Federal, vi um garoto pedindo esmola. Em geral é assim: eu quis saber, dei esmola a ele, e disse a ele: *“Vá para casa”*. Ele, tranquilamente — não sei se isto é tranquilo — disse: *“Eu não tenho casa. Moro na rua”*. Era um garoto de dez anos. E eram 9 horas da noite! Eu tenho um panfleto da Prefeitura de Maceió dizendo: *“Não dê esmola. Telefone para o 0800, de segunda a sexta,”* — era domingo — *“de 8 horas as 16 horas”*. Eu ia telefonar para quem?

Então, aquele garoto certamente será um futuro morto da cidade, fruto da ausência de políticas públicas, que não existem. (*Palmas.*) Os jornais contam muita história bonita, de casa de apoio sendo feita lá em Jaraguá e em outros lugares, lá perto da Vera Arrudas, de Maceió, que não querem ver, como foi dito aqui, a



presença dos irmãos menores da periferia de Maceió. Lá, eles são logo entrevistados.

Eu guardo a história do tempo da Guarda Nacional. Entrando numa cidade do interior, Pilar, um garoto da rua, tarde da noite era, um menino doente mental, recebeu um tapa no ouvido, que até hoje ele não ouve mais. Eu passei para o Coronel Rubi, que naquele tempo era o Secretário, e até hoje nada foi feito, nem indenização à família, coisa nenhuma.

Então, a preocupação da Igreja é séria. A periferia continua recebendo visitas domiciliares, empurram as portas de entradas sem nenhuma ordem judicial. A Igreja se preocupa com isso, até porque ela está sendo vítima da mesma onda violenta da cidade. A gente espera contribuir aqui.

A Igreja tem um trabalho social, e grande. Há uma linha decidida, definida, chamada Samaritana, que é do Bispo, que reúne moradores de rua na catedral e lhes dá café, no sentido não de resolver o problema, mas de mostrar que essa gente merece todo o respeito, no sentido profético. Eu faço parte também do grupo de trabalho com os moradores de rua lá da Ponta Verde, que até hoje reclama das atenções que dizem são dadas a eles, e não são dadas. Isso já foi mostrado num programa de rádio, aqui em Maceió, e causou uma certa celeuma e insegurança da própria Secretária, que mora na Ponta Verde. Um secretário de ação social deveria ter grupos espalhados na periferia até tarde da noite, e não simplesmente durante o dia, com o telefone 0800, de segunda a sexta-feira, até as 16 horas.

Deputado Paulão, eu quero agradecer a todos e pedir perdão, desculpas por ter que sair. Eu esperava que em menos tempo a gente chegasse a uma conversa maior e decisiva. Realmente o que a gente espera são decisões maiores. E é o que eu espero, Paulão, dando parabéns a você e à sua equipe, aos Deputados que vieram, a toda a constituição desta CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Agradecemos ao Pe. Manoel Henrique, Coordenador da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Maceió. Compreendemos a sua retirada por causa da agenda.

Para compor a Mesa de autoridades, e o Pe. Manoel tendo que se ausentar, convidamos o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Joaquim Brito.



Neste momento, convidamos o Deputado Galba Novaes para usar a tribuna. Depois ouviremos o Deputado Rodrigo Cunha e Daniel, que representa a OAB e é o último inscrito na composição da Mesa, para então passarmos para a relação das pessoas da plateia inscritas.

Com a palavra o Deputado Galba Novaes, colega da Deputada Rosangela, do PRB.

O SR. GALBA NOVAES - Exmo. Sr. Presidente, Paulo Fernando, Paulão, demais autoridades presentes à Mesa, representantes da sociedade civil organizada, da imprensa, funcionários da Casa, queria saudar as mulheres, em nome da nossa querida Deputada Rosangela Gomes, Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, que é do PRB, que já foi Vereadora por três mandatos, não foi, Deputada Rosangela? Em 2000, ela foi a primeira mulher a representar as mulheres de Nova Iguaçu, na Câmara Municipal; depois se elegeu Deputada Estadual e, hoje, graças a Deus, está representando muito bem o nosso partido na Câmara Federal. O PRB hoje tem 21 Deputados, e Rosangela faz parte dessa bancada.

A gente fica muito feliz, Deputado Paulão, demais companheiros que vieram aqui, ao Estado de Alagoas, de neste momento trazer este tema de grande importância, esta discussão. É uma discussão que a gente tem visto em vários e vários parlamentos, em várias e várias tribunas, com tantas reportagens. Mas, muitas vezes, é mais uma forma de propagar, até num linguajar popular, de aparecer, mas efetivamente a gente não tem visto resultado. Desta vez eu tenho certeza, querida Valdice, que vai haver resultado, até pelas pessoas que estão compondo esta CEI.

Sobre o objetivo nosso de vir aqui, eu trouxe, minha cara Deputada Rosangela, para ser debatida na semana passada aqui — Deputado Paulão, V.Exa. já foi Deputado Estadual — a questão da redução da maioria penal. Eu estou nos 13% do País que são contra essa redução. (*Palmas.*) Às vezes, o político gosta muito de aparecer, como eu disse, no linguajar popular, e abraçar aquilo que é bom, que dá ibope. Então, 87% da população é a favor da redução, e eu sou contra. E por quê? Rapidinho, vou dizer: porque nós não temos no nosso País um sistema de ressocialização. (*Palmas.*) Se quisermos pegar um jovem de 16 anos de idade para



profissionalizá-lo, torná-lo PHD em bandidagem, é só colocá-lo em qualquer presídio brasileiro. É por isso que eu sou contra a redução da maioria

E aí, Deputada Rosângela, eu quero inclusive parabenizá-la por ser a Relatora desta CPI. Tenho certeza de que será um relatório muito consubstanciado, muito propositivo. Farei entrega a V.Exas., ao Deputado Paulão e a todos os membros desta Comissão, do relatório elaborado pela Câmara Municipal de Maceió.

Em 2012, quando eu fui Presidente, eu criei a CEI para trabalhar justamente isto, contra a violência dos jovens e negros. E eu fiz essa entrega ao Ministro da Justiça e à Secretária Regina Miki. Está inclusive aqui hoje, com muito prazer, o Deputado Ricardo Barbosa, do seu partido, do PT, que foi o Presidente da CEI.

Nós fizemos, Deputado Paulo, um pacto pela vida da juventude de Maceió. Esse relatório é muito consubstanciado, e eu tenho certeza de que vai, assim, ajudar muito à Deputada Rosângela, porque vai ser feita uma retrospectiva de tudo aquilo que a gente apurou há 3 anos aqui em Alagoas, em Maceió. É um relatório fantástico. Nós não teríamos resultados efetivos se nós não colocássemos na Lei Orgânica do Município uma proposta do relatório. E foi incluído, na Lei Orgânica, Deputado Paulão, no art. 6º, que diz o seguinte:

“Art. 6º Compete ao Município de Maceió:

XVII - prevenir permanentemente com programas, planos e ações intersetoriais e integradas, a violência contra jovens, em especial contra jovens negros e pobres.”

Então, isso está na Lei Orgânica do Município, que é nossa constituição, que também vou dar de presente à nossa querida Deputada, junto com este relatório. Dá para ver que a gente já se preocupava com isso. Mas, infelizmente, no nosso Estado — e aqui não é discurso demagógico, não, pessoal —, tema que dá ibope se discute muito e se abraça muito. Daquilo que é para efetivamente ser realizado a maioria dos políticos foge. Aqui, quando se utiliza esta tribuna — e digo isso porque Paulão já teve essa oportunidade — para falar 15 minutos sobre temas de grande importância, como jornada integral de ensino, orçamento impositivo, cassam a sua palavra, fazem crítica, dizem que estão exercitando a paciência para ouvir temas importantes. Tenho passado por isso, Deputado Paulão, no meu primeiro mandato.



Eu tenho 16 projetos aqui. Desses 16 projetos, só dois foram lidos até agora. Projeto que acaba com imunidade parlamentar, projeto que estabelece a jornada integral de ensino, projeto que estabelece a criação do orçamento impositivo, projeto que obriga a divulgar as contas do portal de transparência, todos esses estão tramitando nesta Casa, mas infelizmente não estão sendo lidos. A gente passa por essa dificuldade aqui.

Imaginem que a gente, imbuído das prerrogativas de Parlamentar, na qualidade de Deputado Estadual, sofrer o que sofre aqui! E aqui é tão pesado o estresse pelo qual a gente passa nesta Casa quando quer fazer uma coisa em prol da população, que é uma coisa incrível.

Eu tenho dito isso à população, porque às vezes o povo diz bem assim: *“Esses Deputados — aí vem pejorativo logo — “são um tambor de ladrões”*. E dizem mais um monte de coisa. Aí eu pergunto ao povo quando eu estou na rádio: *“Quem foi que botou esses Deputados lá? Eles chegaram lá sentados na cadeira? Eles queriam ser Deputados? A gente, a população, a sociedade é responsável por todos que estão aqui. A gente tem que aprender a votar, a não vender o voto e a ter respeito”*. (Palmas.)

Deputada Rosangela Gomes, se forem fazer um levantamento, este é o Estado onde mais se compra voto no País. Então, a população, na realidade, não está representada intrinsecamente com as coisas que ela sente e que ela tem, porque ela tem aqui pessoas que as representam muito mal, muito mal.

Também o Dr. Alfredo falou, com muita propriedade, que hoje todo mundo exige da polícia, da Secretaria de Segurança. Quando você enfoca e começa a trabalhar a questão da política de segurança pública é porque lá atrás faltou educação, saúde, geração de emprego e renda, ação social, iluminação, transporte, enfim, faltaram todas essas políticas e tudo desabou onde? Na segurança pública.

O cantor Fagner canta uma música, de nosso saudoso Gonzaguinha, que diz assim:

*“Um homem se humilha
Se castram seus sonhos
Seu sonho é sua vida
E a vida é o trabalho*



*E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata”*

É o que acontece hoje, justamente por causa de tudo isso que falta aqui. Falta geração de emprego e renda, falta educação, falta saúde, e aí a gente está se matando e morrendo.

Parabéns, Deputado Paulão!

Parabéns, Deputada Rosangela Gomes! É uma felicidade recebê-la aqui, essa mulher brava, valente. Eu leio muito a história de todos os Parlamentares do meu partido, até para saber quem o está formando com a gente. E, graças a Deus, a Deputada Rosangela tem-se destacado. O Presidente Marcos Pereira disse assim: “Foi a primeira que chegou e no primeiro ano já conseguiu incluir um projeto para ser aprovado.” A gente passa 4 anos, 8 anos aqui, e não consegue aprovar um projeto. Ela chegou e já conseguiu aprovar um. Isso mostra o dinamismo dela, a perseverança e a determinação.

Muito obrigado, Deputado Paulão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Agradeço a participação do Deputado Galba Novaes, que foi Vereador, Presidente da Câmara e que agora entrega um documento à Relatora, Deputada Rosangela, sua colega de partido.

Aproveito para registrar a representação quilombola: Manoel Oliveira dos Santos.

Neste momento quero convidar o Deputado Rodrigo Cunha para fazer também o uso da palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA - Sr. Presidente, Deputado Federal Paulão, Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Lopes, eu cumprimento, na sua pessoa, toda a Mesa. Quero aqui saudar o Secretários Vinicius, a Secretária Rosinha, a Secretária Morgana e o Secretário Jardel, agradecendo a presença e as palavras aqui expostas. Cumprimento também o Promotor Flávio, que aqui também falou pouco, mas disse muito.

A Prefeitura de Maceió está aqui presente, por meio da nossa querida Adriana Toledo, do Prof. Douglas Bastos, que estava aqui, da Profa. Elaine Pimentel, da



Profa. Ruth, que muito nos honram por estarem aqui, que são defensoras das vítimas de violência deste Estado, são professores que fazem um trabalho bellissimo, que é referência para todo aluno estudante de Direito neste País.

Antes de entrar no tema do qual eu quero falar, quero dizer que o problema, Deputado Reginaldo, aqui em Alagoas está muito enraizado. Ele está presente em muitas pessoas que estão à frente do poder e que, em vez de trabalharem, ficam procurando culpados. Eu carrego comigo um provérbio árabe que diz: *“Quando nós queremos, nós fazemos; quando nós não queremos, procuramos desculpas”*. Essa é uma frase que eu trago comigo e que sei que é muito verdadeira.

Escutei hoje mesmo que, em janeiro de 2015, os problemas de Alagoas se resolveram, que o índice de criminalidade caiu de um mês para o outro, ainda que o Secretário tivesse tomado posse há alguns meses. Não é bem assim. Tudo é fruto de uma linha decrescente, que deve ser continuada, jamais piorada.

Escutei dizerem aqui que Alagoas tem o pior IDH do País. Isso é verdade, mas não dizem também que Alagoas teve o maior desempenho na variação desse IDH. Houve, sim, uma melhora em alguns aspectos, mas ele é péssimo, é terrível. Somos o pior Estado da Federação nesses índices, não há dúvida.

Nesta linha, vou parar por aqui resumindo o que disse o Dr. Flávio Gomes: a responsabilidade de resolver o problema do Estado é minha, dos Secretários, dos políticos que aqui estão. Todos nós somos criativos para tirar este Estado da lama. Está aqui o Secretário Jardel, e há vários exemplos disso na sua jornada à frente da Secretaria. Há um ônibus, que é modelo para o País e que serve para rodar o Estado de Alagoas convocando as pessoas a entregarem as armas, a fazerem um desarmamento voluntário, a desestimularem as crianças a usar armas. Está aqui a Secretária Morgana, que vai ter uma grande responsabilidade. Não é hora de cobrar ainda, mas ela está à frente de uma Pasta importantíssima, que trata dos jovens, que trata do esporte. Está aqui a Secretária Rosinha, que com certeza conhece o trabalho realizado pela Secretaria da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, que é do que precisamos, os projetos perfeitos, não interessa de quem — o projeto é federal, inclusive —, como o PROTEJO, o Mulheres da Paz, que aqui virou Mulheres da Comunidade, para tentar aproveitar as mulheres que vivem na comunidade. Alguém não pode entrar por ter problema com o tráfico, mas essa mãe,



essa pessoa que mora ali tem acesso. Se ela for treinada, capacitada, a solução do problema estará aí.

Então, não adiantar ficarmos apontando, e sim somarmos forças. E é isso que eu acho que é função desta Casa, sem esquecer a sociedade, que deve estar presente sempre nesta Assembleia, que deve cobrar aquilo que o Deputado Galba cobrou daquelas pessoas que ingressaram aqui: o que elas estão fazendo.

Então, é preciso saber em quem se votou e acompanhar as ações. Nós temos uma batalha árdua aqui, diariamente, seja para exigir transparência, seja para exigir o voto aberto, seja para colocar as nossas ideias em prática. E nisso não devemos estar sós, e não estamos, porque há uma boa parcela da sociedade que está acompanhando, mas ela tem que vir para cá. Não adianta querer dizer que não vai escutar a sociedade, porque não é assim que deve ser.

Escutei também dizerem que a violência generalizada é fruto — o próprio Deputado Paulão disse muito bem — do tráfico, que deve ser combatido, e não apenas o aviãozinho, aquele traficante pequeno, mas autoridades e os grandes empresários, como S.Exa. bem trouxe aqui. Isso deve ser aprofundado, não tenha dúvida disso.

Sabemos que outra vertente é justamente a da cultura da violência, uma cultura que exclui, que realmente tira as opções de educação, de lazer e de assistência social, o básico dentro da comunidade.

Mas, senhores, aqui peço a atenção de todos. Eu tenho certeza absoluta de que o grande problema da violência, não em Alagoas, mas no País, está na impunidade, impunidade à qual posso muito bem me referir, já pedindo licença à minha amiga Ana Cláudia Laurindo, uma batalhadora, uma pessoa que sofre com a violência até hoje, como também a Sra. Maria José, mãe do Davi. Elas são exemplos que eu peço que, se possível, conste nesse relatório. Que não saia daqui, em números, que Alagoas tem 50% a mais de violência do que qualquer outro Estado em crimes contra jovens pobres pretos, mas que há pessoas que são massacradas diariamente não apenas por conviverem com a ausência dos filhos, mas por conviverem com a impunidade. Isso é muito grave.



Nós precisamos avançar. Eu quero que o Secretário Vinicius dê essa informação — não sei se é possível —, até para que possamos trabalhar a partir disso, não para dizer se está bom ou ruim.

No País — os Srs. Deputados com certeza sabem melhor do que eu — apenas de 5% a 8% dos crimes são elucidados. Isso é uma violência. Quando verificamos quantos por cento são condenados, esse índice cai para 3%. Imaginem: de todos os crimes que acontecem no País, em 3% dos casos aquela família vê o bandido preso. E em Alagoas, esse índice não é de 3%, é de apenas 1%. Isso é a maior indústria do crime, porque em Alagoas o crime compensa. Em Alagoas, faz-se e não se paga, e as mães estão sofrendo ainda hoje. Sabe-se lá se vão conseguir ter essa ferida cicatrizada, fechada. Isso é necessário.

Também o Secretário Alfredo mostrou uma situação verdadeira. É outra impunidade a da improbidade administrativa. Quantos casos nós conhecemos de escândalos relativos a recursos que são desviados? Quantos e quantos? Agora me digam dois ou três de condenação de quem pegou dinheiro público, de quem fez mau uso do dinheiro público. Isso é, sim, um estímulo, é aproveitar-se não falo nem de impunidade, mas de imunidade. Muitos têm que estar atrás de um cargo para isso.

É nesta linha que eu tenho certeza de que nos humaniza tratar deste assunto. Não é pegando os números, mas as pessoas, as pessoas que estão na sua frente, as pessoas que estão sofrendo por esse estado de 97% dos brasileiros não verem presos os assassinos de seus pais, dos seus irmãos, dos seus filhos.

Para finalizar, eu peço atenção especial aos Deputados Federais que aqui estão — Deputado Paulão; Deputada Rosangela Gomes, do Rio de Janeiro; Deputado Reginaldo Lopes e Deputado Delegado Edson Moreira. Peço atenção especial porque agora eu falo também em causa própria. Como todos aqui sabem, minha mãe também era Deputada Federal. Minha mãe foi assassinada no exercício da sua profissão, a Deputada Ceci Cunha. Toda a Câmara Federal sabe, todo o País sabe o que aconteceu com ela.

Eu reluto muito em falar sobre esse assunto, mas tenho certeza de que a vida dela não foi em vão. Já tive vários exemplos disso, e mais um exemplo eu quero que também aconteça agora. Por quê? Porque faço parte do 1% dos alagoanos que



conseguiu ter o caso elucidado; 99% da população não consegue isso. E eu sei que eu sou a voz da Ana Laurindo, eu sei que eu sou a voz da Maria José. Não estou querendo me aproveitar politicamente, não; toda a minha vida foi assim. Durante 13 anos, eu lutei por justiça, e não foi fácil. Sofri várias humilhações, mas nunca desisti, por causa daquela frase que eu disse no início: *“Quando não queremos, arranjamos desculpas”*. Eu tenho isso muito forte comigo.

Hoje, infelizmente, o País comete uma grande injustiça contra nós, que somos vítimas de violência. A Constituição Federal tem inúmeros artigos que se remetem aos direitos dos criminosos — inúmeros! — e apenas um artigo, o art. 245, que se remete aos direitos das vítimas. De 1978 até hoje, nunca foi regulamentado, e por isso o Estado brasileiro não tem essa atenção.

Há vários projetos tramitando na Câmara Federal que buscam para a D. Maria José um auxílio psicológico; um auxílio jurídico, para ela sair dos 99% dos alagoanos; um auxílio, por que não?, financeiro. Nem quero fazer um comparativo com o auxílio que é dado aos criminosos. A família da D. Maria José, tenho certeza, não recebe esse auxílio; os criminosos recebem. Não quero nem retirar esse auxílio — a questão não é essa —, mas que se faça justiça e que o Estado brasileiro olhe para esses 99% de alagoanos e para os 97% de brasileiros que realmente são esquecidos. A população continua sendo martirizada por toda essa situação.

Então, esse é um assunto que, com certeza, irá chegar à pauta do País. Hoje mesmo, por coincidência, os promotores que trabalham na área criminal em São Paulo fizeram um anteprojeto baseado em buscar dar auxílio a quem realmente precisa, para que se regule uma lei que está parada no tempo. Então, os senhores têm uma responsabilidade enorme em vários aspectos, talvez não seja esse o grande viés desta CPI, mas isso é um grande estímulo à violência. Se um jovem pobre, se um jovem negro, se um jovem que está na periferia vir o seu amigo sendo morto, e isso não der em nada, isso estimula a violência. Então, a violência se bate com a impunidade.

Então, era esse o recado que eu queria deixar a todos, para que realmente quem esteja à frente do poder não se esconda atrás de gabinetes, que não faça aquilo que o Dr. Alfredo falou aqui, de pensar pelo lado pessoal — isso é o maior crime, porque nós vivemos, sim, no pior IDH deste País —, mas que faça a



diferença, de forma criativa, com todas as dificuldades que tiver, e não se omita, porque isso tudo está sob a nossa responsabilidade. E cada um de nós, que participa ativamente deste nosso Estado, não vamos deixar que toda a corrupção, que toda a rejeição, que naturalmente acontece na política, nos afaste. Muito pelo contrário, isso deve ser um estímulo para cobrar, cada vez mais, dos nossos representantes.

Então, Sr. Presidente, era essa a minha mensagem. Eu realmente faço um apelo aos Deputados Federais para que olhem para esse art. 245 da Constituição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Agradeço a intervenção do Deputado Rodrigo Cunha, Deputado que assumiu pela primeira vez, Deputado Reginaldo Lopes, Deputado Edson e Deputada Rosângela. Quando a mãe dele foi também diplomada junto comigo e, logo depois de alguns minutos, quando eu ia para o intervalo para a minha casa e soube da notícia, tive a oportunidade de ir *in loco* verificar o que ocorreu: uma situação assim que chocou a sociedade, e o jovem Rodrigo, persistente, como ele falou, está num percentual de 1%, porque teve a tenacidade da sua família. E a tua sugestão, Rodrigo, não tenho dúvida que esta Comissão irá analisar com muito carinho — não é Deputado Edson? — em relação a essa situação.

Passamos, neste momento, a palavra para o Sr. Daniel Pereira, que representa a Comissão de Direitos Humanos da OAB.

O SR. DANIEL NUNES PEREIRA - Boa tarde para todos e todas! Eu gostaria aqui de saudar a Mesa, na figura do Deputado Paulão, alagoano que, com honra, preside esta Comissão e que trouxe esta CPI para o Estado de Alagoas, que infelizmente lidera esses índices negativos nacionalmente. E já não é de hoje, não é uma coisa que aconteceu de 2 anos para cá, mas, desde 1992, Alagoas vem crescendo nestas estatísticas criminais, infelizmente, e crescendo quantitativamente e qualitativamente. Entre 1992 e 2002, morriam mais ou menos mil pessoas por ano em Alagoas. A partir de 2002, passamos ao patamar de duas mil mortes aqui em Alagoas. E essa questão da cor de quem morria, principalmente da juventude, era uma coisa que não chegava muito forte, muito clara para Alagoas, porque, por



exemplo, só nas estatísticas do Mapa da Violência que aparecia um pouco isso, mas nas estatísticas da defesa social não era levado tanto em conta isso.

A partir desse último relatório que saiu do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pela primeira vez a gente viu a cor que realmente era a maior vítima da violência no Estado de Alagoas, que era a cor negra: os negros eram a maioria entre as pessoas mortas, e os jovens de 15 anos, mais ou menos, até 29 anos, a imensa maioria.

A Ordem dos Advogados do Brasil, através da Comissão de Direitos Humanos da OAB, tem recebido, ao longo dos anos, desde a última CPI que houve aqui em Alagoas, da qual a gente participou também, muitos casos que retratam essa realidade do Estado de Alagoas, muito relacionada à questão, infelizmente, da abordagem que é feita em boa parte da violência, não é toda. Eu tenho uma divergência com relação ao que o Secretário falou, quer dizer, a maneira que se faz a abordagem policial aqui em Alagoas em cima da população negra e pobre de periferia é uma abordagem realmente que leva, muitas vezes, à violência e à morte, infelizmente. E não é o caso só de Alagoas. Isso é uma realidade brasileira. Não dá para esconder isso. E eu, no final dessa minha fala, vou entregar ao Deputado Paulão os vários casos que a gente tem pegado desde 2013 até agora que mostram isso. Um dos casos é o de Davi da Silva, que foi alvo de uma abordagem por parte de policiais no Benedito Bentes e que até hoje está desaparecido. E olhe que o processo dele, comparado com outros, até que andou, porque pelo menos foram identificadas as pessoas que potencialmente fizeram o crime. E essas pessoas foram apontadas e foram denunciadas pelo Ministério Público. O processo está rolando. Mas o corpo não apareceu. E isso é uma ferida que não pode ser fechada por conta disso. Mas além do caso Davi, nós temos outros casos aqui, como o caso Maicon, lá do Clima Bom, que, pelo que foi visto lá, foi torturado, barbarizado, não chegou a morrer, mas é uma pessoa que está com sérios problemas psicológicos até hoje e não consegue levar uma vida normal. Recentemente, agora em 2015, esse é o caso... os três casos que eu queria falar, dois jovens pedreiros estavam passando numa rua, foram confundidos com pessoas que tinham furtado um celular, foram pegos pela população, foram devidamente, como se faz aqui em Alagoas, linchados, foram agredidos. Um deles foi colocado dentro de uma lixeira, daquelas



lixeiros de ferro. E um deles veio a falecer, morreu. Um era de 36 anos, o que morreu, e um jovem de 19 anos. E resultado: depois disso, nada. Não houve nenhum pedido de desculpa, não houve indenização. Nada. Quer dizer, o alvo preferencial da violência em Alagoas e no Brasil, infelizmente, é a população jovem masculina e negra ou parda, negra, em geral. Isso aí é uma coisa que tem preocupado a Comissão de Direitos Humanos da OAB. A Ordem dos Advogados, inclusive, nacionalmente, fez aquela Comissão Verdade e Justiça, em memória, sobre a questão da escravidão, que eu acho que é uma dívida que o Brasil continua tendo com essa juventude. Tem muita gente que diz: “Ah, mas você está defendendo bandido, não sei o quê”. Não se trata disso, trata-se de toda a população ter acesso a um tratamento igual que contemple a dignidade da pessoa humana. E só para encerrar, Deputado Paulão, tem uma experiência que foi feita na cidade de Nova York com a polícia lá, que, de 680 mil abordagens que a polícia de Nova York fez — eles têm que anotar toda a abordagem que fazem —, quase 90% das abordagens eram feitas na população negra e latina. E a gente sabe que a cidade de Nova York é uma cidade predominantemente branca. Vejam que existe... Eles criaram a figura chamada racismo institucional. Se a gente aplicar essa realidade, e eu não apliquei, porque não fiz nenhum estudo sociológico sobre isso... Mas tenho certeza de que, se for feito esse mesmo estudo aqui no Brasil, em Alagoas, nós vamos encontrar a mesma realidade, e talvez até muito pior. Então, essa dívida nós continuamos tendo, uma dívida que garantisse a vida e a integridade dessas pessoas todas. Obrigado. Eu vou entregar esse documento a V.Exa., Deputado Paulão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Obrigado, Daniel, representando a Comissão de Direitos Humanos da OAB. Logicamente, será remetido à Comissão. Neste momento, pessoal, a gente vai convidar algumas pessoas inscritas para fazer o uso da palavra, preferencialmente usando aquele microfone ou outro microfone.

Neste momento, convido a D. Maria José da Silva, mãe do jovem Davi, acompanhada do Magno Francisco. Pode usar aqui. (*Palmas.*)

A D. Maria José da Silva é a mãe do Davi, esse jovem que o advogado Daniel, da Presidência da OAB, fez o relato do caso. E aí o Magno é o seu sobrinho.



A SRA. MARIA JOSÉ DA SILVA - É que levaram o meu Davi no dia 25 de agosto e até hoje eu não soube mais de resultado. E nunca mais, desde esse dia, eu tive paz nem... Acabou com a minha saúde. Eu fiquei doente. Vivo nos remédios controlados, sentindo falta do meu filho. E até hoje eles não deram conta. Bati em todas as portas, já fui a todos os lugares e não encontrei o meu Davi em nenhum canto. Eu queria... Estou aqui hoje para ter uma resposta, onde esse pessoal que levou, pegou o meu filho, onde foi que eles o botaram, o que foi que eles fizeram. Onde eles colocaram o meu filho? Que eles me digam uma resposta, que me deem uma solução. Digam aonde eles o levaram, se eles fizeram mal ao menino, eles digam e falem também. Se o meu filho está vivo ele deve estar em algum lugar, eles falem também e me deem uma resposta, porque eu já não aguento mais. Sinto muita falta do meu filho. O meu filho não era um menino mau, era um menino bom. Todo mundo na sociedade onde eu moro, todo mundo gostava do meu filho. Ninguém lá tem raiva dele. Meu filho só procurava ajudar as pessoas. Nunca fazia mal a ninguém. E fizeram essa maldade. E até hoje não trouxeram o meu filho de volta. Eu não sei onde foi que eles botaram o meu filho. O meu filho estava mais o outro amigo dele, chegou esse pessoal e abordou os dois. Deixaram o outro e levaram o meu. Agora, não sei pra quê, por que eles fizeram isso, essa maldade. O meu filho não fazia mal com ninguém. Eu queria que eles falassem, dissessem onde botaram o meu Davi. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Muito bem, D. Maria. E o Magno é o seu sobrinho, que pode fazer um relato sucinto sobre o caso, viu Magno? Tem outras pessoas inscritas.

O SR. MAGNO FRANCISCO - Boa noite a todas e todos! Queria saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Paulão e da Deputada Rosângela. Queria dizer, assim, que acho que, em alguma medida, é um pouco da angústia de todos que estão aqui. É uma CPI pública, não é? Mas se prolongou bastante, a CPI começou três horas, falou uma Mesa extensa, onde, na minha opinião, acho que quem deveria falar primeiro era a D. Maria José, era a companheira ali, era a Olga. *(Palmas.)* São as pessoas que vivem na pele esse processo. E acho que os representantes do poder público que estavam aqui deveriam ficar até o final para ouvir os depoimentos das pessoas aqui que são vítimas desse processo.



Bem, eu queria iniciar dizendo que o Davi tinha 17 anos. Era um jovem de boa conduta. Isso tanto é verdade que, após o seu desaparecimento, ouvi várias manifestações na própria comunidade onde ele morava para denunciar o fato e para pedir justiça. Lamentavelmente, Deputado, essas manifestações que aconteceram lá no bairro, no condomínio, no Conjunto Frei Damião, no Benedito Bentes, foram reprimidas pelo Batalhão de Choque, ao ponto de, por exemplo, a neta aqui da D. Maria José, que é minha tia, de quatro anos, levar tiro de bala de borracha da Polícia Militar. E aí a gente não pode concordar de maneira alguma com a fala do Secretário de Defesa Social, ao afirmar que se trata gente pobre e gente rica da mesma maneira, certo? Porque a gente que é... Nós, que somos alagoanos, acompanhamos vários casos. E nesse último período, por exemplo, de escândalos de corrupção, que lamentavelmente, inclusive, pessoas que ocupam cadeiras nesta Casa aqui estavam envolvidas, e nós não vimos o Batalhão de Choque meter bala de borracha nessas pessoas que desviam dinheiro público. *(Palmas.)* Então, acho que isso é uma situação fundamental para ser colocada. E digo que o caso do Davi não é, de maneira alguma, um caso isolado; é mais um caso que, felizmente, nós conseguimos fazer com que tivesse visibilidade.

Mas aqui eu queria dizer para o representante da Secretaria de Defesa Social, para os demais representantes do Governo, para a CPI que quem quiser tirar a prova dos nove que vá à periferia e pergunte aos moradores, às pessoas que lá residem qual é a realidade, porque eu moro lá e tenho contato com as pessoas, e o que as pessoas me falam e o que a gente vê é exatamente o medo da ação da Polícia Militar, tal qual o medo que se tem do tráfico. Então, quer dizer, infelizmente, a ação da polícia, nas comunidades, não é para proteger. Infelizmente, a realidade é que é para reprimir de forma violenta e brutal. E aí eu queria falar aqui de uma declaração do Sr. Secretário Alfredo Gaspar que está no *site* Cada Minuto. Ele, concedendo entrevista à Rádio Cidade FM, em Santana do Ipanema, deu a seguinte declaração: *“Bandido, na minha gestão, só tem dois caminhos a seguir: ou se entrega ou morre”*.

Pelo que eu sei, a pena de morte ainda não está instalada nem em Alagoas nem no Brasil. E, pelo que eu sei também, o papel de julgar quem é criminoso ou não também não é da Polícia Militar. Existe o Judiciário para cumprir esse papel.



(Palmas.) Então, a gente precisa, efetivamente, denunciar essa situação, porque, Srs. Deputados e demais presentes, a verdade é que é uma prática sistemática. E aí a gente poderia elencar vários casos, mas inclusive certos casos onde, por exemplo, agora no CEPA, um conjunto de estudantes fizeram uma mobilização exigindo transporte. E a ação do Governo do Estado foi de jogar bomba de helicóptero nos estudantes. (Palmas.)

Não dá para a gente dizer que o tratamento é igual e que não existe repressão violenta por parte do Estado contra a população pobre. E aí eu queria aqui apresentar algumas questões. Primeiro parabenizar a Dra. Luci Mônica, que acompanhou o caso do desaparecimento do Davi, que concluiu o inquérito. E, no inquérito, estava claro e evidente que o Davi foi apreendido pela polícia, e não se deu mais conta dele. O inquérito concluiu que os policiais são responsáveis inclusive pelo corpo do Davi.

E aí muito lamento, por exemplo, o fato de o Ministério Público, ao receber esse inquérito, retirar a acusação de assassinato da Polícia Militar, porque agora a Polícia Militar já não tem mais a responsabilidade de prestar contas do corpo do Davi. Então, quer dizer, efetivamente a gente percebe que há um espaço para denúncia, mas, ao mesmo tempo, o Estado reúne um conjunto de condições para que esses casos sejam abafados. E a gente pergunta: quantos outros casos como o do Davi vão ter que acontecer para que essa situação deixe de existir? Quantos casos como o do Amarildo, como o do DG, como o da Cláudia — e a gente poderia citar inúmeros — vão acontecer para que essa realidade com o povo pobre, com o povo negro, que mora na periferia, efetivamente não aconteça mais?

E aí eu queria dizer que a família tem procurado todos os meios para manter a chama da justiça acesa, para que esse caso não fique impune, porque o caso do Davi é muito importante para nós, que somos da família, que seja solucionado, porque é uma dor, como vocês bem puderam observar aqui o relato da minha tia, Da. Maria José, que não consegue dormir, que passou a ter vários problemas de saúde por conta dessa questão. Mas a solução desse caso é principalmente uma maneira de impedir que novos Davis sejam vítimas, porque, no discurso de muita gente, é que a juventude deve ser tratada na base da bala ou do presídio. Mas o que a gente tem que defender é que a juventude tem que ter escola, tem que ter



perspectiva de vida, tem que ter trabalho, tem que ter dignidade. Não dá para a gente tratar a nossa juventude como criminosa, abrindo mão da luta, para que ela tenha uma perspectiva de vida e uma dignidade.

Eu queria concluir dizendo, em alto e bom som, que nós da família não vamos abrir mão de continuar lutando para que a justiça aconteça. Nós inclusive, já na gestão passada, Deputado Paulão, no Governo Teotônio Vilela e nesta gestão, solicitamos, através da Comissão de Direitos Humanos da OAB — eu queria aqui saudar o advogado Dr. Daniel Nunes —, audiências com o Secretário de Estado para que uma resposta fosse dada à família, e nem a gestão, nem o último Secretário de Estado de Defesa Social, nem o atual Secretário de Defesa Social, efetivamente, deu a mínima para o caso.

A realidade é essa. Aí eu pergunto aos senhores que estão aqui presentes: será que se o Davi fosse filho de rico, se o Davi fosse filho de um Parlamentar, de um representante do poder, esse caso ainda estaria impune? Não há tratamento igualitário, e a gente tem que reconhecer. Eu penso que a iniciativa da CPI é muito importante. Nós da família estamos à disposição para contribuir, para que a CPI logre êxito em combater esse tipo de ação por parte do Estado, e a gente tem que dizer que, de fato, é uma violência institucionalizada e que nós, em nenhum momento, vamos temer, apresentar temeridade diante de possíveis perseguições.

Eu estou falando disso porque, um mês depois das denúncias que nós começamos a fazer, minha tia saía do trabalho — ela é vendedora de coentro, é uma pessoa humilde —, ali do mercado da produção, e muito estranhamente uma situação de violência aconteceu, e um tiro foi disparado. É muita coincidência, porque foi exatamente na cabeça dela. E ela está aqui, esperou 4 horas aqui para poder falar, para poder dar o seu depoimento, mas está com a bala ainda alojada no seio da face e, quer dizer, poderia estar morta. Será que, efetivamente, não foi uma maneira de silenciar a luta da família por justiça? Isso tem que ser questionado. Eu acho que a CPI pode incluir esse elemento como um elemento inclusive de investigação, de cobrar do Ministério Público que essas questões — já que o Ministério Público está acompanhando o caso — efetivamente, venham a público. Bem, eu sei que passei um pouco do tempo.



Queria pedir desculpa, porque tem outras pessoas para falar, mas nós, em alto e bom som, queremos dizer que nós não vamos desistir. E perguntamos ao Estado e à PM: cadê o Davi?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulão) - Agradecemos a D. Maria José da Silva, mãe do jovem Davi, que o corpo ainda continua desaparecido, ao Magno Francisco.

Sr. Presidente, V.Exa. já tinha feito uma discussão prévia. É claro que esse requerimento será votado na reunião oficial. Eu peço vênha aí da Deputada Rosângela, do Deputado Delegado Edson Moreira, porque eu estou apresentando um requerimento, que vai ser na reunião oficial, para requerer a convocação dos policiais militares da Polícia de Alagoas: Eudecir Gomes de Lima, Carlos Eduardo Ferreira dos Santos, Victor Rafael Martins da Silva e Nayara Silva de Andrade, acusados de tortura, sequestro, cárcere privado, homicídio qualificado e ocultação de cadáver do jovem Davi, para prestar depoimento na CPI, em Brasília. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, eu gostaria de voltar agora, para V.Exa. continuar com o comando dos trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Agradeço ao nosso Deputado Paulão pela participação, por ter presidido também essa segunda Mesa e iniciado aqui a terceira Mesa, que é a mais importante da CPI, que é ouvir a nossa comunidade.

Quero passar a palavra para o Jasiel Pontes, Presidente da Associação de Moradores de Ipioca.

O SR. JASIEL PONTES - Boa noite a todas e a todos! Antes de começar minha fala, quero falar da ausência da Secretária de Juventude aqui no plenário da Assembleia Legislativa, diante de uma importante CPI de combate à criminalidade de jovens negros do Estado de Alagoas. (*Palmas.*) Ela deveria ter cancelado todos os seus compromissos para priorizar uma sessão, uma assembleia, uma audiência tão importante quanto esta, porque o que está em jogo aqui é a vida dos jovens pobres e negros, dos nossos jovens, mas a gente está avaliando uma falta de comprometimento não só da Secretária de Juventude, mas também do Secretário de



Segurança Pública do Estado de Alagoas. (*Palmas.*) Ele também deveria estar presente para ouvir o que a sociedade civil organizada tem a dizer. No entanto, a agente percebe a inércia do poder público em relação à política de combate à criminalidade contra a juventude negra no Estado de Alagoas.

Deputado Paulão, eu creio que somos as pessoas mais privilegiadas de Alagoas, porque temos a tarefa mais importante aqui do Estado, a educação de nossos jovens. Devemos mostrar aos jovens que haverá dificuldades e que eles as enfrentarão e que a educação é a única saída. Enquanto a segurança pública, em Alagoas for segregada, os jovens negros receberão sempre abordagens inferiores e discriminatórias. Parece-nos que a proposta de segurança pública de Alagoas é o massacre de jovens negros. Destaco a ação da polícia na abordagem de jovens negros em Ipioca. É uma ação criminosa, mas a Lei nada faz.

Deixo apenas uma pergunta: por que nada que corrói o cumprimento da lei pode ser moral? Não há cumprimento da lei em Alagoas, não enquanto for negado à juventude negra a moradia, a inclusão em escolas, em hospitais, enquanto a juventude negra for linchada no meio da rua. Santo Agostinho disse: *“Uma lei injusta não é lei alguma”*. Portanto, eu tenho direito, mesmo dever, de resistir com violência ou desobediência civil. Rezem para que escolhamos a última. A atrocidade que vem acontecendo nos últimos dias no bairro de Ipioca, o carro da polícia atropelou uma criança no meio da rua, na semana passada. Os jovens de Ipioca foram levados para o matagal de uma fazenda chamada Zanta, no bairro de Ipioca, e sofreram tortura, choque, e nada foi feito. A família se omitiu em denunciar o caso por medo de repressão. Mas aqui, neste momento, diante deste Plenário, a gente faz essa denúncia e amanhã estaremos protocolando no Ministério Público Estadual, na Promotoria de Direitos Humanos, solicitando uma reivindicação urgente por parte do Ministério Público para investigar a ação por parte da Segurança Pública do Estado de Alagoas, lá no bairro de Ipioca.

Também entraremos Junto à Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, em Alagoas, através da Comissão de Direitos Humanos, para que eles também possam adentrar nessa investigação. Não precisa a polícia, seja lá quem for da área de segurança pública, agir com um descaso desse diante da juventude do bairro de Ipioca. Que perigo representa a juventude do bairro de Ipioca para a sociedade? Por



que não melhorar essa abordagem? Cadê a formação continuada da polícia? Para continuar linchando a juventude no meio da rua, sem respeito a ninguém, sem respeito a nada.

A gente é determinantemente contra a forma de segurança pública nesta gestão atual. A gente quer um diálogo junto às forças policiais aqui do Estado de Alagoas para ver a melhor forma de abordagem lá no bairro de Ipioca, porque lá não tem nenhum bandido. A gente tem que ver, Deputado Paulão, como é que a gente vai fazer: a gente pede a intermediação da CPI, a gente pede a intermediação de V.Exa., do Dr. Reginaldo Lopes, Presidente da CPI, para que a gente possa tomar as devidas providências e proteger a juventude de Ipioca, com políticas públicas, com qualificação profissional, com geração de emprego e renda, com qualidade de vida — é o que está faltando lá no bairro de Ipioca — e com educação, principalmente. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição. Estamos atentos também à denúncia que você traz a esta audiência da CPI.

A mãe do Alexystaine, a Ana Cláudia Laurindo. (*Pausa.*)

A SRA. ANA CLÁUDIA LAURINDO - Eu dou boa noite para este auditório quase vazio, afirmando que o meu discurso é vazio de acordo com o que disse o Secretário de Segurança do meu Estado, porque o meu discurso afirma que aqui existe violência institucionalizada. (*Palmas.*) Em muitos momentos da minha história de mãe e mulher alagoana, eu me confrontei com a inoperância institucional, estrategicamente montada, e afirmo: na morte do meu filho, o Estado de Alagoas tem culpa pela inoperância da Comissão de Direitos Humanos da OAB, na época em que eu denunciei a tortura que ele viveu na mão de policiais civis e agentes municipais de segurança pública, e ninguém disse nada.

Eu denunciei na Corregedoria da Polícia Civil deste Estado, e serviu de tortura psicológica para o menino que todos os meses era chamado para depor, e foi arquivado. Eu denunciei ao Ministério Público deste Estado! Eu percebi a armadilha que estava sendo montada, e ninguém fez, nem disse, nem escreveu nada. Mas quando ele completou 16 anos, foi armada uma emboscada e ele foi assassinado e, em meia hora, a polícia dá o veredicto: droga. Foi transformado em usuário de



droga. O inquérito de sua morte é o inquérito de um bêbado, a identidade maculada, distorcida, transformada, a memória que até hoje eu tenho que defender com a fala, com a lágrima, com a escrita, com a foto, com a poesia, com a música, com a luta política, com a esperança que não morre, e eles, os institucionais, olham no meu rosto e dizem que aqui não há violência institucionalizada. (*Palmas.*)

Eu acuso o Estado de Alagoas da morte de Alexystaine Laurindo, aos 16 anos. Eu condeno o Estado de Alagoas a encontrar seu nome em tudo que eu puder escrever como mártir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Convido Maria José da Silva, Zezé, mãe do jovem Davi Tierras.

A SRA. MARIA JOSÉ DA SILVA - (*Choro.*) Desculpa. Eu escrevi porque sabia que esse momento ia ser muito difícil. (*Choro.*)

Meu filho, que foi assassinado em fevereiro de 2012, tinha apenas 16 anos, estava apenas começando a viver. Desde então, me sinto como uma pessoa que vivenciou a passagem de um tornado, onde tudo foi destruído, e, mesmo em meio aos destroços, busca forças e se pega a motivos para viver. (*Choro.*) Meu filho não foi o primeiro e, infelizmente, não será o último. Porém, se nada de concreto for feito, a tendência é o número de vítimas continuar aumentando aceleradamente.

Não tenho dúvidas de que o investimento em políticas públicas seja um fator fundamental para desacelerar a violência que vitima jovens pobres e negros em nosso Brasil e, principalmente, em Alagoas. Investir em educação, em emprego, em lazer, em esporte, em cultura, em saúde, e segurança pública se faz mais do que necessário, se faz obrigatório. Porém, investir em segurança pública não quer dizer aumentar o efetivo policial, porque aumentar o efetivo policial é garantir a matança de jovens, infelizmente, jovens pobres e negros. É necessário, primeiro, ouvir os jovens, saber quais são as suas aspirações pessoais, qual o melhor para o coletivo e tentar remediar o que aparentemente não tem mais remédio, pois é isso que a elite, parte do poder público e a grande mídia passam para a sociedade: que não se pode mais mudar esse quadro. E a sociedade, por sua vez, reforça a perversidade do patriarcado, aplaudindo a eliminação da juventude pobre e negra. Tudo que vem acontecendo não passa de uma questão de classe e de raça, e a classe dominante



querendo o extermínio dos pobres e dos negros, pois matando jovens elimina-se a classe e a raça indesejadas pelos poderosos.

A sociedade alagoana foi alicerçada no coronelismo tradicional e permanece nesse sistema de uma forma mais modernizada, onde os coronéis se encontram na classe empresarial e na classe política. Ninguém sabe quem é quem, porque os dois estão em um só corpo. E isso tem influência direta no caos em que Alagoas se encontra, na violência desenfreada sofrida pelos jovens pobres e pelas mulheres. Não é à toa que Alagoas está sempre nos piores indicadores, e sempre à frente quando se trata do *ranking* da violência. Isso se chama a política do “quanto pior, melhor”. Pior, para quem: para os jovens negros e pobres; melhor para quem: para a elite, que se perpetuará no poder político e econômico de Alagoas se esta situação não mudar.

O Estado de Alagoas tem o maior complexo educacional da América Latina, que é o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada — CEPA, e que está quase abandonado, onde poderia estar sendo usado tanto para garantir o acesso à educação formal como para o lazer, o esporte e a cultura de milhares de crianças adolescentes e os jovens. Revitalizar o CEPA é fundamental para diminuir a violência contra jovens da Grande Maceió e de outras regiões do Estado. Mas isso tem que vir com tempo integral nas escolas, com merenda escolar e transporte escolar de qualidade. Isso é só uma observação que faço, mas esse complexo é apenas um espaço que precisa ser utilizado, porque muitas outras escolas e outros espaços precisam ser recuperados e ocupados adequadamente.

Eu tenho outras questões para trazer, mas eu sei que outras pessoas também precisam falar. E eu quero — lamentavelmente, o Secretário de Defesa Social não está aqui —... eu gostaria de dizer que é necessário que se apurem os crimes, porque a gente sabe muito bem que a impunidade é a irmã da violência. Infelizmente, no Brasil todo, em especial aqui em Alagoas, não existe punição. As pessoas matam, e fica por isso mesmo. Infelizmente, o que a gente viu aqui é verdade: 99% de casos das pessoas que são assassinadas não têm nenhum desfecho.

Eu fiquei numa depressão. Eu tenho pavor do bairro Benedito Bentes, porque é onde o meu filho foi assassinado; eu tenho pavor de entrar numa delegacia,



porque eu fico desesperada. Eu não sei o que realmente aconteceu. Eu sei que tinha um assassino do meu filho preso, mas eu não sei se realmente ele continua preso.

Eu quero dizer o seguinte: eu soube que quem assassinou o meu filho foram três jovens, também. Eu acho, e é até irônico eu dizer isso, que esses jovens também são vítimas, porque eles eram negros, também, pobres, e são vítimas realmente do sistema; vítimas da falta de políticas públicas para a juventude. E eu não quero que aconteça com eles o que aconteceu com meu filho. Eu quero simplesmente que eles paguem pelo que eles fizeram, mas paguem dignamente, porque, parece contraditório, mas eles também são seres humanos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Maria José, Zezé. Também às demais mães a nossa total solidariedade.

O Deputado Paulão foi muito feliz, é evidente que nós estamos trabalhando para encontrar soluções mais sistêmicas para o enfrentamento da violência. Mas eu já falei aqui, eu acho que no caso de tantas vítimas, você ser solidário é um imperativo. Então, nós somos solidários. E mais do que isso, nos casos relatados em todas as nossas audiências públicas nós vamos solicitar acompanhamento, inquérito e, quem sabe, no final, se os membros da CPI entenderem, nós vamos pedir até deslocamento de competência de alguns casos emblemáticos que até hoje não foram elucidados.

Então, quero aqui manifestar e agradecer a coragem de cada mãe que veio aqui, que eu sei que não é fácil. Porque amanhã... Hoje, o dia continua, a realidade permanece a mesma, e vocês, de uma maneira ou de outra, acabam se expondo um pouco mais. Mas vocês podem ter a certeza de que a presença das senhoras aqui também fortalece um tema que a sociedade quer negar que existe.

Eu falei no G, aqui, que nós temos que desnaturalizar esse tema; ou seja, não podemos admitir que a sociedade entenda que é natural matar jovens negros e pobres, porque se fossem ricos e brancos jamais estaria naturalizado, como está no Brasil.



Por isso, as senhoras estão dando uma contribuição enorme para o Brasil. Em nome da CPI, eu quero agradecer a coragem e a ousadia, que é uma característica própria das mulheres. Muito obrigado. *(Palmas.)*

Quero também dizer que não estou antecipando nenhum tipo de relatório, até porque eu só presido — a nossa Relatora é a Rosângela Gomes —, mas se depender da minha opinião eu acho que a CPI tem que dizer: *“Há, sim, no Brasil um genocídio contra os nossos jovens negros e pobres”*. É fundamental esse reconhecimento pela CPI para que o Brasil possa criar vergonha na cara e todos os seus três Estados enfrentarem esse problema sem dissimulação nenhuma.

Então, essa é a minha opinião, a partir da fala da Maria Zezé, que colocou muito bem que o Estado tem que fazer esse reconhecimento. Concordo plenamente com a fala da mãe, da Sra. Maria José Silva, nossa Zezé.

Quero passar a palavra para o próximo orador, o Edmilson, Coordenador do Fórum de Conselhos Tutelares.

O SR. JOSÉ EDMILSON SOUZA - Eu gostaria de saudar a Mesa: Sr. Presidente, Deputado Reginaldo; Deputado Paulão, nosso amigo, conterrâneo, homem que tem trabalhado muito pela causa da criança e do adolescente, especificamente, com os Conselhos Tutelares. Eu quero de público agradecer ao Deputado Paulão pelo seu empenho para equipar os Conselhos Tutelares aqui do nosso Estado. Quero saudar a Deputada Rosângela; os demais Deputados e personalidades que compõem a Mesa; saudar o Secretário Jardel; a Secretária Rosinha e também as pessoas amigas. Quero agradecer à Secretária pelo seu empenho para reativação da Escola de Conselho do nosso Estado. Nós agradecemos em nome do Fórum Estadual de Conselhos Tutelares de Alagoas. *(Palmas.)* Quero saudar a sociedade que está aqui presente ainda resistindo; e quero fazer uma saudação especial de solidariedade a essas três mães que estiveram aqui, essas mulheres que com sua dor exprimem um sentimento de muita gente, de muitas outras mães que também estão em busca da solução dos assassinatos de suas crianças e de seus adolescentes.

Quero me associar também, ainda, aos companheiros, através de seus familiares, que foram barbaramente assassinados, na cidade de Poção, com requintes de ódio, de revanchismo, de quem não sabe respeitar decisões judiciais.



Lá, graças a Deus, quase todos estão presos — quase todos. Mas aqui em Alagoas nós tivemos também um companheiro barbaramente assassinado, um conselheiro tutelar, de São José da Tapera, há mais de 12 anos, e até hoje esse caso está insolúvel. Temos tantos outros que sofrem perseguição por defenderem crianças e adolescentes; crianças e adolescentes como esses dessas mães que aqui choraram de dor; crianças e adolescentes que são perseguidos, também; crianças e adolescentes que estão na rua mendigando nesse Estado nosso de tanta exclusão social e coincidentemente campeão negativo de tantos índices, e coincidentemente com grande número de crianças e adolescentes dentro da vulnerabilidade; crianças e adolescentes oriundos de famílias que estão na linha da exclusão social. É com esse quadro que os 550 conselheiros tutelares alagoanos lutam no dia a dia. É com esse quadro que conselheiros tutelares desses 110 Conselhos Tutelares da capital e do interior estão no enfrentamento constante.

Hoje é um dia de muita dor para muita gente, também, porque é o dia que não estamos comemorando, mas dando o grito de alerta, porque é o Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essa data tem uma recordação triste de uma criança de apenas 8 anos de idade que foi sequestrada, seviciada, dilacerados os seus órgãos genitais e parte do seu corpo e, posteriormente, assassinada por uma corja de bandidos da alta classe lá do Estado do Espírito Santo, que até hoje estão impunes. Eles foram julgados, mas considerados inocentes. A menina era pobre, filha de uma família pobre; eles, ricos. A mãe tinha contato com traficantes, e talvez ela tenha uma parcela muito grande de culpa, sim. Mas, infelizmente, aquele Estado não soube... A sociedade não soube punir com justiça aqueles malfeitores.

E quantas Aracelis da vida existem? Quantas estão aqui no nosso meio, ou já não estão? Quantas meninas e meninos já foram assassinados? Esses meninos de famílias de baixa renda, de pele negra, são os alvos principais; esses meninos são os nossos mártires. São essas mães que choram essa dor, representando muitas alagoanas que também estão chorando em suas casas ainda a dor da perda de outros que lá se foram.

Portanto, o Fórum Estadual de Conselheiros Tutelares de Alagoas não poderia estar ausente. Estamos aqui; foi um dia cheio, mas chegamos. A nossa



obrigação é estar aqui. Quero também registrar que nós compartilhamos com o que foi dito aqui por um dos oradores: essas mães deveriam ter tido prioridade (*palmas*), deveriam ter tido prioridade. Os casos delas são de uma importância para esta CPI a toda prova. E tenho certeza de que o Deputado Paulão, Deputado Reginaldo e a Deputada Rosângela tomarão as devidas providências, a nível desta CPI, para esses casos.

Então, quero destacar ainda, para finalizar, que todas as crianças e adolescentes excluídos neste Estado, infelizmente, são vítimas dessa política mesquinha que ainda perdura. A política, que já foi dito aqui pelo Deputado Paulão e por tantos oradores que nos antecederam, dos desvios; os desvios que foram para as latas do lixo ou para os bolsos, quando deveriam estar na casa dessas pessoas pobres, com melhor moradia, educação de qualidade e saúde pública ao alcance de todos. Infelizmente, em nossa Capital, uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes, ainda temos mães chorando por vagas em escola pública. Isso é um absurdo! Todo o mundo assistiu em televisão, viu em jornais, e escutaram em rádio a casos de mães chorando porque os filhos não têm escola para estudar. Que coisa terrível!

Então, fica o nosso registro, em nome de todos os Conselheiros Tutelares do Estado de Alagoas. E Parabenizamos esta CPI que em tão boa hora veio ao nosso Estado.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Convido a nossa próxima oradora, que é Luciene Araújo, Coordenadora-Geral do DCE da Universidade Federal de Alagoas. (*Pausa.*) Ela não veio? (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Qual é o seu nome?

O SR. ROGÉRIO DIAS - Rogério Dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Rogério Dias, está, sim.

Vamos passar para o próximo? Como o senhor está inscrito mais abaixo...
Pode ser? (*Pausa.*)

Sr. Flávio, do Sindicato dos Professores da Federal de Alfenas — é isso?
(*Pausa.*)



Magno Francisco — aqui não há nenhuma referência. *(Pausa.)* Já falou?
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Rodolfo Barros, da Secretaria de Estado da Mulher e de Direitos Humanos. *(Pausa.)*

Adriano Francisco. *(Pausa.)*

Fernanda Monteiro, da Juventude Negra Independente de Alagoas. *(Palmas.)*

A SRA. FERNANDA MONTEIRO - Boa noite a todos e a todas. Peço permissão aos mais velhos e aos mais novos. Gostaria de saudar a Mesa. É sempre... Eu, parada, no momento em que estavam chamando os nomes, observei um silêncio. Alagoas é esse silêncio contra os jovens negros, porque Alagoas não grita, não fala, não quer resolver, ela silencia. É isso que está acontecendo em nosso Estado.

Sou mulher e sou jovem. Quando o Plano Juventude Viva veio para Alagoas, eu já estava na periferia lutando. Houve o convite, aceitei, em uma reunião com vários jovens negros periféricos. Houve a eleição, assumi. A gente ficou feliz, porque acreditou. Acreditou, não acredita mais, até este Estado tomar uma atitude de que esses jovens negros, periféricos, têm direito à vida. Eu não estou dizendo que é só educação, lazer, esporte, não, ele quer a vida.

Poucos colegas, poucas crianças vão chegar a minha idade, sabem por quê? Porque o Estado de Alagoas silencia ao ver o jovem gritar à sua porta e gritar pela vida. Toda vez que eu encontro a Maria José, eu fico feliz, por ver que ainda ela está na luta, mas triste, porque a luta dela é saber que o filho que ela gerou, que ela educou, foi morto, assassinado. Eu olho para a Maria José e imagino a minha mãe, aquela que me deu educação, que me deu a vida, que ela nunca vai parar se algo acontecer comigo.

Maria José, eu tenho também todo o meu respeito à senhora. Nós nos conhecemos há tanto tempo! E hoje, sabendo a história dela... Com toda emoção, obrigada! Obrigada, sabe por quê? Porque eu sou uma jovem, mulher, negra e, vendo a senhora, e a senhora como mãe aqui neste momento, sei que não estou lutando em vão; sei, não, tenho total certeza de que estou certa em ir à frente.

Em 2002/2003, o Plano Juventude Viva foi lançado no Estado de Alagoas. Que ironia! O Estado-piloto, que ironia! E aí? O mapa, o resultado saiu agora.



Alagoas continua no mesmo; continua, não, aumentou. Fala-se em uma redução? Fala-se. A redução é de jovens brancos que foram vitimados por acidentes automobilísticos, não fala da violência do jovem negro periférico que foi violentado, primeiro, na educação, na saúde, na dignidade. Porque muitos irmãos meus em Maceió, em todo o Estado, moram em barracos de lona, de papelão, e a mãe tira do lixo para alimentar. Eu digo que esse jovem, que essa criança é o quê? É bandido? Ele está sendo educado pelo Estado silencioso. Mais ironia ainda: Alagoas, no mesmo ano, com diferença de duas semanas, antes do lançamento do Juventude Viva, lança o Brasil mais Seguro. Ele dá a arma, ele diz: “Mate.” Sem perguntar e sem saber. E, duas semanas depois, lança o Plano Juventude Viva, com nove Secretarias. É inoperância de quem? Do jovem periférico? Porque, no meu Estado, vejo política passar, mas o gestor continua. Eu vou culpar quem, se o gestor é aquele mesmo que estava na cadeira da gestão passada, com o processo em cima da mesa, com o protocolo em cima da mesa? O que é isso? (*Palmas.*)

Ao assumir a cadeira no Plano Juventude Viva, fui a várias reuniões; e, no momento em que comecei a questionar, na reunião do Comitê, onde em todas as reuniões o representante é trocado... Tive o meu nome no *Diário Oficial*. Nenhum gestor o teve para assumir o pacto — nenhum! Eu procurei, tornei a procurar e não os achei. Mas os nomes da sociedade civil estão lá, no *Diário Oficial*. E aí? Houve reunião do Plano Juventude Viva em que se discutia — que absurdo! — lembranças de casamento. Minha gente, o que é isso? O que é isso? Tem-se numa sala representantes de nove Secretarias para discutir lembranças de casamento?

Se eu digo que o Estado é silencioso, é, sim. Questionei as atas publicadas de todas as reuniões do Plano Juventude Viva do Estado. A fala da sociedade civil nessas reuniões é totalmente equivocada. A sociedade presente questionando e não há nada? O que é isso? Mas ali constava o nome de todos os representantes, questionando A, B, C e D. Onde estava a sociedade civil? Estava silenciada, mais uma vez.

Então, existe um racismo institucional? Existe. Sabem por quê? Sou filha de militar, mas quando comecei a lutar e a me reconhecer como jovem negra, o meu pai foi o primeiro a dizer: “Minha filha, cuidado!” Ele é militar, que coisa, não!



“Cuidado!” Ele dizia: “Não vá às atividades!” Mas, ao mesmo tempo, ele dizia: “Deus a abençoe”.

Hoje, conversando com a “Mãe Vera”, escutei que estamos vivenciando mais um “quebra”. É verdade. A religião de matriz africana é violentada. Mas hoje continuamos tendo jovens negros mortos. E aí? Eu pergunto à Mesa: a CPI vai investigar o Plano Juventude Viva no Estado de Alagoas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Já convocamos — foi em formato de convite, mas se os Ministros não comparecerem à CPI, vamos transformar convite em convocação — os 11 Ministérios que desenharam e têm responsabilidade finalística no Plano Juventude Viva e mais 2 Secretarias de Coordenação. Já convocamos 12 Estados, sendo 6 Estados que têm o maior número de homicídios e 6 Estados com o menor número. Quem convocamos: Secretários de Segurança Pública ou Defesa Social, Comandantes da Polícia Militar e da Polícia Civil, e Defensoria Pública. Estamos trabalhando e teremos um percurso dentro da CPI na perspectiva de ouvi-los sobre o que deu certo e sobre o que deu errado, inclusive para desenhar o Plano Nacional, que vai ser uma Política do Estado para enfrentamento de homicídio. Vai haver o eixo da prevenção, já que essas políticas estavam prevista nesse Programa Juventude Viva, como também teremos responsabilidades pactuadas com Estados e Municípios para essa redução.

Então, respondo ao seu questionamento dizendo que inclusive já aprovamos na quinta-feira passada os requerimentos.

Tem a palavra S.Sa. para concluir.

A SRA. FERNANDA MONTEIRO - Agradeço à Mesa.

E eu gostaria de deixar claro, novamente, que o Estado de Alagoas — e seus gestores políticos — silencia pela morte do jovem negro, silencia! Mas o grito da mãe ecoa em toda a periferia, em toda a favela, porque a dor de uma mãe ou de um pai é maior quando se perde um filho. O filho suporta, pode até tapear, mas uma mãe, não. E eu perco meus irmãos todos os instantes. O Estado de Alagoas silencia, cala, se omite.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Fernanda Monteiro e a Juventude Negra Independente de Alagoas.



O próximo é o Sr. Messias Mendonça, do Grupo Gay de Maceió.

O SR. MESSIAS MENDONÇA - Boa noite a todos: Secretários, Deputados, Presidente da CPI, Deputado Paulão, companheiros do movimento LGBT, Secretária Adriana Toledo, Secretária Rosinha.

Eu estava com medo já de vir aqui a esta tribuna falar. Vimos tantas demandas, falamos de tantas coisas... Mas eu quero falar das mães e dos pais de homossexuais que são assassinados neste Estado, o que não é visto. E a gente fica onde? Pergunto para vocês: onde nós homossexuais ficamos? A gente não faz parte da sociedade? A gente não paga imposto?

Só quero resumir: precisamos de uma delegacia que cuide dessa questão das violências contra os homossexuais. E eu acredito, pedindo aqui ao Deputado Rodrigo Cunha: dê uma olhada com cuidado. E ao Deputado Paulão, à CPI, aos demais que estão aqui e Secretária Rosinha, estamos precisando de uma delegacia, porque em quatro Estados já existem: Belém, Recife, Bahia, e a gente espera que Alagoas tome essa posição de uma delegacia especializada em violação contra homossexuais deste Estado. Se for possível... Há uma secretaria no Estado, que é a Secretaria da Rosa Augusta, que fica na Praia da Avenida. Ali ficam também as travestis se prostituindo. E ali fica próximo, é um ponto de referência no Estado. Podemos colocar ali, sim, uma sede da Polícia Civil funcionando de segunda a sexta, se for possível, para não atrapalhar os finais de semana dos doutores.

Obrigado pela oportunidade. Deixo aqui o movimento Grupo Gay de Maceió — GGM. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Messias.

Com certeza, o Deputado Paulão, junto com os outros membros que estão presentes, poderão apresentar um requerimento solicitando ao Governador do Estado a implantação dessa delegacia especializada. Quero passar a tarefa para o Deputado Paulão: apresentar um requerimento, solicitando-a ao Governador.

O próximo é o Manoel Oliveira dos Santos, de Ganga Zumba, Alagoas. *(Palmas.)*

O SR. MANOEL OLIVEIRA DOS SANTOS - Boa noite à Mesa; boa noite a todos os presentes aqui nesta Casa. Como Coordenador das Comunidades Quilombolas do Estado de Alagoas...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero registrar que a Secretária Rosinha pediu desculpas porque, como estava marcada uma viagem, terá que ir para Brasília agora, não poderá continuar aqui até o final..

O SR. MANOEL OLIVEIRA DOS SANTOS - Como alguns dos companheiros já falaram, eu acho que, numa audiência pública como esta, as autoridades deveriam ter cancelado os seus compromissos e ficado para nos ouvir. Afinal de contas, a Secretária Rosinha da Adefal, que é a responsável pela área dos quilombolas no Estado de Alagoas, deveria ficar neste momento. Enquanto a polícia invade as nossas comunidades e agride os nossos negros, a Secretária Rosinha da Adefal destitui a única gerência que nós tínhamos, que era a Gerencia África. Sem termos ninguém para nos representar, ela deveria ter ficado aqui; porque as desculpas que estão acontecendo neste Governo são esfarrapadas até demais!

Parece que quem votou no Deputado Rodrigo Cunha, quem votou no Deputado Galba Novaes e nuns cinco Deputados aí não errou voto, pois eles estão defendendo o povo. Inclusive esta Casa tem 27 Deputados. Vocês conferiram quantos estavam aqui hoje, para nos representar, para que, nas próximas eleições, vão identificando os nomes dos outros que hoje faltaram a esta audiência pública?

O Estado de Alagoas está decadente. O Governo de Alagoas esqueceu a sociedade civil totalmente, abandonou toda a nação deste Estado. As comunidades quilombolas estão às moscas, sem educação, sem assistencialismo algum, nem na saúde, nem na educação, nem no saneamento básico, nem na moradia, nem na alimentação. Até água está faltando para os nossos quilombolas do Sertão, porque não existe um carro-pipa para levar água para eles tomarem.

Eu visitei 54 das comunidades quilombolas deste Estado. Muquém é um exemplo: a polícia invade casas, bate em jovens, sendo que alguns deles tiveram trauma. Em Mumbaça, no Município de Traipu, também já aconteceram casos nessa situação. Existem pessoas inclusive com problemas de saúde por conta dessas ações da polícia.

E o Estado parece que cala diante de tudo isso. Ninguém vê. Eu tive diversas reuniões com o Coronel Túlio e com o Coronel Do Valle, na nova gestão. E agora o Bittencourt voltou para onde já tinha iniciado, Arapiraca.



Sobre essas situações de violência da polícia nas comunidades quilombolas, a Convenção 169 diz que só a Polícia Federal deve agir nessas comunidades indígenas e quilombolas. Mas nós não entendemos por que a Polícia Militar de Alagoas quer nos massacrar. Nós não entendemos por que o Governo de Alagoas, senhores, quer acabar com os movimentos sociais, quer extinguir realmente povos ciganos, quilombolas, LGBT e daí por diante.

A Rosinha da Adefal não era para nos representar neste Estado. O cargo que ela ocupa está errado. Peço perdão aos senhores por dizer isso, mas o cargo dela está errado: o que uma secretaria que não representa as minorias. Antes pelo menos havia uma gerência que nos representava. Eu não sei, diante disso tudo, de quem mais nós iremos cobrar.

Nós estamos no Município de Traipu, por exemplo, com quatro comunidades de quilombo, que foram abandonadas inclusive pela gestão local. Lá a OAB, a CNB, CONEPIR, entre diversas entidades, formaram comissão por causa das ações praticadas pelo Município de Traipu, pela Câmara de Vereadores, pela Prefeitura. Além do abandono, há o racismo, o preconceito.

Não existe morte só nas periferias não. Existe morte também nas comunidades, A violência da polícia cresce a cada dia que passa. Estamos clamando, mas não estamos vendo nada acontecendo.

Como Coordenador das Comunidades Negras do Estado de Alagoas, eu quero, diante dos senhores e da Mesa, pedir que olhem para esses povos. São 67 comunidades no Estado de Alagoas certificadas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, chegando a 7 mil famílias. Peço que formem uma comissão, se for possível, e vão ver onde está a miséria total dessa população.

Como querem combater a violência se não estão fazendo por onde combatê-la? O garoto precisa estudar. Mas em que tipo de escola? Nas comunidades, os prefeitos estão fechando as escolas. Em Alagoas, diversas comunidades quilombolas já estão com suas escolas fechadas, não têm posto de saúde, não têm ambulância, não têm médicos. Os recursos públicos desviados que vemos aí deveriam estar sendo aplicados nessas comunidades.

Então, antes de qualquer ação dos governos, primeiramente deveriam ver onde as comunidades estavam precisando ser assistidas. Uma gerência África para



continuar nos conduzindo e nos dar uma trilha na estrada para seguirmos não ia quebrar o Sr. Governador do Estado. Foi por isso que a Secretária saiu.

Eu quero unicamente dizer aos senhores aqui uma única palavra. No dia 13 de maio de 1888, quando foi assinada a Lei Áurea neste País, tiraram as cordas e correntes dos nossos pés e algemaram as nossas mãos. Nós não viemos da África solicitando que viéssemos não, nós fomos trazidos à força.

Neste País, lamentavelmente o negro tem o último lugar, Deputado Paulão, o último lugar. Se formos ver as instituições ou uma loja, ou um banco, ou um supermercado, dificilmente vamos encontrar negros lá colocados. O negro é sempre visto de forma diferente.

Eu sofri uma abordagem da polícia em Arapiraca, há uns 25 dias. Eu estava com duas pessoas brancas ao meu lado. Todos nós portávamos uma pasta nas costas, mas eu fui o único revistado — é a terceira já. Os outros dois nem precisaram ser revistados. Eu estava entre dois brancos que também trabalham comigo. E por que só eu fui o alvo?

Então, eu quero deixar o meu recado para o Estado: com a ação da polícia ou não, em 16 de junho as comunidades quilombolas estarão em ação no Estado.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Manoel Oliveira.

O próximo é o Raudrin Lima.

O SR. RAUDRIN LIMA - Boa noite a todos e a todas! Gostaria de cumprimentar a Mesa nas pessoas do Deputado Paulão e também do Deputado Reginaldo Lopes, grande ícone das políticas públicas de juventude no Brasil, que eu tive a oportunidade de conhecer há muitos anos, quando respondia pela pasta da Superintendência de Políticas Públicas para a Juventude, aqui de Alagoas. Cumprimento a nossa Deputada Rosangela Gomes.

Eu gostaria primeiramente de externar o nosso repúdio a esta Casa, aos Deputados ausentes nesta histórica sessão, onde nós estamos discutindo o grande caos que existe no Estado de Alagoas: o assassinato de jovens, negros e pobres. Nós somos o Estado onde mais se matam jovens no Brasil.



Também quero externar o nosso repúdio ao Governo do Estado, que demonstra que não tem nenhum compromisso com a juventude de Alagoas pela ausência da Secretária de Juventude e dos demais Secretários da área de segurança.

Este é um Estado onde, neste momento, vários jovens estão sendo assassinados nas periferias. Há poucos instantes, nós vimos as lágrimas da Maria José, minha grande amiga e companheira — vejo a sua luta sobre o assassinato de seu filho —, e de outras mães que se encontravam aqui e também colocaram o seu drama.

Nós temos um governo inoperante, um governo que não tem compromisso nenhum com a juventude, não tem compromisso com as mães que estão agora colocando sua angústia para uma CPI da Câmara Federal que se encontra aqui em Alagoas. Os Secretários estão ausentes. Apenas o Secretário da Promoção da Paz está aqui presente, mas os demais estão ausentes. O outro Secretário que também estava aqui já foi embora.

Quer dizer, como a companheira colocou aqui, estamos num Estado que se encontra completamente calado para o drama do povo alagoano. Um exemplo claro disso nós tivemos há pouco tempo, Deputado Reginaldo Lopes, que se encontra aqui presente, quando houve uma manifestação de estudantes pobres do CEPA, onde havia crianças de 9 anos, de 10 anos e de 11 anos. E o Governo do Estado, de forma truculenta, mandou o pelotão de choque jogar bombas de gás lacrimogêneo e atirar balas de borracha contra crianças de 9 anos. Até bombas jogaram de helicópteros em cima de crianças de 9 anos.

Nós provocamos o Ministério Público. Foi aberto um inquérito público policial e foi aberto também um inquérito na Corregedoria da Polícia. Jogaram bombas contra crianças de 9 anos, crianças que estavam reivindicando o direito de ir à escola, porque os ônibus escolares haviam sido cancelados. Essas crianças, esses jovens, esses estudantes estavam à porta do CEPA, reivindicando o direito de ir à escola, o direito de ir e vir do cidadão e do direito de ir e vir do estudante, que estava querendo ir à escola.

Nós somos de um Estado onde é preciso haver uma educação de qualidade, onde a juventude precisa ter realmente acesso à educação de qualidade, ao esporte



e ao lazer. Mas quando o jovem vai reivindicar o direito de ir à escola, ele é tratado de forma truculenta por parte do Governo do Estado, com o uso da força. O BOPE agiu contra os estudantes, crianças de 9, 10 e 11 anos.

Nós estamos aqui, de uma forma bastante corajosa, para colocar as questões e as angústias. Pela coragem das mães que estiveram aqui neste plenário, nós só temos que homenageá-las e colocar o Movimento Caras Pintadas, a nossa coragem e nossa solidariedade à disposição dos senhores, para que possam realmente ter condições de enfrentar essa jornada, que não é fácil.

No primeiro depoimento daquela mãe, eu fiquei deveras preocupado. Peço que a Câmara Federal possa dar àquela mãe o direito à segurança, o direito à vida. Já houve atentados à vida dela. É preciso que a Comissão, através do Deputado Paulão, que é alagoano, do Deputado Reginaldo Lopes e da Deputada Rosângela Gomes, possa realmente tomar as devidas providências. Os senhores imaginem o que vai acontecer com essa mãe, pela coragem que ela teve de vir denunciar um caso tão drástico como esse que aconteceu com o filho e com ela própria, pois já tentaram ceifar a sua vida! É preciso que a Comissão possa tomar realmente as devidas providências para que a vida dessa mãe seja preservada.

Nós deixamos um forte abraço a todos que estão aqui até agora, discutindo a questão do jovem alagoano. Nós realmente vivemos num Estado terrível, onde diariamente vários jovens estão sendo assassinados.

Um forte abraço para todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

A próxima oradora é a Lúcia Moreira, assistente social.

A SRA. LÚCIA MOREIRA - Boa noite a todos! Eu queria parabenizá-los por este evento. Nós só conversamos um com o outro, mas aqui tivemos a oportunidade de ver o sofrimento da nossa população.

Eu sou assistente social da Universidade Federal de Alagoas, que coordena um trabalho com o entorno, de Gama Lins ao Village. Eu trabalho com jovens, tentando tirá-los da ociosidade com cursinhos, com cursos de supletivo e de informática. A Universidade tem feito tudo que pode. Em termos de pesquisas, nós temos o perfil dos jovens do entorno, de Gama Lins, Lucila, Santa Helena, Denisson Menezes, Village.



Mas eu gostaria de pedir a vocês que tentem divulgar o Estatuto da Juventude. Gente, o Estatuto da Juventude foi publicado em agosto de 2013, mas os jovens não o conhecem. Se você colocar um idoso na fila, ele diz: *“Eu não fico em fila. Eu tenho direito à prioridade”*. Se você for bater numa criança, ela diz: *“Eu vou chamar o Conselho Tutelar”*. Mas os jovens não sabem dos direitos que têm. Então, eu queria pedir a vocês que tentassem publicar e divulgar o Estatuto, que o enviassem para as escolas. O Estatuto foi publicado em agosto de 2013. Todos os direitos do jovem estão ali, mas ele não sabe dos seus direitos.

Foi criado o Conselho da Juventude. Quantos Conselhos Alagoas tem? Se a gente tivesse um Conselho da Juventude atuante no Estado de Alagoas... Gente, conselho é um espaço importante porque fiscaliza, delibera, aprova ou não aprova. Eu não sei quantos conselhos a gente tem. Eu acredito que só existe o de Maceió e o Conselho Estadual.

Outra coisa que eu gostaria também de sugerir é que fizéssemos conferências. O rapaz que falou antes foi quem fez a Conferência da Juventude. Eu acredito que só houve duas, não sei se houve outras. Mas, se existe a Política Nacional de Juventude, se existe o Estatuto da Juventude, se existe uma lei que cria o Conselho da Juventude, vamos lutar por isso e vamos divulgar.

A Universidade tem feito inclusive uma coisa por que nós lutamos: o Centro da Juventude. Gente, isso é lei! Se nós tivéssemos centros da juventude em Maceió e no Estado de Alagoas, os jovens teriam o espaço deles. Mas nós não temos. Tentamos criar um centro da juventude no Denisson Menezes, mas não foi possível. A Universidade dá bolsas a aluno de capoeira, a aluno que dá aula de *hip hop*, a aluno que dá aula de música, a aluno que dá aula de violão, de flauta doce, de natação. Mas isso não basta, porque eles não têm um local onde possam se apresentar.

Para vocês terem uma ideia, o Centro de Referência de Assistência Social — CRAS, do Denisson, fechou por conta da violência e foi para a Vila Olímpica. Então, os jovens ficam perdidos porque não têm um local de referência.

Portanto, eu queria pedir a vocês que tentassem, de alguma forma, dinamizar isto: os centros da juventude, que são espaços públicos onde o jovem pode dançar, lutar, jogar. O Deputado Galba Novaes, que está aqui, viu o que aconteceu no



Denisson no dia em que ele lá foi fazer uma audiência: como a violência está muito grande, impediram-no de entrar. Então, nós precisamos garantir um espaço para o jovem.

Fizemos um supletivo com aulas em todos os sábados. A Universidade mandava um aluno para dar aula em todos os sábados, para ver se o jovem acelerava o processo, pois um jovem de 18 anos não tem mais estrutura para estudar a 5ª série. E hoje temos sete universitários, sendo que já se formaram quatro.

Então, vamos lutar! A sociedade civil tem que lutar e pressionar para que as coisas fluam. Sobre a natação, nós temos 150 jovens na natação na Universidade. Mas o ônibus que está indo busca-los só traz sete jovens, porque eles têm medo de ficar à porta do CRAS esperando o ônibus. Então, a coisa é séria.

Portanto, eu só queria colocar para vocês o que nós podemos fazer para fazer a coisa fluir.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Lúcia Moreira. Acho que você traz boas contribuições. De fato, o Estatuto é uma lei nova. Nós precisamos defender no relatório o cumprimento das obrigações dos Estados e da União: a questão dos espaços, dos centros de referência, dos conselhos municipais e estaduais e até também dos planos estratégicos para as várias juventudes.

Então, eu quero lhe agradecer. Fico feliz porque eu fui o autor do Estatuto da Juventude lá em 2003. Presidi a Comissão Especial que apresentou o Estatuto, a PEC, o Plano Nacional. Precisamos acelerar e avançar.

Quero convidar o próximo orador, Rogério Dias, do Instituto Quintal Cultural, que também representa o DCE.

Com a palavra o Rogério Dias.

O SR. ROGÉRIO DIAS - Eu estou representando só o Quintal Cultural mesmo.

Quero saudar a Maria José e a Cláudia e, na pessoa das duas, saudar todos os presentes.

Eu fiquei inquieto enquanto o Secretário de Defesa Social estava falando. Eu queria informá-lo para pudesse entender, porque parece que ele não entende bem



uma coisa: por que existe polícia nos 120 Municípios. É óbvio, mas parece que ele não entendeu bem. O fato é que lá não chega educação, mas chega o cacete para reprimir, para controlar, para dizer assim: *“Olha, aqui tem um Estado que é o Estado coronelista de Alagoas. E você não saia da linha não, senão você vai para o cacete e vai para a bala.”*

Eu me lembro de uma menina lá que disse assim: *“Pai, vou colocar um piercing no nariz”. “Se você colocar, eu vou lhe dar uma porrada!”* Aí no outro dia, ela colocou o *piercing*. *“O senhor nunca me deu nada, nunca fez nada por mim, me deixou com minha mãe, me abandonou. E agora vem querer me dar lição de moral? Agora vem querer me punir?”* Então, o Estado não dá educação, não dá saúde, mas dá repressão.

E sabem por que diminuiu a violência em Maceió, conforme constatado pelo sociólogo Edson Bezerra? Porque as ruas estão vazias, porque as pessoas estão com medo de ir para a rua. Não foi porque aumentou o policiamento nem porque o supersecretário chegou com um mirabolante plano e conseguiu diminuir a violência. Não! As pessoas estão com medo de ir para rua. Quem quiser comprovar isso, basta pegar um carro e fazer um *tour* pela cidade de Maceió, porque vai ver que ela está num silêncio total. A cidade, quando dá tantas horas, não funciona.

Eu me inscrevi para falar por um motivo. Uma amiga minha ali, que é do *hip hop*, disse: *“Eu ia me inscrever para falar do Sikêra, porque eu acho que ele faz aquilo ali.”* O Sikêra tem um programa policial aqui, ouviu, meu caro representante da CPI? Recentemente ele pegou uma menina lá do Jardim Alagoas: *“É a Cuca! Olha, parece a Cuca!”* Ele disse isso porque não pode dizer “ladra”. O que ele faz é repetitivo. Nós não podemos mais ficar vendo isso de novo.

Todo mundo sabe que a TV é uma fábrica de candidatos. Eles fazem isso o tempo inteiro e aí elegem aquele candidato. Esse jogo está se repetindo todos os dias. Isso que é a máquina da violência. O Sikêra, corrobora o discurso que foi colocado pelo Magno aqui, agora há pouco, quando disse que o Secretário de Defesa Social deu um depoimento dizendo que era para matar bandido mesmo. O Sikêra corrobora isso porque fala: *“Inferno nele!”*

Com todo respeito, eu tenho muitos amigos que estão na polícia hoje, com quem fiz vários cursos, que fizeram concurso e são pessoas dignas. Existem



peessoas decentes na polícia. Eu fico imaginando um policial sendo humilhado lá, porque, quando o *rapper* Magojow Schneider colocou um vídeo dizendo que policial bom é policial morto, um policial ameaçado foi bater no fórum. Isso foi agora há pouco, não faz nem 10 dias. Quer dizer, eles, sem contraditório e sem livre defesa, são jogados e são atacados, porque esta é a sociedade dos espetáculos.

É por isso que o Secretário fala assim. Talvez no seu íntimo ele saiba que, fazendo isso, está jogando para a mídia, porque a mídia quer espetáculo, quer chacina.

Os quilombolas estão aqui na cidade de Maceió passando fome, vários e vários correndo Quilombo de Taquarana. Eu moro numa rua que é local de resistência do Quilombo de Taquarana. Eles estão abandonados, ao léu.

Para mim, a Secretaria da Promoção da Paz — desculpe-me, Jardel — é que nem o antigo Papa, que sempre dizia “*Amém!*” “*Olha, explodiu a guerra.*” “*Amém!*” “*Olha, morreram cem jovens.*” “*Amém!*”. Ele era diferente do Papa Francisco, que foi lá intermediar um acordo e interveio.

A Secretaria da Promoção da Paz se limita a tratar jovens viciados. Agora, ninguém quer discutir a legalização da maconha, pois a maioria dos jovens é perseguida porque a polícia vai atrás deles, para fazer “baculejo” — não sei quem falou em “baculejo” aqui. Aí bate, dá porrada, leva preso. Mas aquilo não era ameaça. Pegam dois carros de polícia e quatro policiais, gastam combustível, toda uma estrutura, para chegar lá no Bom Parto, no Vergel, na Brejal e pegar uns maloqueiros fumando maconha, dar umas porradas ou então levá-los presos.

Normalmente pobre é preso e usuário vira traficante quando chega ao sistema, porque a Justiça é classista. É por isto, Rodrigo, que você conseguiu justiça: porque você ainda tem estrutura para conseguir justiça aqui dentro deste Estado. Mas a nossa classe, a classe periférica, a classe negra não tem estrutura.

Justiça é uma questão de classe. Quando um juiz olha para um da gente lá, diz: “*É bandido. Olha, é negro. Olhe a cara dele. A cara dele é cara de bandido mesmo. Está vendo?*” Já vai direto. É esse tipo de coisa que se junta ao comportamento dessa mídia que faz a apologia à violência.

Eu fiquei por último. (*Riso.*) Enfim, me deram a incumbência de encerrar a fala da sociedade civil. Fernanda, a sociedade civil mal participou do Juventude Viva



depois que começou o processo lá. O primeiro preconceito, o primeiro racismo que aconteceu foi o de que o Brasil Mais Seguro tinha dinheiro e o Juventude Viva não, ele tinha que sair articulando. O primeiro racismo já está aí: para combater, para dar porrada e para prender, tem dinheiro; e para promover a justiça social, não tem. Por quê?

Todos os grupos que estavam aqui não puderam ficar, porque nós viemos para ser ouvidos e acabamos ouvindo mais do que falando. Se o recurso do Brasil Mais Seguro tivesse sido investido nos grupos de movimento periférico que existem aqui em Maceió — que trabalham com a redução de violência, que trabalham com a promoção da paz, que promovem valores de solidariedade e de respeito o que é diferente da cultura da ostentação — aí, sim, teríamos um redutor de violência. Por quê? É muito óbvio: nós que moramos lá temos um olhar clínico. E quando chega um projeto lá, nós sabemos: *“Há tantos jovens aqui, mas se eu tivesse como conseguir emprego para aqueles três que são lideranças e estão em vulnerabilidade, eu evitaria que vinte entrassem na bandidagem”*.

É esta a mensagem que eu quero passar para o Secretário de Defesa Social: ele pode, sim, alinhar uma política de repressão, o que é inevitável e está feito, pois o caos está estabelecido — não tem como não haver a repressão —, mas pode, sim, unir isso a uma política de prevenção, dando foco a ela.

O nosso Município está em greve agora. Vamos colocar isso na conta do Rui, porque ele não está conseguindo negociar. Também queremos pedir aos professores que variem um pouco a forma de protestar, porque a greve é muito nociva: eu fico sem estudar; o meu filho também fica sem estudar; e há a perpetuação da miséria e do analfabetismo, que prosseguem em nosso Estado.

Enfim, é isto que está em jogo: a sociedade dos espetáculos. Eles querem espetáculo, querem sangue, querem beber sangue!

Quem leu o Frantz Fanon, sabe muito bem do que eu estou falando. Ao chegarmos à casa de qualquer um popular, de um homem médio, vão encontrar pelo menos 30 ou 40 filmes de violência. Aí vocês vão ter que pesquisar sobre isso, porque eu não posso me alongar.

Eu não quero falar de assassinatos de jovens, porque muitos deles foram assassinados pela polícia, mas muitas mortes também foram entre eles mesmos,



porque são vítimas, como a Zezé falou. Eu ia falar de um ou dois aqui. Mas, se vocês me perguntarem, eu sei de cabeça uns 40 jovens assassinados. Eu digo sobre eles na lata, de cabeça. E só da minha região. Felizmente eu sou um dos sobreviventes, graças ao movimento social e à minha escola.

Quero agradecer ao Deputado Rodrigo Cunha a emenda destinada ao Quintal Cultural. Também agradeço ao Deputado Paulão as emendas que foram destinadas ao dia 20 de Novembro.

Eu espero que os Deputados presentes pensem, quando das suas emendas parlamentares, nesse sentido da prevenção, numa proposta que se alinhe à área de prevenção. Para a repressão, nós já temos dinheiro bastante.

Para concluir, eu registro que acompanho, há tanto tempo, a briga da Cláudia e da Maria José, a quem quero saudar em especial, pela coragem. Nas próximas sessões que vocês fizerem, pensem nisto: nas mães e nas pessoas que tiveram perdas.

Todo mundo deveria ter visto esses depoimentos aqui. Alguém falou — acho que foi o Deputado Galba Novaes — sobre aquela coisa de estar perto, que nós temos que sentir.

Galba, aproveitando a deixa do que você falou, quem representa o povo aqui não necessariamente foi eleito pelo povo de forma consciente. A maioria dos Deputados são eleitos pelo poder econômico, a maioria dos Deputados são representantes da elite econômica. Aqui, no Senado Federal e na Câmara Federal, eles são representantes da elite econômica, não são representantes do povo. Espera aí, vamos colocar as coisas no seu lugar! O representante do povo aqui é um em um milhão, quando acontece.

Muito obrigado. Peço desculpas me se me estendi. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Rogério. *(Palmas.)*

Quero chamar a última inscrita, Maria das Graças Bezerra, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescentes Zumbi dos Palmares, para fazer sua intervenção.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA - Boa noite a todos! Eu quero saudar a Mesa na pessoa do Deputado Paulão.



Não era a Arísia que ia falar? Eu seria a última, porque perdi o horário de inscrição.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA - Fale, Arísia! Eu dou o lugar a você. O meu é rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Houve um erro aqui. Mas nós vamos garantir a palavra.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA - Posso falar agora? *(Pausa.)* É rapidinho.

Uma jovem falou aqui que a sociedade silencia. Eu diria ainda mais: nós não devemos, nunca, jamais, perder a dignidade nem também sermos omissos. Por quê? Eu sempre digo que quem trabalha nessa área — eu sou da área da criança e do adolescente — não deve ter medo, porque nessa área não tem lugar para medroso. A gente tem que falar. Então, a gente não pode perder, como Rodrigo já colocou aqui, essa capacidade de a gente se indignar. Nunca! Jamais!

Eu gostaria de colocar aqui uma situação. Talvez o Deputado Paulão saiba que a gente está nessa luta desde os anos 80, defendendo a causa de criança e adolescente. Nós temos uma relação de 10 casos emblemáticos. Nós selecionamos apenas esses 10 casos emblemáticos aqui no Estado de Alagoas. Entre eles existe o caso do Luciano, que foi sequestrado, e logo depois seu corpo foi encontrado queimado e amarrado com arame farpado. Até hoje esse caso... Nós já procuramos a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente — ANCED, aquela Comissão de cinco advogados que estavam discutindo aqueles casos que tiveram repercussão nacional, entre eles o da menina de 14 anos, que ficou presa com adultos lá no Pará. Nós já levamos os casos para eles, discutimos esses 10 casos com essa equipe de advogados e com mais quatro advogados daqui de Alagoas. Estamos já pensando que esse caso é para a Suprema Corte, porque até hoje está impune. Para completar, desapareceram cem páginas do processo. E esse caso, esse processo está na Comarca de Santa Luzia. Então, já está perto de prescrever. Esse caso foi em 1995. Não podemos deixar que mais esse caso fique no meio de tantos Davis. Tantos casos aconteceram! Isso aí é apenas um exemplo.



Para finalizar, também gostaria de registrar a discussão que está tendo da redução da maioria penal. Entre esses 10 casos, tem um caso... De nove casos ainda está rolando por aí o processo. O único que foi responsabilizado foi o de um adolescente. Foi uma chacina que houve, em União, de três adolescentes. Quando fomos fazer uma visita lá na delegacia e no Ministério Público, descobrimos que um adolescente estava acusado e, logo em seguida, esse menino foi responsabilizado. Então, o Estatuto não passa a mão. Todos os adolescentes que praticam atos infracionais são punidos, sim, respondem, sim, e ficam lá na unidade de internação. O que precisa melhorar é a unidade, o trabalho e tudo o mais. Então, isso aí também é um registro.

Outra, Deputado Paulão: o Governo Federal precisa dizer se quer um programa de proteção ou não. Alagoas, desde dezembro, encerrou o programa de proteção, e vários adolescentes — tem uma relação só aqui de cinco — pediram proteção. Uma das mães disse que a casa foi arrombada, com... Entraram várias pessoas lá, homens encapuzados, querendo saber onde estava o filho. E o que aconteceu? Na mesma semana, o adolescente, que estava cumprindo medida socioeducativa em meio aberto, foi assassinado.

Teve esse caso. Teve o caso do Malcon também. O pai esteve no nosso seminário na semana passada. Discutimos todas essas questões das medidas socioeducativas, e o pai... Estava uma mãe do Rio de Janeiro, a Deise Carvalho — o filho dela foi assassinado lá dentro da unidade do DEGASE, Departamento Geral de Ações Socioeducativas —; estavam uma mãe de Aracaju e o pai do grupo de mães. A gente trabalha também com as famílias cujos filhos estão cumprindo medida. Também estavam lá todos os três, chorando e lamentando o assassinato de seus filhos, e o pai do Malcon, daqui de Alagoas, era um deles.

Temos a relação desses adolescentes e já entregamos o documento a V.Exa. para que esse pessoal aí seja responsabilizado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Eu quero pedir desculpas, porque acaba que a Mesa aqui comete alguns erros. Até registrei a presença, mas houve uma confusão de registro de presença



com pedido de inscrição. Mas, com muita alegria, quero convidar a Sra. Arísia Barros, Coordenadora do Instituto Raízes de Áfricas.

A SRA. ARÍSIA BARROS - Boa noite a todas e a todos. Boa noite às cadeiras brancas vazias, é sempre um prazer tê-las aqui.

Eu queria saudar a Mesa, porque eu acho que a nossa grande Mesa é quem está nas ruas o dia todo, buscando fazer a luta. Eu queria saudar essa Mesa na pessoa de Fernanda Monteiro, que é uma jovem lutadora, que busca criar espaços.

Mas eu ouço compenetrada, aliás, compenetrada, não, porque eu não tenho muita paciência para discursos longos, porque eu aprendi que é preciso ir para o meio do campo e fazer as coisas acontecerem. Mas eu creio, Deputado Reginaldo, Deputado Paulão e Deputado Rosângela, que nós, o povo preto — nós, o povo preto —, ainda temos muita legitimidade em falar da nossa história. A gente diz que essa CPI é maravilhosa, mas a gente não pode esquecer que essa CPI começou com a nossa luta aguerrida diuturna. Essa CPI é criada pelo Movimento Negro. Os Parlamentares absorveram a questão legal, mas não podemos esquecer que essa nossa história é legítima.

Aí a gente houve esses discursos. Eu sempre digo que... Eu sempre digo, não, eu vou dizer agora — e disse isso ao Deputado... acabei de esquecer o nome dele — que eu não entendi a primeira Mesa. Não entendi. Não entendi, porque na verdade essa CPI, o Estado brasileiro e o alagoano precisam nos ouvir. A gente não precisa mais ouvir o Estado. O Estado não tem mais nada para nos dizer — o Estado não tem mais nada para nos dizer. É o Estado que nos mata. Aí o Estado vai para a mesa fazer o quê? Mas aí eu ouço várias vozes dos movimentos que dizem assim: “... *porque o Governo, porque o Governo...*”

Eu não culpo o Governo. Onde é que estamos? Onde nós estamos? O que nós estamos fazendo? Qual é o momento em que nós nos unimos? O Governo só existe porque nós permitimos. Nós permitimos! Essa permissividade é nossa, dos movimentos sociais, dos movimentos negros que desagregam em nome do Estado! O Estado tem o poder de nos desagregar, e nós seguimos a cartilha.

Antes de vir para cá, Deputados e Deputadas, eu liguei para a Bahia para saber como foi a CPI lá. E faço essa ponte, porque a gente vive o Movimento Negro de forma bem mais ampla do que vive Alagoas — do que vive Alagoas.



Nós estivemos no Cabula, no Movimento. Hoje eu tenho ídolo, é o Hamilton, do Reaja ou será Morto. Aquele cabra é o cabra. Aquele cabra faz a política do povo preto. Aí nós fomos ao Cabula — Fernanda Monteiro estava conosco — pela manifestação da morte dos jovens. O povo estava lá. E o povo não saiu porque tinha compromisso, não. Os secretários podem sair. Eles podem ir embora. Se a gente tiver a gente, a gente muda esse Estado. Mas a gente ainda não quer mudar esse Estado, porque a gente vive de convenções. A gente vive de convenções e de agradecer a A ou a B. Qualquer político, qualquer secretário tem a obrigação de fazer o que eles estão fazendo. Eles ganham para isso. Eles são servidores públicos! Eles são servidores públicos! (*Palmas.*)

Mas a gente aprendeu a dizer: “*Amém. Oba! Oba!*” Nós ainda não sabemos caminhar a cartilha do povo. Nós temos o poder! Somos nós que votamos! Somos nós! Mas a gente continua dizendo “*Amém, meu Deputado, minha Deputada, meu Governador*”. Respeito o cargo que cada um ocupa. Respeito muito, mas eu digo que esses cargos são para servir o povo, mas a gente não entendeu ainda isso.

Aí eu ouço aquela Mesa linda... Vou pautar algumas falas, porque todo o mundo falou muito. Eu, como fui a última — esquecida, desculpa —, eu acho que eu tenho um tempinho aí.

A gente ouve, Deputados e Deputadas, aquela fala de dizer o que o Governo está fazendo. Eu nem vou pautar esse Governo que começou agora, mas, como Fernanda Monteiro disse, nós temos membros deste Governo que foram do Governo passado. E aí? E aí toda a verba que veio para trabalhar os menores, a ressocialização dos menores, voltou integralmente! Integralmente! Onde é que nós estávamos? Estávamos fazendo o que se não cobramos nada? A gente não cobra! A gente não vai para a rua!

Aí eu pergunto. Eu ouço as falas bem legais: “*Não, porque o genocídio do povo negro...*” Quem estava na passeata aqui, que foi nacional? Nacional, não, ela foi internacional. Aconteceu em 27 Estados e em 15 países. Aqui em Alagoas, quem foi? Legal, Fernanda, estamos sempre aí, né?

Pois é, precisamos aprender o caminho das ruas. A gente não sabe esse caminho, e não é um caminho partidário. A questão racial não é partidária! Não usem a nossa causa para fazer política partidária! Não é! É a causa do povo preto! A



gente precisa dos espaços parlamentares? Precisa! Mas não usem a causa racial para fazer política partidária! A gente não caminha assim! A gente não caminha assim!

Estive anteontem no Rio de Janeiro. A gente foi para o Morro do Alemão e o Morro da Formiga. E lá existe uma coisa chamada articulação popular. E, nessa articulação popular, não tem a questão partidária, não. São as muitas mães que perderam seus filhos. Elas fazem isso, ó. As muitas mães que perderam seus filhos não choram sozinhas! Elas não usam lenço; elas pegam lençol e compartilham. Eu viajo para aprender isso. Essa luta não é só de uma pessoa; essa luta é nossa! Nós aqui não irmanamos essa luta. Nós somos egoístas. É uma sociedade ególatra! É uma sociedade ególatra! Sabe, é preciso que a gente comece a dar as mãos. Se você sofre, e eu também, por que a gente não faz disso uma coisa bem mais ampla?

E essa dor precisa se tornar pública. Não dá mais para chorar escondido. A gente tem que aprender estratégias e tem que buscar as armas. A gente não pode... A gente não pode dar permissão a qualquer Governo para fazer a gente chorar sempre, sempre, sempre, sempre, sempre! Não dá mais! Não dá mais!

O Rio de Janeiro é outro planeta, eu sei. A Bahia é outro planeta, eu sei. Mas aí, voltando para o planeta Alagoas, eu gostaria de fazer uma proposição ao senhor, Deputado Reginaldo, e à Deputada Rosângela. Antes de esta CPI ser... Eu acho que 15 dias antes, quando eu soube que a CPI vinha para cá, nós, o Instituto Raízes de Áfricas, o Núcleo da Juventude Negra e a Rede Desabafo Social, buscamos um contato, porque nós acreditávamos que o formato que foi posto não seria um formato interessante. Nós buscamos esse caminho de diálogo. Não aconteceu, não aconteceu.

Novamente eu quero afirmar — reafirmar — que o povo preto já está cansado de ser objeto de estudo. Nós não somos mais objeto de estudo; nós somos o protagonista da nossa história! A gente aprendeu a caminhar, a gente aprendeu a caminhar! Ainda não existe a unidade necessária — não existe! —, mas a gente sabe aonde quer chegar. E uma das coisas básicas é que nós não queremos mais ser objeto de estudos, nem da academia nem da política. A gente quer assumir essa história.



A proposição que eu vou fazer ao senhor é a seguinte: o Instituto Raízes de Áfricas tem diuturnamente questionado e discutido a questão do genocídio da população negra aqui; o Juventude Negra, a mesma coisa; e a Rede Desabafo Social, também. Nós queremos ser ouvidos na CPI, certo? Isso aconteceu na Bahia. A Bahia eu acompanhei, eu tenho acompanhado pela TV, quando as mães estiveram lá, o Hamilton esteve lá. E numa fala Hamilton — acho que quando a Deputada... não — disse assim: *“Eu não acredito, porque o Estado, no Estado em que eu moro, não existe para a gente”*.

Eu quero crer! Eu quero crer! Eu preciso crer, porque, a partir do momento em que você perde a crença, você já perdeu o resto da caminhada. Mas não façamos... Façamos o dever de casa, ouvindo o povo preto. Façamos o dever de casa sem essas mesas espetaculares, porque — vocês me desculpem — a Mesa de hoje foi espetacular! Eu tive que ouvir e eu tenho aprendido história: a minha história, a história do meu povo. E a história que se conta aí não é a nossa história, mas, como todo o mundo é oficial, a gente é obrigada a ouvir. O povo preto também aprendeu a desobedecer. Esse discurso oficial não é o nosso discurso! Aquela Mesa primeira não nos representa. Não nos representa!

Desabafei. Desabafei para dizer que é preciso que o povo preto de Alagoas comece a perceber que nós temos força. Temos tanta força que o Plano Juventude Viva foi criado. Temos tanta força que tem uma CPI aí. Temos muita força, mas nós não estamos aqui. Eu falo do povo preto, da militância aguerrida; não é do povo que se tornou preto de uma hora para outra; não é do povo que se tornou preto porque assumiu cargo; é do povo preto que é aguerrido, que está na luta, que faz história! Nós fazemos a nossa história! Nós somos donos e donas da nossa história!

E, Deputado, eu gostaria de agradecer, mas também gostaria de dizer, antes, que é preciso que a CPI visite a unidade de internação masculina. Os meninos têm sofrido atrocidades. É preciso que haja uma CPI lá dentro. Sabe, a gente tem meninos sendo, tendo...

Outra coisa que eu percebi na primeira Mesa: a palavra racismo não é dita. As pessoas têm medo de dizer que existe racismo em Alagoas — olha que coisa interessante! Mesmo que o povo diga assim: *“Não, mas eu sou preto. Olha aqui, eu tenho sangue... A minha mãe é branca”*, blá-blá-blá, aquela velha história. Ou senão:



“*Eu sou moreno*”. Aliás, a maioria do povo de Alagoas é morena. É uma dicotomia maluca.

Precisamos caminhar, mas precisamos caminhar de uma forma bem mais célere. Esse projeto de CPI, dessa forma como está acontecendo, não nos atende. Sabe, são 8 horas ou 9 horas? São 9 horas da noite! Eu sou mãe de família e eu trabalho, sabe? Aí estou aqui. Assim, eu cheguei do Rio às 3 horas da manhã, fui dormir às 5 horas, acordei às 6 horas — ainda perderam a minha mala, ainda perderam a minha mala, ainda tenho que correr atrás da mala. Estou morrendo de sono, mas estou aqui. Aí, outra coisa, amada: vamos criar estratégia. Se o Secretário, se vocês forem fazer essas outras Mesas, se os Secretários tiverem agenda, convoquem a adjunta. Pra que o Secretário senta aí só pra tirar foto? Não dá, não dá! Autoridade nessa história somos nós o povo preto, somos nós que somos as autoridades, sabe? Somos nós que estamos morrendo, somos nós que vivenciamos.

E só pra encerrar, de novo, eu tenho o prazer de dizer que eu acho que o *Blog Mulher Negra* é o mais lindo em Alagoas. A gente tem 48 mil acessos/mês, e tenho um enorme prazer em dizer isso. E aí eu tinha escrito sobre a morte de um adolescente. Eu sentei no ponto do ônibus, quando uma senhora sentou do lado. Aliás, não foi isso não, foi a entrevista que nós demos para a *TV Gazeta*, que repercutiu legal. E aí a moça perguntou assim: “*A senhora é aquela que deu entrevista?*”. Eu digo: “*Sou*”. Ela disse: “*Mataram meu filho, mataram meu filho*”. E, assim, a mulher começou um pranto. Ela sentada do meu lado num banco de ponto de ônibus: “*Olhe, meu filho era um menino bom, meu filho trabalhava, meu filho estudava. E dizem que o meu filho roubava. Qual era o tempo que meu filho tinha de roubar?*”. E ela chorava no ponto do ônibus. Olhe o constrangimento! Eu perguntei: “*Quantos anos o seu filho tinha?*”. “*Treze anos*”. Quem matou?

Precisamos caminhar, precisamos caminhar, mas precisamos ouvir o movimento negro pra discutir estratégias para esta CPI. E, só pra dizer, eu tenho muita simpatia pelo Secretário de Defesa Social, eu gosto muito dele pessoalmente, mas eu só queria dizer, quando ele disse que a seleção de mortes em Alagoas é social, que não é, é racial! Os pretos estão sendo mortos, os pretos são protagonistas desta CPI, mas quando os pretos são mortos, a gente ó... A morte de



jovem preto não interessa a gente, não comove a sociedade. A morte de jovem preto não tem a mínima importância. Como dizem nos Estados Unidos: “*Não tem a mínima importância*”. A morte de jovem preto é desimportante, e a gente continua fazendo de conta que nada acontece.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Agradeço a Sra. Arísia Barros.

E, antes de passar a palavra para o Paulão, para a Relatora e para o Delegado Edson Moreira, para as considerações finais, eu quero dizer, primeiro, que eu concordo com a última intervenção. E nós estamos buscando, Arísia, opinião, sugestões. Eu acho que, no final da CPI, ao término dos trabalhos, eu acho que nós vamos ouvir mais de 500 movimentos da sociedade civil. Isso vai ser, talvez, um fato histórico. E nós estamos ouvindo, a partir das provocações e solicitações de vários movimentos, em Brasília, nas terças e nas quintas, e eu acho que vai ser necessário agora convocar para as quartas também. Então, nós vamos fazer quase todos os dias.

Na segunda, nós estamos indo aos Estados, e acho que vai ser necessário também às sextas-feiras pra dar total... A ideia de ir aos Estados, visitar casos emblemáticos e ir a comunidades também, a gente combina, uns fazem audiência, outros visitam casos emblemáticos, outros vão até as comunidades, como nós fomos ao Morro do Alemão, sexta-feira fomos a Itabuna, os casos de Itacaré. Nós estamos combinando um conjunto dentro dessa diversidade, dentro desse mar de injustiça, vamos dizer assim, que foram provocados pelo Estado brasileiro.

Então, o que eu quero aqui, e nós estamos abertos, nós criamos um portal no *site* da Câmara, no *e-Democracia*, pra sugestões. Estamos constituindo lá os fóruns de debates com mediadores. Então, qualquer sugestão que chegar até nós de nome, de pessoas que querem ir lá falar, em Brasília, nós estamos abertos a convidar, até convocar. Já fizemos um gesto na quinta-feira, convocando várias autoridades.

Mas eu concordo com a intervenção da senhora. Eu acho que vou recomendar — e nós vamos organizar agora audiências na semana que vem em São Paulo, depois, na outra, no Espírito Santo, em Belo Horizonte, em João Pessoa,



em Recife, em Belém, que são as próximas — a abertura com uma fala só do Parlamento, que vai nos receber, e uma fala só do Executivo, se quiser representar o Governador, até porque nós achamos mais interessante assim, Deputada Rosângela. Eu acho que isso é uma experiência, e nós estamos aqui pra aprender conjuntamente também e de maneira muito aberta. Nós não substituímos o povo. A CPI sabe que ela representa o povo dentro de um país continental. A democracia indireta é importante, mas nós sabemos que não substituímos o povo e não queremos substituí-lo, em especial nessa temática.

Eu concordo com a senhora também que quem construiu essa história foram os movimentos negros que, há mais de 30 anos, denunciam a questão do genocídio dos jovens negros no Brasil. Então, nós somos aqui o que dizia Paulo Freire: ninguém é um quadro branco. E, nessa matéria, pelo contrário, isso é fruto de uma luta dos negros no Brasil. Então, eu quero aqui reafirmar que isso é uma vitória histórica do movimento.

Posso até dizer que, há 21 anos, eu estava na marcha do Zumbi dos Palmares, na celebração dos 300 anos, com vários grupos de origens, de religiões de matriz africana. Na minha cidade natal, eu era Presidente do DCE da Universidade Federal de São João del Rey. Então, é o encontro da minha militância política com o que eu, já no passado, sempre estive ao lado. Então, quero aqui também resgatar um pouco dessa passagem na minha vida, na minha história, mesmo antes de pensar em exercer qualquer cargo político.

Por último, quero dizer que nós estamos tentando uma prorrogação da CPI. A Deputada Rosângela está trabalhando nesse sentido, todos os Deputados, o Deputado Paulão, o Delegado Edson Moreira. Nós queremos uma prorrogação. Por que uma prorrogação? A CPI tem o prazo regimental de 120 dias, e nós estamos buscando mais 120 dias, porque eu entendo que é uma matéria tão importante para a consolidação do estado civilizatório brasileiro, para o Estado enquanto Nação, que nós queremos ter a oportunidade de buscar não cometer nenhum erro, do ponto de vista de ser a voz e a vez dos movimentos negros no Brasil, no sentido de dialogar com os próprios movimentos, se os encaminhamentos que nós vamos fazer contemplam. É difícil contemplar 100%, mas se esses são os encaminhamentos.



Como nós somos uma Casa Legislativa, o Legislativo tem o papel importante de ser provocador. O Legislativo não pode e não está ali pra deixar o Estado na normalidade. Em especial nesse tema, o Estado naturalizou a morte dos jovens negros e pobres. E, pelo contrário, nós queremos desnaturalizar. Não há nada mais perverso do que a naturalização, em especial, do ser humano. É uma barbárie!

Então, nesse sentido, nós vamos buscar — e a Deputada Rosângela, nossa Relatora, já os está preparando — alguns documentos, alguns encaminhamentos preliminares. Tendo tempo, sendo permitida a prorrogação, nós queremos inclusive voltar a fazer audiências e discutir os encaminhamentos. É evidente que nós estamos dependendo de prorrogação, dependendo do outro. Nós podemos assumir compromisso que depende de nós. No que depende de nós, vamos encaminhar naquilo que contempla as várias intervenções, os encaminhamentos, as pesquisas, as análises, as falas, a realidade atual, na forma de indicações ao Executivo e também ao Legislativo brasileiro.

Então, mesmo não tendo a oportunidade, se regimentalmente não for construída essa possibilidade, nós que participamos desta CPI seremos um dos interlocutores na luta para que a Câmara, para que o Plenário possa votar os encaminhamentos.

Então, nós temos aí uma longa caminhada. Nós precisamos buscar mais aliados e, nesse sentido, construir mais convergências. Então, o que eu quero e posso dizer é que foi assim e é assim que a gente está trabalhando. Essa é a concepção que nós estamos trabalhando na CPI.

Falei no início aqui um pouco sobre quais são eixos agora, até a primeira parte da CPI que encerra no dia 17 de julho. Eu falei da questão das condições da juventude, que nós estamos ouvindo 12 Estados, pra entender o modelo de policiamento. Nós queremos intervir, nós queremos discutir essa concepção sobre o modelo de policiamento. Falei também que nós estamos convidando, mas, se não comparecerem, nós vamos convocar todos os Ministérios que dizem respeito à juventude, os 11 Ministérios, mais os responsáveis pela coordenação. Então, são 14 Ministérios do Governo da Presidenta Dilma, que é do meu partido.

Estamos buscando compreender mais sobre persecução penal, como é esse caminho penal. Por que isso não é elucidado? O que tem que mexer? Nós vamos



convidar agentes dos Estados que violaram direitos, como um policial que violou direitos, até para o Procurador-Geral da República nós já aprovamos o convite. Nós queremos entender esse apagão do Poder Judiciário no País, essa falta de capacidade resolutiva dos crimes contra a vida. E também queremos buscar depois compreender como vamos fazer controle externo. Vamos discutir as corregedorias autônomas, independentes, as ouvidorias, as perícias, os modelos de conselho, tudo isso. É o caminho, não é?

Eu fiz questão de falar, porque nós estamos muito abertos a novas sugestões, inclusive do movimento, para nos ajudar a encontrar o melhor caminho que possa realmente contemplar a luta histórica dos movimentos negros no Brasil que nunca tiveram visibilidade. E nós queremos que, através desta CPI, possamos dar visibilidade. Por isso, nós queremos ir a todos os Estados, para que a *TV Câmara* dê visibilidade ao tema, porque nós temos que tirar da invisibilidade esse tema.

Alguém falou uma frase muito bonita aqui: *“Se a sociedade silenciou, as vozes das mães, das avós, das viúvas e das mulheres estão ecoando por todo este País”*. E é melhor que o Estado brasileiro, as elites brasileiras, os brancos brasileiros, as instituições, onde estiver institucionalizado o racismo, porque não tem a presença dos negros, possam reagir rápido ou serão surpreendidos pela forte indignação não só de negros, mas de brancos ao lado dos negros, mas principalmente dos negros que não aceitam tamanha injustiça. Disso eu posso ter certeza. Não sei se isso vai ocorrer, como está ocorrendo nos Estados Unidos, em 1, 2 ou 3 anos, mas a reivindicação, a mobilização e a indignação do povo negro neste País estão próximas a se tornar um grande movimento a favor de uma Nação verdadeira sem nenhum tipo de racismo, nenhum tipo de preconceito.

Então, tenho tranquilidade nesse sentido. O que nós estamos fazendo, contra o Estado, é propor a elaboração de algumas políticas que possam reduzir, porque, a cada dia, nós estamos matando um Carandiru e meio. A cada dia, a cada 19 horas, é morto um Carandiru de negros, jovens homens e pobres neste País.

Então, nós estamos buscando dar uma contribuição.

Quero aqui justificar a ausência da Rúbia, do Conselho Nacional de Juventude, que é de Mercês. Por dificuldade de transporte, ela teve que sair antes, mas pediu desculpas aqui e está junto conosco.



O Deputado Delegado Edson Moreira deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)
Não.

Com a palavra o Deputado Paulão e, depois, a Deputada Rosângela Gomes, nossa Relatora, pra encerrar.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, quero agradecer a intervenção de todos e todas. Servem de reflexão o processo — e eu considero não uma crítica, mas uma sugestão — e a metodologia. Na primeira visita *in loco* que nós fizemos, Deputada Rosângela, que foi ao Morro do Alemão, a sociedade inclusive fez intervenção antes da Mesa institucional. E, mesmo assim, a gente ainda teve questionamentos, coordenados pelo Deputado Marcelo Freixo. E olhe que várias entidades falaram — não é, Deputado Delegado Moreira? —, dada a importância e a complexidade do tema. Tudo isso é aprendizado. Eu, particularmente, estou convencido de que a metodologia ideal é ouvir a sociedade primeiro. Eu acho que são lições que a gente tem que aprender a ouvir.

Lamento a saída das autoridades. Veja bem, a CPI vem pra cá... A exemplo do voo, só para os senhores e as senhoras terem uma ideia, o Deputado Reginaldo Lopes e o Deputado Delegado Moreira, colegas Parlamentares, chegaram aqui por volta de 11 horas da noite, 23 horas. Eu fui apanhá-los. E a Deputada Rosângela chegou às 2 horas da manhã, e também fui apanhá-la. Quando deu 5h30min, na realidade, a gente nem dormiu, cochilou. E as autoridades locais muitas saíram, não é? Fica o processo de reflexão dos ausentes aqui presentes, seja do Poder Executivo, do Poder Legislativo, além do Deputado Ronaldo, Vice-Presidente, está aqui presente Galvão Novaes, está presente o Rodrigo Cunha, até o final no processo. Queremos agradecer o Galba, Presidente da Câmara, e o ex-Vereador Ricardo Barbosa.

Esse documento, Rosângela, é importante pra ser juntado, e já está junto à Relatora, um pacto pela vida da juventude de Maceió. Esse é um documento fundamental.

E, nessa linha, eu apresentei aqui um requerimento, eu vou levantá-lo porque, na prática, a gente vai apresentar, de novo, primeiro, em relação ao caso *stricto sensu*, em relação ao caso Davi Silva, requerer a convocação. Por que a convocação, do ponto de vista formal? A CPI tem poder convocatório de qualquer



servidor público, seja no campo municipal, no campo estadual ou federal. E, se esse servidor não comparecer, é passível de inquérito administrativo, inclusive da sua demissão. Então, é importante.

Então, requerer a convocação dos policiais militares: Eudecir Gomes de Lima, Carlos Eduardo Ferreira dos Santos, Victor Rafael Martins da Silva, Nayara da Silva de Andrade, acusada de tortura, sequestro e cárcere privado, homicídio qualificado e ocultação de cadáver do jovem Davi, para prestarem depoimento à CPI em Brasília. Segundo, requerer ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas cópia do inteiro teor do processo criminal, em que figura como vítima o jovem Davi. Claro que isso vai passar pelo crivo da Comissão, que será a reunião amanhã.

Ao Poder Executivo Municipal, está aqui presente a Secretária Municipal, Adriana Toledo, nós iremos requerer ao Exmo. Prefeito de Maceió informações sobre a implantação da Praça da Juventude, do Conjunto Benedito Bentes, os quatro Centros de Iniciação de Esportes nos Bairros da Cidade Universitária, Santa Lúcia, Vergel e Benedito Bentes. Esses Centros são referentes a bairros que, no estudo do Mapa da Violência, são considerados bairros que têm um índice muito forte.

Requerer ao Exmo. Prefeito de Maceió relatório circunstanciado sobre a execução do Plano Juventude Viva no âmbito do Município de Maceió. O Plano existe em Maceió. Como é que ele anda? Como é que foi implantado?

Requerer ao Exmo. Prefeito de Maceió a implementação dos Conselhos Municipais da Juventude e da Promoção da Igualdade Racial, instâncias fundamentais para a formulação de políticas públicas para a juventude, para a promoção da igualdade racial e para o protagonismo da juventude.

Requerer ao Exmo. Prefeito de Marechal Deodoro relatório circunstanciado sobre a implementação do Projeto Estação da Juventude, que recebeu o repasse de 258 mil reais do Governo Federal. Por que Marechal Deodoro? Porque no Estado de Alagoas, de 102 Municípios, nós temos oito cidades, inclusive Marechal Deodoro, entre as mais fortes.

Ao Poder Executivo Estadual, requerer ao Exmo. Secretário de Estado de Defesa Social e Ressocialização que determine ao Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado da Defesa Social e Ressocialização a inclusão nas



estatísticas criminais de raça e cor das vítimas, porque uma boa parte das Secretarias não faz esse detalhamento.

Requerer à Exma. Secretária de Estado de Saúde relatório detalhado sobre a execução do Projeto Jovens Promotores da Paz no Enfrentamento da Violência, em Alagoas, e do projeto selecionado pelo edital Viva Jovem, da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas — SENAD, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, com o Ministério da Saúde e o Ministério da Cultura. Esse projeto recebeu aporte de recursos para a sua execução em 2013. Como é que anda isso?

Requerer ao Exmo. Governador do Estado de Alagoas relatório circunstanciado sobre a execução do Plano Juventude Viva, no âmbito do Estado de Alagoas.

Ao Ministério Público Estadual, requerer ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas relatório circunstanciado sobre atuação do Ministério Público Estadual nos processos criminais relativo aos homicídios praticados contra os jovens negros e pobres, em Alagoas.

São pontos importantes, e claro que a prerrogativa é da Comissão. Essa é uma sugestão. A Comissão tem prerrogativa, inclusive, de não recepcionar esses requerimentos, mas a prática que existe na Comissão é tentar trabalhar.

Lamento muito também a ausência do Ministério Público. Fez um belo discurso, trabalhando um foco muito político, tentando criminalizar como se a atividade política fosse um problema tão grave. Só não é grave, Deputado, quando vem solicitar aporte de recurso para o bem do MP. Aí, no segundo semestre, esta Casa, a Câmara Federal, é importante no sentido de verificar a dotação orçamentária, financeira, quando o projeto tramita na Câmara Federal no sentido de fazer essas discussões. Aí, a classe política é importante, Deputado.

A gente tem que refletir muito sobre isso, inclusive a ajuda de custo para moradia para integrantes do Ministério Público Estadual e Federal, que, muitas vezes, não moram no interior, mas recebem. A exemplo de um projeto, em tramitação, do Ministério Público Federal, que está reivindicando o recebimento de 14º e 15º, quando a classe trabalhadora só tem o 13º, muitas vezes atrasado.



Então, essa discussão tem que ser aprofundada, é um debate importante. Eu procuro ser fácil na minha fala, sou silencioso, mas também faço o contraditório e, sobre o que eu falei, eu mantenho.

Está aqui o Delegado Moreira. O Sistema Guardiã, que é um sistema de escuta, na minha visão, é prerrogativa do Executivo. Eu não entendo que o Ministério Público deva ter Sistema Guardiã, porque ele é o dono da ação. E, como dono da ação, você tem um peso muito mais forte em relação ao cidadão. E aqui existe, Deputada, por isso, eu fiz a discussão. Não tem um sistema só, não. Tem dois sistemas Guardiã, que faz 400 escutas simultâneas *on-line*. Se ele está fazendo monitoramento de escuta de marginais ou não, é um processo. O problema é que a sociedade não tem controle sobre isso. Esse é o problema. Como diz George Orwell: “*O grande olho*”.

Então, essa situação tem que ser aprofundada, até porque, em um caso desses, o nível de baixa eficácia em relação aos inquéritos, o dono da ação é o Ministério Público, que teria que ter uma ação mais proativa.

A gente tem que fazer o debate. E, no governo anterior, por mais que a gente não queira o debate, ele existe. Um Governo, que tinha, antes de assumir, o penúltimo IDH de Alagoas — e a gente ganhava do Piauí e do Maranhão —, e, depois de 8 anos de governo, passa a ser o último! E todos sabem que o IDH se baseia em três políticas públicas: educação, saúde e assistência social. E, durante esse período, não existiu uma ação civil pública contra o governante. No mínimo, isso é um caso de omissão.

Sr. Presidente, eu queria lhe agradecer também, na qualidade de integrante, pela importância desta Comissão. Fica a reflexão em relação ao processo de se fazer a oitiva da sociedade. Primeiro, devemos ouvir a sociedade. Isso é muito importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Paulão.

Com a palavra a Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Eu queria, de uma forma bem responsável, dizer a todos e a todas que aqui estiveram que concordo plenamente



com a metodologia aqui questionada, Sr. Presidente, e direcionada no sentido de ouvirmos, inicialmente, os representantes da sociedade, ou de forma alternada. Eu acho que não há problema nenhum nisso, não há nenhum prejuízo. Muito pelo contrário, acho que nós iremos ganhar até mais em produtividade.

Eu falava aqui com o Deputado Paulão e também com o Presidente que a gente pode, sem problema nenhum, convidar a juventude negra de Alagoas, o Instituto Raízes de Áfricas e a Rede Desabafo Social. Eu acho que isso só vai contribuir muito, e foi o caso do Movimento Raízes. E o Hamilton tem dado uma contribuição extremamente significativa à CPI.

Eu queria dizer à Arísia, e já foi por ela bem colocado, que eu cheguei no mesmo horário que ela, e nós vamos sair daqui a pouco, às 3 horas da manhã, em direção a Brasília, mas, antes, nós vamos a São Paulo. O horário previsto pra chegarmos a Brasília é 10 horas da manhã.

Eu vim sexta-feira e sábado, eu estava em Brasília, porque coordeno o movimento de mulheres em nível nacional. Comecei a reunião, na sexta-feira, às 10 horas, e terminei a primeira etapa às 5 horas da manhã. Às 10 horas, voltei, terminei e cheguei ao Rio de Janeiro meia-noite. Domingo, ontem, pela manhã, fiz atividades e, à tarde, participei de um evento com 20 mil jovens no Campo do Vasco. À noite, vim pra cá com você e cheguei aqui às 3 horas da manhã.

Por que estou falando isso? Porque eu levo muito a sério o que eu faço, e o faço com muita responsabilidade. Eu tenho muita independência para estar nessa relatoria e produzir um relatório com muita tranquilidade e isenção. Por isso, faço questão de ir a todos os Estados.

Estive no meu Estado, o Rio de Janeiro, e não foi diferente: começou às 9 horas e terminou quase 10 horas da noite. Estive na Bahia: começou às 9 horas, e só não foi até mais tarde porque tínhamos voo às 18 horas. E, agora, estamos aqui até quase 10 horas da noite. Semana que vem, estaremos em São Paulo, porque entendemos que esse tema que nós estamos trabalhando é um tema que vai muito além de 3 meses de trabalho, de pesquisa e de escuta. É um tema de resgate de valores da nossa sociedade. E eu tenho muito compromisso com isso, viu, Arísia, até porque eu sei de onde eu saí e de onde eu vim. É um trabalho que estou fazendo com a alma e com muita vontade de dizer a vocês que nós não estamos em



ano eleitoral. Nós não estamos aqui andando, Paulão, pelo Brasil afora fazendo campanha.

Agora, também quero chamá-los à reflexão, porque é importante que o nosso povo preto afrodescendente nos ajude a fazer o que eu falo em todas as oitavas a que eu vou e por onde eu vou no Brasil: na hora de votar, votarmos com mais seriedade, compromisso, consciência, porque, se tem uma coisa que nós, enquanto povo, temos de valoroso é o nosso voto. O nosso voto é precioso.

Eu falava isso num movimento, no Rio de Janeiro, porque a gente é muito questionada e muito cobrada. Quando chega o período de eleição, quando chega a fase da eleição, a gente não tem, pela mesma parte da sociedade, esse questionamento. Passam as eleições, e ficam pra gente as reclamações: a reclamação do nosso povo que morre dentro do trem, porque toda hora tem descarrilamento. Quem está dentro dos trens lotados, no Rio de Janeiro, é o povo pobre. Quem está nos presídios, no sistema prisional no Brasil inteiro, é o povo preto e pobre. Quem é analfabeto no Brasil é o povo negro e pobre.

Então, eu acho que nós precisamos, como Mandela — e tem uma frase que eu gosto muito dela — que sempre diz: *“Eu não entendo como 2 milhões de homens controlam e dirigem a vida de 8 milhões de pessoas negras”*. Eu acho que está faltando isto, Arísia, Fernanda: o nosso povo preto, o nosso povo pobre dar o grito de independência. E nós podemos, Fernanda — e foi assim na sua geração; foi na minha, foi na da Arísia e na de todos que aqui estão —, nós precisamos e temos que continuar confiando que nós iremos ajudar o nosso País a sair dessa crise infinita, que é a falta de gestão.

Fico muito triste — e aqui tenho que ser imparcial —, mas eu tenho que desabafar também, como a Arísia. E é assim que a gente é mesmo, não tem jeito. Mas eu não vejo na minha fala nem no meu trabalho grito vazio, nem fala vazia. Se tiver que continuar, Sr. Presidente, Reginaldo, ir pelo Brasil, de ponta a ponta, pra falar para o nosso povo, nem que seja pra falar assim: *“Olhe, você não está sozinho, a senhora não está sozinha”*. Pena que as mães, ainda tem aqui a Zezé... Mas vocês não estão sozinhas.

A CPI é um instrumento que vocês têm pra desabafar. Aqui vocês têm a voz de vocês garantida. Podem ter certeza de que vocês não estão derramando



lágrimas em vão, porque nenhuma lágrima que as senhoras — e não só as senhoras, como as mães também de todos os outros Estados —, e nós estaremos aqui trabalhando de forma devotada pra honrar cada lágrima de vocês aqui depositada.

Eu não perdi filho, eu não sou mãe biológica. Eu criei três crianças e eu sei o que é criar, mesmo não gerando, mas eu tive a minha mãe assassinada. Então, eu também sei o que é ter uma parte de você ceifada, roubada e destruída.

Então, em nome da luta, que não é só de vocês, porque eu também me incluo. Eu cheguei aqui onde cheguei ao cargo de Deputada, porque eu sou fruto de uma luta. Eu sei o que é chegar num Parlamento eminentemente branco, quando era Vereadora de primeiro mandato, em 2000, na minha cidade, e só tinha representantes de cor branca, e eles diziam: *“Ah, é preta, da igreja, desajeitada”*. Eu sentava, Paulão, Reginaldo, Edson, na última cadeira. A cadeira que sobrava pra mim era a última. Quando eu queria usar o telefone, não podia. Se o meu carro estourasse o pneu, da Câmara, eu tinha que tirar do bolso. Eu sei o que é passar discriminação até nos dias de hoje.

Então, eu não venho pra cá, pra CPI, pra fazer palanque, porque eu não estou em ano de eleição. A eleição foi no ano passado. E o povo do meu Estado soube reconhecer o meu trabalho. Se, amanhã, o povo entender que eu não deva mais representá-lo, eu, pelo menos enquanto estive aqui, dei o melhor de mim.

Volto a dizer: vocês não estão sozinhos. O Estado de Alagoas, o povo de Alagoas não está sozinho. E nós temos muita independência, muita propriedade para produzir um relatório com o olhar de cada mãe que chora e geme, com o olhar de cada pessoa que representa uma parcela da nossa sociedade.

Então, quero agradecer mais uma vez a acolhida da cidade. Saio daqui com a responsabilidade. Saí desta Mesa, finalizando, poucas vezes, só saí pra ir ao toalete. Agora, eu pude ouvir aqui atentamente cada demanda, cada queixume, cada fala. E, cada vez que eu saio de um Estado, nós registramos tudo.

Quero agradecer à CPI, ao meu Presidente, pela confiança de dividir comigo essa tarefa que é muito árdua. Volto a dizer que não dá pra se fazer um relatório em 3 meses, mas vamos tentar a prorrogação. E, se não conseguirmos, em 3 meses, faremos um relatório com muita autonomia. Essa autonomia é em respeito a todos



aqueles que morreram lutando e em respeito a todos aqueles que continuam lutando.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer aqui à Câmara, à Assembleia Legislativa de Alagoas, pelo acolhimento, aos Deputados que estiveram aqui presentes. Há Deputados aqui ainda presentes em nossa audiência pública. Também quero agradecer ao Ronaldo Medeiros, que fez aqui a abertura.

Quero solicitar de novo à Assembleia que possa, através dos Deputados, constituir Comissão Especial aqui, que será fundamental para que a sociedade de Alagoas possa dar continuidade a este debate, a partir do recorte do Estado, que, com certeza, ajudará muito na consolidação de uma política nacional, de uma política pública sobre segurança.

Então eu quero deixar novamente o meu apelo. Deputado Paulão — V.Exa. é o Deputado aqui do Estado, membro titular da CPI, que mobilizou, que aprovou requerimento para que esta audiência pudesse ocorrer aqui no seu Estado —, eu peço a V.Exa. continuidade do seu trabalho, com dedicação, para que esta Casa possa instalar essa Comissão Especial.

Eu quero agradecer também aos representantes do Governo, em especial quem ficou aqui até este momento: o Jardel, a Subsecretária Adjunta de Juventude e também, representando o Secretário de Segurança, o major que está aqui presente.

Em especial, eu quero dedicar esta audiência às mães e aos familiares vítimas de homicídios e também de violações de direito. O nosso muito obrigado. É em nome de vocês que nós estamos trabalhando para construir um Estado mais justo, uma verdadeira Nação, um Estado mais civilizado para todos.

Eu quero agradecer a presença dos Parlamentares, do Deputado Edson Moreira. Eu quero dizer para a Deputada Rosângela Gomes aqui que nós temos o maior orgulho da sua presença aqui e também, acima de tudo, da sua Relatoria. Eu acho que não tem nenhuma representação mais legítima e simbólica do ponto de vista da temática desta CPI do que ter a sua história presente, a sua história de vida, de luta, na Relatoria desta CPI. Então nós estamos muito felizes e muito orgulhosos da sua dedicação a esta CPI.



Eu quero agradecer também ao Paulão, que nos ajuda muito. É combativo, faz os enfrentamentos no dia a dia. Nós temos lá, nas terças e nas quintas, as nossas audiências públicas. Quero agradecer à assessoria dos demais Deputados, dos demais presentes, dos Vereadores, de toda a sociedade civil que está aqui presente.

O nosso muito obrigado à nossa assessoria técnica da CPI, que saiu de Brasília, foi a Salvador, voltou a Itabuna, voltou aqui para Alagoas. Estão aqui dedicados, fazendo as notas taquigráficas, o nosso acompanhamento, nos assessorando no dia a dia. Também estão envolvidos; mais do que profissionais da Câmara, estão envolvidos e sensibilizados com a dor de diversas mães e familiares vítimas.

Quero agradecer a presença a todos. Antes de encerrar, convoco reunião para amanhã, às 14h30min, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Declaro encerrados os nossos trabalhos. O meu muito obrigado. Fiquem com Deus! (*Palmas.*)